

**unesp**  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
**Faculdade de Ciências e Letras**  
**Campus de Araraquara - SP**

NELSON ALBERTO MUCANZE

## **INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO EM MOÇAMBIQUE: ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS**



**Orientador: André Luiz Corrêa**

ARARAQUARA – S.P.  
2016

NELSON ALBERTO MUCANZE

## **INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO EM MOÇAMBIQUE: ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS**

Dissertação de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia.

**Linha de Pesquisa:** Desenvolvimento socioeconômico e políticas econômicas

**Orientador:** André Luiz Corrêa

**Bolsa:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

ARARAQUARA – S.P.  
2016

Mucanze, Nelson Alberto

Investimento Direto Estrangeiro em Moçambique: aspectos positivos e negativos/ Nelson Alberto Mucanze. – Araraquara, 2016

120 f

Dissertação - (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2016.

Orientador: André Luiz Corrêia

1 IDE. 2. Crescimento Econômico. 3 . Recursos Naturais. 4. Transferência de Tecnologia. 5. Políticas. 6. Riqueza.

NELSON ALBERTO MUCANZE

## **INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO EM MOÇAMBIQUE: ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia.

**Linha de Pesquisa:** Desenvolvimento socioeconômico e políticas econômicas

**Orientador:** André Luiz Corrêa

**Bolsa:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Data de defesa: 30/ 09/ 2016

### **MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador: Professor Doutor André Luiz Corrêa**  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

---

**Membro Titular: Professora Doutora Tatiana Massaroli de Melo**  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

---

**Membro Titular: Professora Doutora Ana Paula Macedo de Avellar**  
Universidade Federal de Uberlândia.

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP – Campus de Araraquara

À minha querida família: Alberto Cachote Mucanze, Felizarda Mateus Vai-vai, Ana Felizarda Mucanze, Avelina Airas Mucanze e Nattiele Neres Ferreira Fernandes. A base da minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus Pela vida, energia, sabedoria e sustento para chegar até aqui. Agradeço também ao meu orientador André Luiz Correa pela orientação, confiança, por me apoiar desde o início, mesmo com a mudança de tema, apoio nos momentos difíceis, por seu rigor conceitual, formal, estético e crítico que contribuíram muito com o meu desenvolvimento, além de sua “visão de mundo”. Admiro muito a tua simplicidade, ética e agradeço pela tua amizade. Ao meu Professor Rogério Gomes pela grande ajuda durante o curso e pelas sugestões que me ajudaram a escrever um texto crítico. À minha querida família, Alberto, Felizarda, Ana e Airas que mesmo longe sempre me apoiaram, me deram forças e oraram por mim. À minha família Brasileira, Pr Cláudio, Eloar, Claudio Lucas e Rayane pelo acolhimento, amor, amizade e grande apoio. À PIEBA, pelo acolhimento, à Igreja Batista Filadélfia, pelo apoio à minha formação desde que cheguei ao Brasil. À Tia Epomira Bennet, pelo acolhimento. Aos meus amigos Bruno Pedrinho, Gustavo Pedrinho, James e Evilyn Schmidt, Stefânia, Dabana Namone, Sumbunhe e Aline, Emmanuel. À minha querida namorada Nattiele pelo companheirismo, amor, compreensão e tolerância, mesmo quando fiquei muito longe. Aos professores do curso de Mestrado em Economia, com os quais tive contato durante e após o cumprimento das disciplinas, em especial. À Professora Luciana Togero, pelas diretrizes para inscrição dessa dissertação. À Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo suporte financeiro sem o qual eu não poderia me dedicar ao curso.

## RESUMO

Moçambique tem experimentado taxas de crescimento econômico muito satisfatórias nos últimos anos. Segundo os dados da *African Economic Outlook* (AEO, 2014), o país cresceu em média 7% ao ano nos últimos dez anos. Os dados do Banco de Moçambique (2015) mostram que o fluxo de Investimento Direto Estrangeiro para o país evoluiu de US\$ 347,3 milhões para US\$ 4,9 bilhões entre 2002 e 2014. O governo moçambicano tem vislumbrado o IDE com papel estratégico para manter as taxas de crescimento econômico, aumentar o nível de empregos, proporcionar o desenvolvimento e atualizar a economia moçambicana em termos de transferência de tecnologias. No entanto sabe-se que essas “boas” consequências dos fluxos de IDE não acontecem automaticamente, é necessário que se criem políticas que façam que os retornos do IDE gerem riqueza para o país receptor. Neste trabalho, parte-se do pressuposto de que em Moçambique, apesar das altas taxas de crescimento econômico, os grandes fluxos de IDE não tem gerado riqueza para a economia nacional porque são concentrados no setor extrativo, têm muitos incentivos fiscais, não geram empregos, seus lucros são repatriados, têm pouca ligação com a economia nacional e incentivam conflitos políticos. O presente trabalho tem por objetivo identificar a importância do setor extrativo na atração de IDE para Moçambique.

**Palavras-chave:** IDE, crescimento econômico, recursos naturais, transferência de tecnologia, políticas, riqueza.

## **ABSTRACT**

*Mozambique has experienced very satisfactory economic growth rates in recent years. According to the African Economic Outlook (AEO, 2014), the country grew at an average 7% year in the last ten years. The data of the Bank of Mozambique (2015) show that the flow of Foreign direct investment to the country evolved from \$ 347,300,000 to \$ 4.9 billion between 2002 and 2014. The Mozambican Government has glimpsed the IDE with strategic role to keep the rates of economic growth, increase the level of jobs, provide development and upgrading the Mozambican economy in terms of transfer of technology. However it is known that these "good" consequences of FDI flows don't happen automatically, It is necessary to create policies that make the returns of the FDI generate wealth for the receiving country. In this work, we start from the assumption that in Mozambique, despite high rates of economic growth, the large flows of FDI don't have generated wealth for the national economy because they are concentrated in the extractive sector, have many tax incentives, not generate jobs, their profits are repatriated, there is a little connection with the national economy and encourage political conflicts. The present work aims to identify the importance of the extractive sector in FDI attraction to Mozambique.*

**Keywords:** *FDI, economic growth, natural resources, transfer of technology, politics, wealth.*

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.1</b>	Comparação entre quantidade de projetos de Fusões e Aquisições (F&A) com a quantidade de projetos <i>Greenfield</i> no Mundo.	27
<b>Gráfico 1.2</b>	Comparação do Valor de Fusões e aquisições e o Valor dos Projetos <i>Greenfield</i> de IDE (em USD milhões)	27
<b>Gráfico 1.3</b>	Valor de IDE <i>Greenfield</i> vs F&A nos Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento (em milhões de dólares)	28
<b>Gráfico 1.4</b>	Quantidade de projetos IDE <i>Greenfield</i> vs F&A nos Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento	29
<b>Gráfico 1.5</b>	Comparativo de PIB per capita nos Países Africanos	45
<b>Gráfico 1.6</b>	IDH Países Seleccionados	46
<b>Gráfico 2.1</b>	Variação anual do PIB em Moçambique (%)	58
<b>Gráfico 2.2</b>	Evolução do PIB per Capita em Moçambique (em US\$)	64
<b>Gráfico 2.3</b>	Taxa de desemprego em Moçambique (em %)	65
<b>Gráfico 3.1</b>	Evolução dos fluxos de IDE para Moçambique (em milhões US\$)	83
<b>Gráfico 3.2</b>	Comparação dos Fluxos de IDE para os Megaprojetos e Outras Empresa com os Lucros Reinvestidos (em US\$ milhões)	84
<b>Gráfico 3.3</b>	PIB, fluxos de IDE e formação bruta de capital fixo	89
<b>Gráfico 3.4</b>	Exportações dos Megaprojetos por exportações Totais (US\$ milhões)	92
<b>Gráfico 3.5</b>	Importações dos megaprojetos, outras empresas e aquisição de bens de capital.	93
<b>Gráfico 3.6</b>	Balança comercial dos megaprojetos (em US\$ milhões)	94
<b>Gráfico 3.7</b>	Produção e Exportações anuais de Gás Natural produzido pela Sasol em Moçambique (em milhões de Giga Joules)	95
<b>Gráfico 3.8</b>	Preços internacionais do gás natural em diversos lugares do mundo (em dólares americanos)	97
<b>Gráfico 3.9</b>	Receitas do Gás de Estado contra Recitas Projetadas	98
<b>Gráfico 3.10</b>	Gasto da CVRD nos projetos de exploração de carvão e logística em Moçambique (em US\$ milhões)	103



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.1</b>	Paradigma Eclético / Paradigma OLI	22
<b>Tabela 1.2</b>	Determinantes do IDE relacionados com o país de destino (vantagens de localização)	24
<b>Tabela 1.3</b>	Fluxos Mundiais de IDE por região receptora, 1990 a 2013 (em US\$ bilhões)	35
<b>Tabela 1.4</b>	Fluxos de IDE na África por região receptora, 1990 a 2013 (em USD milhões)	36
<b>Tabela 1.5</b>	Índice de Diversificação e competitividade, 2009 – 2013	47
<b>Tabela 2.1</b>	Áreas De Concessões na Bacia de Moçambique	53
<b>Tabela 2.2</b>	Concessão da Bacia do Rovuma	54
<b>Tabela 2.3</b>	Variação do PIB por setores (%)	59
<b>Tabela 2.4</b>	Contribuição dos Setores para o Crescimento Econômico	60
<b>Tabela 2.5</b>	Peso dos setores da economia moçambicana (em % do PIB)	63
<b>Tabela 3.1</b>	Megaprojetos em Moçambique	75
<b>Tabela 3.2</b>	IDE por setores em Moçambique (em US\$ milhões)	87
<b>Tabela 3.3</b>	Exportações de Moçambique 2002 – 2014 (em US\$ Milhões)	91
<b>Tabela 3.4</b>	Produção de carvão pela CVRD em Moçambique (em mil toneladas métricas)	100

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>IDE</b>	Investimento Direto Estrangeiro
<b>OECD</b>	Organization for Economic Cooperation and Development
<b>UNCTAD</b>	United Nations Conference on Trade and Development
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>WB</b>	World Bank
<b>BM</b>	Banco de Moçambique
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>GREENFIELD</b>	Investimento novo
<b>F&amp;A</b>	Fusões e Aquisições
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>PEA</b>	Prespectivas Econômicas da África
<b>AEO</b>	African Economic Outlook
<b>CIP</b>	Centro de Integridade Pública Moçambique
<b>BP</b>	British Petroleum
<b>INP</b>	Instituto Nacional de Petróleo
<b>CVRD</b>	Companhia Vale do Rio Doce
<b>SPI</b>	Sasol Petroleum International
<b>MP</b>	Megaprojeto
<b>IESE</b>	Instituto de Estudos Sociais Económico
<b>IRPC</b>	Imposto sobre o Rendimento de Pessoa Coletiva
<b>HCB</b>	Hidroelétrica de Cahora Bassa
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>PME</b>	Pequenas e Médias Empresas
<b>EMNs</b>	Empresas Multinacionais

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	15
<b>CAPÍTULO 1. INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO</b>	18
<b>ASPECTOS TEÓRICOS</b>	
1.1. INTRODUÇÃO	18
1.2. PARADIGMA OLI	19
1.3. TIPOS DE IDE	25
1.4. OBJETIVOS DO IDE	30
1.5. DESVANTAGENS DO IDE	31
1.6. EVOLUÇÃO DO FLUXO MUNDIAL DE IDE	34
1.6.1. EVOLUÇÃO DO IDE NA ÁFRICA	35
1.6.2. IDE EM MOÇAMBIQUE	38
1.7. IDE E DOTAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS NÃO RENOVÁVEIS NA ÁFRICA	40
1.7.1. CASO DA NIGÉRIA	42
1.7.2. BOTSWANA: BOA GESTÃO DA RIQUEZA DOS RECURSOS NATURAIS	43
1.8. CONCLUSÕES	48
<b>CAPÍTULO 2 – CONTEXTO ECONÔMICO E POLÍTICO DE MOÇAMBIQUE</b>	50
2.1. ECONOMIA MOÇAMBICANA	50
2.2. HISTÓRICO ATUAL DA INDÚSTRIA EXTRATIVA EM MOÇAMBIQUE	51
2.2.1. GÁS NATURAL HISTÓRICO	52
2.3. EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS EM MOÇAMBIQUE	54
2.4. CRESCIMENTO CONCENTRADOR E EXCLUSIVO DA ECONOMIA MOÇAMBICANA	57
2.4.1. PIB PER CAPITA E TAXA DE DESEMPREGO	64
2.5. MOÇAMBIQUE CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA	66

2.5.1. GUERRA CIVIL	67
2.5.2. CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA E ENFRAQUECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO ESTADO	69
2.6. CONCLUSÕES	70
<b>CAPÍTULO 3 – MEGAPROJETOS E IDE EM MOÇAMBIQUE</b>	<b>73</b>
3.1. MEGAPROJETOS (MP) EM MOÇAMBIQUE	73
3.1.1. MEGAPROJETOS E INCENTIVOS FISCAIS	78
3.1.2. CRÍTICAS AOS MEGAPROJETOS	79
3.2. FLUXOS DE IDE PARA MOÇAMBIQUE	82
3.2.1. IDE POR SETORES	86
3.2.2. PIB, IDE, FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO	89
3.2.3. IDE E BALANÇA COMERCIAL	90
3.3. PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE GÁS NATURAL NOS CAMPOS DE PANDE E TIMANE	94
3.4. COMPANHIA VALE DO RIO DOCE EM MOÇAMBIQUE	98
3.5. LIGAÇÕES DOS MEGAPROJETOS DE IDE COM A ECONOMIA NACIONAL	105
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>113</b>

## INTRODUÇÃO

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organization for Economic Cooperation and Development* – OECD, sigla em inglês, 2014) define o IDE como o investimento transfronteiriço por uma entidade residente de uma economia com o objetivo de obter um interesse duradouro numa empresa residente noutra economia. O interesse duradouro implica a existência de uma relação de longo prazo entre o investidor direto e a empresa e um grau significativo de influência por parte do investidor direto na gestão da empresa. A posse de pelo menos 10% do poder de voto, o que representa a influência por parte do investidor, é o critério básico utilizado.

Segundo Rodrigues (2009), desde a década de 1980 houve um aumento massivo do volume de IDE no mundo, o qual passou a assumir um papel fundamental no processo de crescimento econômico. De acordo com a visão otimista da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2014), o investimento direto estrangeiro (IDE) é um elemento-chave na integração econômica internacional. Para esta instituição o IDE cria ligações diretas, estáveis e duradouras entre as economias, favorece a transferência de tecnologia e *know-how* entre os países, e ainda permite que a economia promova seus produtos de forma mais ampla nos mercados internacionais. O IDE também é uma fonte adicional de financiamento para o investimento e, sob o ambiente político adequado, ele pode ser um veículo importante para o desenvolvimento. Por outro lado, alguns autores identificaram alguns aspectos negativos do IDE. Em primeiro lugar, a desnacionalização produtiva, principalmente nos países com grandes mercados consumidores como o Brasil (SARTI e LAPLANE, 2002; GARCIA, 2000; HIRATUKA E SARTI, 2011). Em segundo lugar, a concentração na exploração de recursos naturais não renováveis com alta volatilidade de preços internacionais (ASIEDU, 2006; LEDYAEVA, 2009; MOHAMED E SIDIROPOULOS, 2010). Esse é o caso da Nigéria e vários países da África Subsaariana, que precisam conviver também com o enfraquecimento de suas instituições e instabilidade política, causada pela disputa das rendas dos recursos naturais.

O relatório da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD) de 2014 também expressa uma visão bastante otimista sobre o papel do IDE na promoção do desenvolvimento sustentável e revela uma tendência encorajadora acerca da variação dos fluxos mundiais de IDE. De acordo com este, a tendência de crescimento dos fluxos de IDE irá ajudar no desenvolvimento sustentável de várias nações. Isso

ocorrerá através da criação de empregos, geração de exportações, promoção dos direitos, respeito ao meio ambiente, incentivo ao conteúdo local, pagamento de impostos justos e transferência de capital, tecnologia e contatos de negócios para estimular o desenvolvimento. Essa parece não ser a realidade de muitos países que tem como principal determinante de atração do IDE recursos naturais não renováveis, nomeadamente: Nigéria, Chad, Angola, Moçambique, entre outros.

Além disso, continente africano continua marginalizado no que tange a atração de IDE, atraindo uma média de 1% do total de IDE nos últimos anos, de acordo com dados desta mesma instituição. Mesmo com o aumento dos fluxos de IDE para os países em desenvolvimento, a situação da África não melhorou. No caso específico de moçambique o setor extrativo (principalmente exploração de gás e carvão mineral) tem sido o principal determinante da atração dos fluxos de IDE. Assim, o tipo de IDE que o país atrai é aquele que está em busca fatores de produção (matérias Primas) mais competitivos.

De acordo com os dados do Banco de Moçambique os megaprojetos de carvão e gás natural foram os determinantes do IDE em moçambique, principalmente nos últimos 5 anos, ultrapassando 60% do total de IDE destinado ao país. Megaprojeto<sup>1</sup> são grandes empresas, geralmente estrangeiras, que tem que ter um investimento inicial de mais de US\$ 500 milhões. Os principais megaprojetos são: Mozal, empresa de fundição de alumínio; Hidrelétrica de Cahora Bassa; Sasol, empresa que explora gás natural; Vale do Rio Doce, que explora carvão mineral. Esses megaprojetos foram concebidos para atrair investimentos para o país e, de certa maneira, modernizar a economia moçambicana, através do IDE.

O presente trabalho tem por objetivo identificar a importância do setor extrativo na atração de IDE. Com esta pesquisa pretende-se colocar a prova a visão otimista da OECD, UNCTAD, FMI e *World Bank* acerca da economia moçambicana, face ao aumento dos fluxos de IDE para esse país. Será uma análise descritiva dos seguintes dados: PIB por setores, IDE, IDE por setor, exportações por setores e balança comercial dos megaprojetos. Através da pesquisa bibliográfica será apresentada a economia moçambicana, os megaprojetos, o contexto político do país e a ligação dos megaprojetos com a economia nacional. Serão identificados, nesse sentido, os fatores positivos e

---

<sup>1</sup> Ver capítulo 3

negativos causados pela concentração do IDE no setor extrativo, na economia moçambicana.

Para tanto essa dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo será apresentada uma revisão bibliográfica da literatura teórica e empírica sobre IDE. Serão destacados, nesse sentido, os autores otimistas e críticos sobre a temática. A Literatura de Dunning será a base teórica desse trabalho e as críticas serão baseadas nos trabalhos de Sarti e Laplane (2002), Garcia (2000), Hiratuka e Sarti (2011), Asiedu (2006), Ledyeva (2009), Mohamed e Sidiropoulos (2010). No segundo capítulo será retratado o contexto econômico e político do país. Nesse sentido, será analisada a contribuição dos megaprojetos PIB moçambicano, tanto o seu peso na economia quanto a sua contribuição para o crescimento econômico. Para finalizar o capítulo será apresentado o contexto político para descobrir se a (in) estabilidade política interfere nos fluxos de IDE no país.

O terceiro capítulo vai discorrer sobre os fluxos de IDE em Moçambique, entre 2002 e 2014. O capítulo começará descrevendo os megaprojetos e apresentará uma visão crítica sobre estes, através de uma revisão bibliográfica. Além disso, serão revelados os fluxos de IDE por setor, por país de origem, lucros reinvestidos, as ligações entre os megaprojetos e economia nacional e será concluído com o estudo do caso da Sasol e Vale em Moçambique.

## **CAPÍTULO 1 – INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO ASPECTOS TEÓRICOS.**

### **1.1. INTRODUÇÃO**

O estudo da literatura investigativa evidencia o IDE como transmissor de externalidades, tanto positivas quanto negativas. Neste sentido, o IDE pode criar oportunidades e ao mesmo tempo gerar riscos. Essas externalidades podem ser observadas no setor econômico, político e social do país receptor. Com base nisso, Aguiar e Gulamhussen (2009) evidenciam como o controle da corrupção, a eficiência e a estabilidade política no mercado de acolhimento podem potencializar a entrada de IDE.

A partir dos anos 90 vivenciou-se uma transformação quanto ao destino dos fluxos mundiais do IDE. Agora, os países em desenvolvimento recebem mais IDE do que os países desenvolvidos. No entanto, a África parece ter sido marginalizada desse processo de transformação. Dados da UNCTAD (2015) mostram que entre 1990 e 2014 o continente africano não conseguiu atrair mais do que 1% do total dos fluxos mundiais de IDE, apesar de terem aumentado substancialmente nesse período.

No caso de Moçambique pode-se observar, de acordo com os dados do Banco de Moçambique que o setor de extração de recursos naturais não renováveis é o grande determinante do IDE no país. Mesmo com a instabilidade política, desde 2012, os fluxos de IDE para o país continuaram a crescer. No entanto, sabe-se que os grandes fluxos não se traduzem automaticamente melhores condições de vida para as populações dos países receptores. Quando o IDE está destinado para a exploração de recursos naturais pode criar nos países receptores a concentração na produção e exportação de matérias primas. Alguns países africanos ricos em recursos naturais não renováveis atraíram diversas multinacionais para o seu interior tiveram consequências devastadoras na sua economia. É o caso, por exemplo, da Nigéria que não tinha nenhuma estrutura política e econômica para gerir as riquezas geradas pela exploração de petróleo. “Embora dispondo de elevadas reservas de petróleo - sendo o 11º maior produtor de petróleo a nível mundial - o país situa-se entre as 15 nações mais pobres do mundo” (BASTOS; FERREIRA 2008, p. 157). Por outro lado, Botswana conseguiu driblar as externalidades negativas do IDE concentrado no setor extrativo, através de uma gestão eficiente das rendas geradas por esses recursos, além da criação de instituições fortes de combate a corrupção. Nesse sentido, as políticas adotadas pelos países receptores para tratar dos fluxos de IDE que vão determinar os resultados positivos ou negativos. Este capítulo abordará os aspectos

teóricos do paradigma OLI e fará um estudo teórico e empírico acerca dos fluxos de IDE no mundo, no continente africano e em Moçambique.

## 1.2. PARADIGMA OLI

De acordo com Noronha (2009), o conceito de IDE vem sofrendo reformulações ao longo do tempo devido à mudança da forma como os agentes econômicos conservam seus ativos na economia. Dunning (2000) destaca que mesmo com essa evolução, o paradigma eclético (ou OLI) mantém-se a mais de duas décadas como quadro analítico dominante para acomodar uma variedade de teorias econômicas operacionalmente testáveis dos determinantes do investimento direto estrangeiro (IDE) e as atividades externas de empresas multinacionais (EMN). No caso específico deste trabalho será um arcabouço teórico importante e suficiente para explicar o porquê as multinacionais investem em Moçambique e o que elas procuram naquele país. De forma mais resumida e baseados em (Dunning 1988, 2000) a teoria eclética tenta explicar o porquê as EMNs existem e quais as vantagens que elas possuem em relação às empresas domésticas.

De acordo com Dunning (1988) o conceito de paradigma eclético foi concebido para oferecer uma estrutura holística, através do qual é possível identificar e avaliar a significância dos fatores que determinam a produção das empresas multinacionais no estrangeiro. Ele mesmo admite nesse texto que o termo eclético parece muito ambicioso. No entanto, este foi concebido para transmitir a mensagem de que para se estudar as atividades das transnacionais há necessidades de criar bases através do estudo de várias vertentes da teoria econômica e que o IDE é apenas um dos canais da integração internacional das economias. Ou seja, é eclético porque mistura abordagens teóricas distintas, com diferentes perspectivas e converte-as numa só teoria.

Desde a sua concepção, em 1977, o paradigma eclético era diferente das teorias vigentes naquela época ao considerar que muitas das dotações dos fatores eram específicos a empresa e, como tal eram móveis, na medida em que as empresas podiam as deslocar, mesmo de forma imperfeita. Temos que destacar, nesse sentido, a vantagem da teoria em questão em relação: a Vernon (1966) com a sua teoria do ciclo de vida do produto que influenciava a atuação das multinacionais; Johnson (1970) que investigava o papel do conhecimento no investimento, comércio e produção; Hufbauer (1966, 1970) que focava nas diferenças tecnológicas; e Knickerbocker (1973) que enfatizava a teoria da reação oligopolista (ver PINTO ET ALL, 2010).

Dunning (1988) se propõe a desenvolver o paradigma eclético de forma mais consistente, iniciando com os pressupostos da teoria de internacionalização, desenvolvido por economistas neoclássicos. Para ele qualquer teoria holística da produção internacional deve basear-se em duas vertentes inter-relacionadas de análise econômica. A primeira é a teoria neoclássica da dotação de fatores, que evidencia a distribuição geográfica desigual desses fatores. A segunda é a teoria da deficiência dos mercados, importante para explicar a localização de alguns tipos de atividade econômica através das fronteiras nacionais e também as relações entre as empresas multinacionais com as nacionais.

Nesse sentido, Dunning (2000) afirma que a hipótese básica da teoria do IDE está relacionado à propensão de um país se tornar investidor ou destino dos investimentos. Isso vai variar de acordo com: seu estágio de desenvolvimento econômico; a estrutura de seus mercados de dotação de fatores; os seus sistemas políticos e econômicos; e a natureza junto com a extensão das falhas de mercado na transação dos produtos intermediários além das fronteiras nacionais. Nesse sentido, as empresas são forçadas a se internacionalizarem. Nessa primeira fase a posse de vantagens de propriedade das empresas multinacionais, como mostra a tabela 1.1, são mais propensas a derivar da posse de ativos intangíveis individuais em vez de coordenar várias sobre diferentes economias. Mas isso depende, em parte, da existência ou não do comércio intra-firma.

Dunning (1988) mostra que sem uma infraestrutura política, social e tecnológica é muito difícil um país atrair fluxos de IDE pois este não será capaz de gerir ou proporcionar tipos de serviços de apoio exigidos pelos investidores diretos estrangeiros. Isso pode explicar o porquê o continente africano continua recebendo parcelas muito pequenas dos fluxos de IDE, em relação a outros continentes. É consenso que os países daquele continente, principalmente a parte subsaariana, tem infraestruturas políticas, social e econômicas frágeis.

Dunning (1973) propõe uma formulação integrada dos diversos condicionantes do IDE. O modelo de Dunning, também chamado de abordagem eclética, apresenta críticas à teoria do ciclo de vida do produto<sup>2</sup> e à teoria de internacionalização, como sendo explicações parciais do fenômeno de internacionalização da produção. Este modelo de análise dos determinantes da atividade da EMN (Empresa Multinacional) baseia-se na

---

<sup>2</sup> Para desenvolver essa teoria Vernon (1979) parte da hipótese de que surgem novos produtos, estes se desenvolvem, atingem a maturidade, entram em declínio e, eventualmente, desaparecem. Vernon, seguindo Hirsch (1965) e Freeman (1963), distingue três estágios de desenvolvimento do produto: produto novo, produto em maturação e produto padronizado.

justaposição de três fatores (DUNNING, 1988, 1997, 2000): (i) as vantagens de propriedade (*Ownership*) das EMNs já existentes ou potenciais; (ii) as vantagens de localização (*Locational*) de alguns países para oferecer ativos complementares; e (iii) as vantagens de internalização (*Internalization*), isto é, as empresas realizam internamente as operações que o mercado realiza de forma menos eficiente (isto é, aproveitam as oportunidades geradas pelos mercados imperfeitos). Como já foi mencionado, empresas possuem um conjunto de competências diferenciadas, denominadas fatores específicos, que lhes garantem superioridade face à concorrência das empresas domésticas.

Segundo Amal e Seabra (2007), as duas primeiras vantagens explicam o motivo pelo qual as empresas produzem fora do seu território e o terceiro determinante explica a utilização dessas vantagens pela própria empresa, em vez da sua cedência a empresas estrangeiras. Ou seja, quanto maior forem as vantagens específicas de uma empresa (líquidas de qualquer desvantagem resultante do fato de operar num mercado estrangeiro), maior será o incentivo para explorá-las e de internalizar suas atividades, direcionando a atividade para os países que apresentem maiores vantagens de localização.

O primeiro conceito do paradigma OLI consiste nas vantagens de propriedade que são exclusivas e detidas pela empresa (ainda que temporariamente), de acordo com Moreira (2009). São essas vantagens comparativas, descritas na tabela 1.1, que lhe concedem uma superioridade sobre empresas de outras nacionalidades. Segundo Dunning (1998), elas podem ser subdivididas em dois conjuntos: a posse de ativos específicos, como a propriedade de tecnologia e a dotação de recursos produtivos (*know-how*, capital humano); vantagens de governança comum (*common governance*) de atividades diversas, embora complementares, distinguindo-as entre aquelas associadas à organização como grupo, caso das economias de escala e de especialização, e as vantagens que resultam da própria multinacionalidade da empresa, como a capacidade de redução e diversificação do risco em diferentes áreas monetárias e cenários políticos.

O segundo conceito, de acordo com a tabela 1.1, são as vantagens locacionais que para Dunning (2008) representam as vantagens competitivas pois quanto mais dotes imóveis, tanto naturais quanto criados, maiores serão as vantagens competitivas do país em atrair fluxos de IDE.

**Tabela 1.1 – Paradigma Eclético / Paradigma OLI**

<b>Vantagens de Propriedade (<i>Ownership advantages</i>)</b>
<b><i>Vantagens de direitos de propriedade e/ou posse de ativos intangíveis (não pressupõem multinacionalidade)</i></b>
<p>Inovação do produto</p> <p>Gestão da produção</p> <p>Sistemas organizacionais e de marketing</p> <p>Capacidade de inovação</p> <p>Conhecimentos específicos (não codificáveis)</p> <p>Capital humano especializado</p> <p>Capacidades de marketing</p> <p>Capacidade financeira</p> <p>Know-how disponível, etc.</p>
<b><i>Vantagens da administração/gestão comum de uma rede de ativos localizados em vários países</i></b>
<b><i>Vantagens associadas mais propriamente à grande empresa (à organização como grupo)</i></b>
<p>Economias de escala e de especialização</p> <p>Poder de monopólio</p> <p>Capacidade para obter recursos com exclusividade ou em condições mais favoráveis</p> <p>Acesso exclusivo ou preferencial aos mercados do produto</p> <p>Acesso aos recursos de uma empresa do grupo a custo marginal</p> <p>Economias de oferta conjunta (na produção, compra, marketing, finanças, etc)</p>
<b><i>Vantagens associadas especificamente à condição de multinacionalidade da empresa</i></b>
<p>Reforço das vantagens referidas anteriormente</p> <p>Acesso mais favorável e melhor conhecimento dos mercados internacionais</p> <p>Capacidade para tirar vantagens das diferenças internacionais na dotação de fatores e condições de mercado</p> <p>Capacidade de redução e diversificação do risco</p>
<b>Vantagens de Localização (<i>Location advantages</i>)</b>
<p>Distribuição espacial dos <i>inputs</i> e mercados</p> <p>Preço dos inputs, qualidade e produtividade</p> <p>Custos de transporte e comunicação</p> <p>Incentivos ao investimento e desinvestimento</p> <p>Controle de importações</p> <p>Infraestruturas</p> <p>Distância Física</p> <p>Economias de centralização das atividades de P&amp;D e marketing</p> <p>Sistema econômico e políticas governamentais</p> <p>Envolvente institucional para a distribuição dos recursos</p>
<b>Vantagens de Internalização (<i>Internalization advantages</i>)</b>
<p>Evitar custos de pesquisa e negociação</p> <p>Evitar custos de imposição dos direitos de propriedade</p> <p>Quando há incerteza do comprador sobre a natureza e o valor dos inputs a serem vendidos</p> <p>Quando o mercado não permite a discriminação de preços</p> <p>Quando há necessidade do vendedor em proteger a qualidade dos produtos finais e intermédios</p> <p>Capturar externalidades e sinergias</p> <p>Compensar a ausência de mercados futuros</p> <p>Evitar ou explorar os efeitos das intervenções governamentais</p> <p>Controlar a oferta e condições de venda dos <i>inputs</i></p> <p>Controlar redes de distribuição</p> <p>Permitir práticas de subsídios cruzados, preços predatórios, preços de transferência, etc.</p>

Fonte: *Moreira; Pereira (2007 p.4)*

De acordo com Dunning (1998), entre as variáveis locais que podem favorecer o país de origem ou de acolhimento do investimento incluem-se: a existência de barreiras comerciais que dificultem as importações; as condições infra-estruturais a nível comercial, legal, educacional, de transportes e comunicações; a distância física; e diferenças em termos de língua, cultura, negócios, costumes, entre outras. Nesse sentido, o país de origem deve optar pelo IDE para controlar os ativos no exterior ao invés de optar pelas exportações, devido às vantagens de internalização, onde assumem relevo as seguintes variáveis: redução dos custos associados às transações no mercado; redução do risco de erosão dos direitos de propriedade; possibilidade de evitar ou explorar os efeitos das intervenções governamentais (tais como quotas, tarifas e controle de preços); controle da oferta, em quantidade e qualidade, e das condições de venda dos *inputs*.

Nas palavras de Dunning (2008), terceiro e último componente do tripé do paradigma oferece uma estrutura para avaliar formas alternativas em que as firmas podem organizar a criação e exploração de suas competências essenciais, dadas as atrações de localização de diferentes países ou regiões. Tais modalidades variam desde a compra e venda de produtos e serviços no mercado aberto, através de uma variedade de acordos não representativos de capital inter-firma, para a integração dos mercados de produtos intermediários, até uma compra definitiva de uma empresa estrangeira. A internalização explica a vantagem de uma EMNs realizar todas as diferentes etapas do processo produtivo dentro da mesma empresa ao invés de externalizá-las. Um dos pontos positivos da internalização é a redução dos custos de transação. Nesse sentido, de acordo com Dunning (2008) quanto maior for a rede de benefícios líquidos da internalização transfronteiriça dos mercados de produtos intermediários a probabilidade da firma se envolver na produção estrangeira é maior, em vez de contratar os serviços de uma firma estrangeira. Em outras palavras, quanto maiores forem as vantagens de internalização mais disposta estará a empresa de investir no estrangeiro.

Os mercados externos, de uma forma generalizada, progressivamente passaram a competir uns com os outros na criação das melhores condições para a captação dos fluxos de IDE (MOREIRA; PEREIRA 2007). Baseado nestas considerações, um estudo da UNCTAD (1998) definiu, tendo por base o paradigma OLI, os principais fatores de atração associados ao país de acolhimento do investimento (*pull factors*). Grandes mercados, menores custos dos *inputs*, infraestrutura superior são vantagens de localização

ao nível do país de destino que podem influenciar as decisões dos investidores diretos estrangeiros. Mas outras características das economias receptoras de IDE podem ser importantes para as orientações estratégicas das empresas investidoras, além do quadro das políticas nacionais que exercem influência (direta ou indireta) no IDE e respectiva localização e das medidas de facilitação dos negócios implementadas pelos governos, conforme a tabela 1.2.

**Tabela 1.2 – Determinantes do IDE relacionados com o país de destino (vantagens de localização)**

<b>Enquadramento político do IDE</b>
Estabilidade econômica, política e social Regras de entrada e de operações do IDE Normas de tratamento das filiais estrangeiras Políticas de funcionamento e estrutura dos mercados (em especial, concorrência e fusões e aquisições) Acordos internacionais sobre o IDE Política de privatizações Política comercial (barreiras tarifárias e não-tarifárias) e coerência das políticas de comércio e do IDE Política tributária
<b>Determinantes econômicos (segundo as estratégias das EMN)</b>
<b><i>Procura de mercado (market-seeking)</i></b>
Dimensão do mercado Crescimento do mercado Acesso a mercados regionais e global Preferências específicas dos consumidores locais Estrutura dos mercados
<b><i>Procura de recursos (resource-seeking)</i></b>
Custos e taxas relativos à terra e construção Matérias-primas Mão-de-obra barata e pouco qualificada Trabalho qualificado
<b><i>Procura de eficiência (efficiency-seeking)</i></b>
Custos dos recursos e ativos, ajustados pela produtividade Custos de outros inputs: transportes e comunicações; produtos intermédios Pertença a uma área de integração regional
<b><i>Procura de activos (asset-seeking)</i></b>
Ativos criados (tecnologia, inovação) Infraestruturas (portos, estradas, energia, telecomunicações) Capacidade/Ambiente macro inovador, de educação empreendedora
<b>Facilitação do negócio</b>
Esquemas de promoção do investimento Facilidades e incentivos ao investimento <i>Hassle costs</i> (corrupção e custos administrativos) Amenidades sociais (escolas <i>bilingues</i> , qualidade de vida) Serviços de pré- e pós-investimento Infraestruturas e serviços de suporte (a nível contabilístico, legal, bancário)

Fonte: Moreira; Pereira (2007 p. 6)

Registre-se que a teoria eclética de Dunning (1981, 1988) reabilita o papel das vantagens comparativas dos países, presentes nas teorias do comércio internacional e secundarizadas nas teorias anteriores do IDE (CRESPO, 2004).

A tabela 1.2, compilada por Moreira; Pereira (2007) baseada em Dunning (1988), servirá como base para estabelecer os determinantes do IDE no país de acolhimento. De acordo com esta, esses determinantes se subdividem em três fatores. O primeiro deles trabalha com questões de enquadramento político que são importantes para a segurança dos ativos das multinacionais e os acordos entre as EMNs com suas filiais e governos locais. Nesse sentido, elementos como, a estabilidade política, social e econômica, as regras de entrada e de operação de IDE, normas de tratamento das filiais estrangeiras, acordos internacionais sobre IDE, privatizações, e.t.c., são importantes para a atração do IDE.

O segundo fator em destaque na tabela 1.2 é a questão dos determinantes econômicos, que estão baseados nas estratégias adotadas pela EMNs, estes serão tratados com mais detalhes no subitem 1.4. E o terceiro e último fator está relacionado com a facilitação dos negócios. Aqui vale a pena citar, dentre outros elementos, a infraestrutura e serviços de suportes às multinacionais (à nível contabilístico, legal e bancário).

### **1.3. TIPOS DE IDE**

De acordo com Rodrigues (2009), quando uma empresa decide estabelecer uma produção no exterior, ela pode fazê-lo de duas formas distintas: i) estabelecendo uma nova filial, ou ii) investindo através da aquisição de (ou da fusão com) uma empresa estrangeira já existente. Dessa maneira, a OECD (2007) classifica o IDE de duas maneiras: quanto a forma e quanto aos objetivos. Quanto à forma, a (OECD 2007) classifica o IDE como: investimento novo (*Greenfield Investments*); Fusões e Aquisições (F&A); Lucros Reinvestidos; e outras formas de Investimento Direto de Capital.

O Investimento Novo (*Greenfield Investment*) consiste nos investimentos em novas instalações e escalas de produção e na expansão das já existentes. É o tipo de investimento preferido pelos formuladores de políticas econômicas das economias receptoras, principalmente dos países em desenvolvimento, pela sua potencialidade de aumentar a capacidade produtiva resultante da expansão do capital, criar novos postos de trabalho, permitir transferência e difusão de tecnologias e do *know how*, promover ligações com mercados globais de insumos e de produtos finais, garantindo assim de forma mais direta o progresso no desempenho econômico do país receptor.

As Fusões e Aquisições (F&A) são investimentos feitos de modo a transferir parte ou a totalidade dos direitos de propriedade de uma empresa residente numa dada economia para os investidores não residentes. Pode-se incluir nesse tipo de investimento, as transações de empresas privadas e públicas, de oferta pública, aquisição em mercado aberto, permuta de ações, privatizações, aquisição reversiva, colocação de ações, recapitalização e aquisição de participações majoritárias.

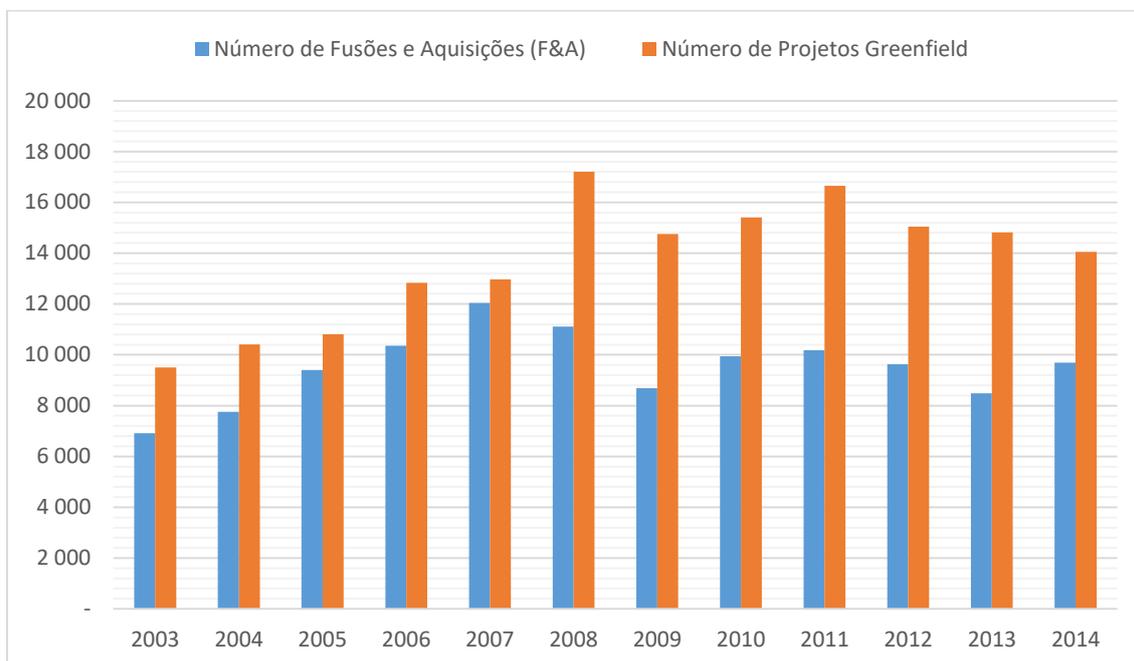
Os Lucros Reinvestidos são definidos como os lucros não distribuídos aos investidores diretos estrangeiros que são reinvestidos na empresa de investimento direto. Estes lucros são oriundos das participações dos investidores não residentes nas empresas do investimento estrangeiro, abrangem os dividendos das empresas subsidiárias, associadas e das sucursais que não são reemitidos para o investidor direto.

Pode-se considerar outras formas de investimento direto de capital, como as transações de empréstimos inter-empresa. Esses investimentos cobrem, nesse sentido, as transações de empréstimos líquidos, incluindo os créditos comerciais (de curto prazo), adiantamentos e contribuições para composição de capital sem direito a voto entre os investidores diretos e as empresas de investimento direto e entre duas empresas de investimento direto que partilham o mesmo investidor direto.

Os gráficos 1.1 e 1.2 comparam o IDE realizado no mundo na forma de Fusões e Aquisições (F&A) e Investimentos novos (ou *Greenfield Investments*). Os dados indicam, diferentemente do sugerido em alguns trabalhos, como Rodrigues (2009) e Scherer (2004), que, os investimentos novos superam as F&A tanto em número como em valor, de acordo com os dados retirados da UNCTAD.

O gráfico 1.1 mostra que o número dos projetos *greenfield*, a partir de 2003 até 2014, sempre superou as fusões e aquisições. De 2003 a 2007 pode-se observar um certo equilíbrio com uma leve vantagem para o segundo tipo de IDE. A tendência observada nos últimos anos é de que as empresas multinacionais estão investindo no exterior através da implantação de novas instalações, em vez de comprar e venderem ativos. A impressão que temos nesse gráfico é de que depois da crise de 2008-2009, a diferença entre investimento *greenfield* e fusões e aquisições aumenta, com um grande crescimento do primeiro tipo de investimento.

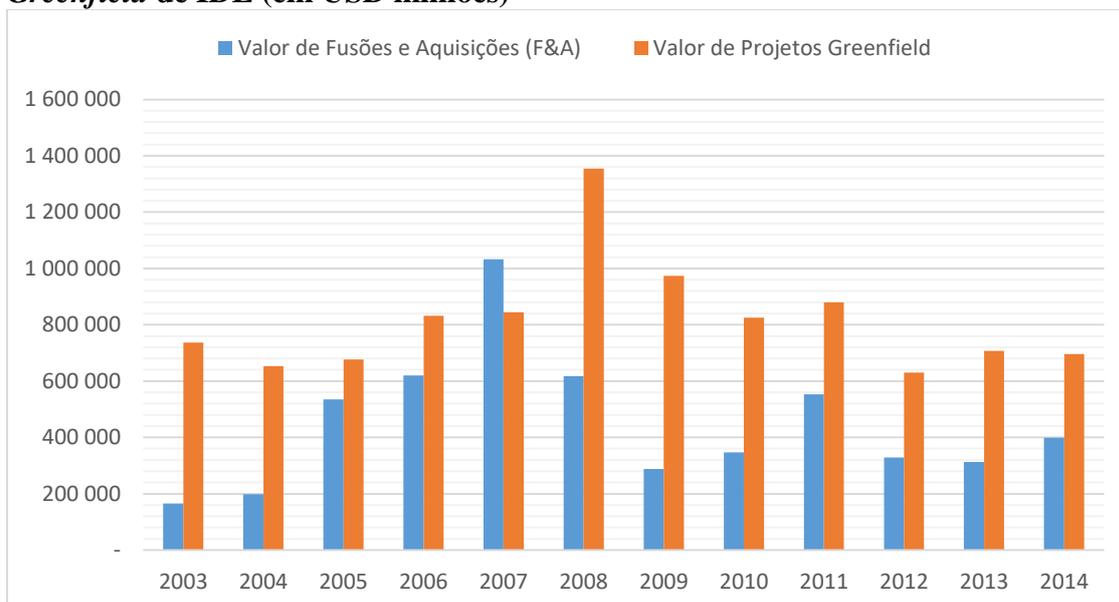
**Gráfico 1.1 – Comparação entre a quantidade de Projetos de Fusões e Aquisições (F&A) com a quantidade dos Projetos *Greenfield* no Mundo.**



Fonte: UNCTAD, 2015. Compilado pelo autor.

No gráfico 1.2 observa-se que o único ano em que as F&A superaram o investimento *greenfield*, em termos de valor, foi 2007. Mas em 2008 o investimento em novas plantas teve uma excepcional explosão e até hoje, 2014, constitui a principal forma de IDE.

**Gráfico 1.2 – Comparação do Valor de Fusões e aquisições e o Valor dos Projetos *Greenfield* de IDE (em USD milhões)**

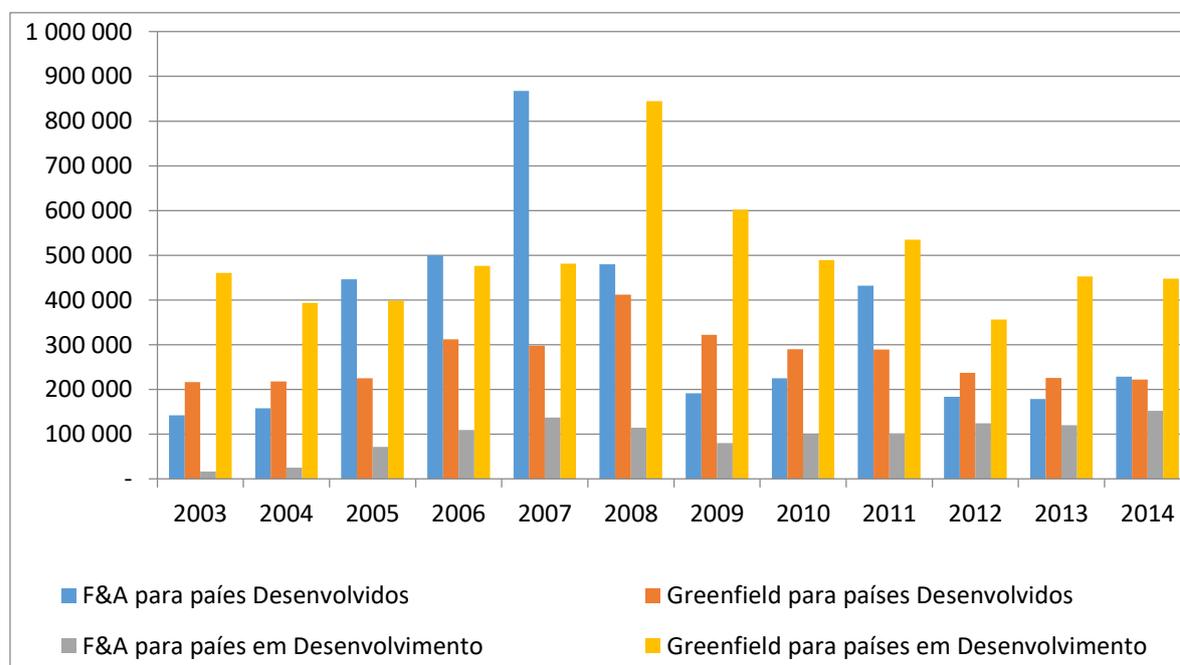


Fonte: UNCTAD, 2015. Compilado pelo autor.

Tanto no gráfico 1.1 como no gráfico 1.2 constata-se que no ano de 2008, recordes de novos projetos de IDE tanto em número com em valor. Isso pode estar associado à expansão das empresas transnacionais para os países em desenvolvimentos detentores de um grande mercado consumidor e que não possuem grandes empresas nacionais. Faz-se necessário, um estudo que compara o número e o valor de F&A e projetos *greenfield* nos países em desenvolvimento com os países desenvolvidos.

Através dos gráficos 1.3 e 1.4 pode-se comparar o tipo de investimento destinado aos países desenvolvidos em detrimento àqueles destinados aos países em desenvolvimento. Os dois gráficos mostram que quando se trata de países desenvolvidos há um equilíbrio entre as F&A e os projetos *greenfield*, tanto em valor como em número de projetos. Já quando se trata dos países em desenvolvimento é evidente grande superioridade, tanto em valor quanto em número, dos novos projetos em relação às fusões e aquisições. Além disso, pode-se observar o grande peso das economias em desenvolvimento na atração de IDE.

**Gráfico 1.3 – Valor de IDE *Greenfield* vs F&A nos Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento (em milhões de dólares)**

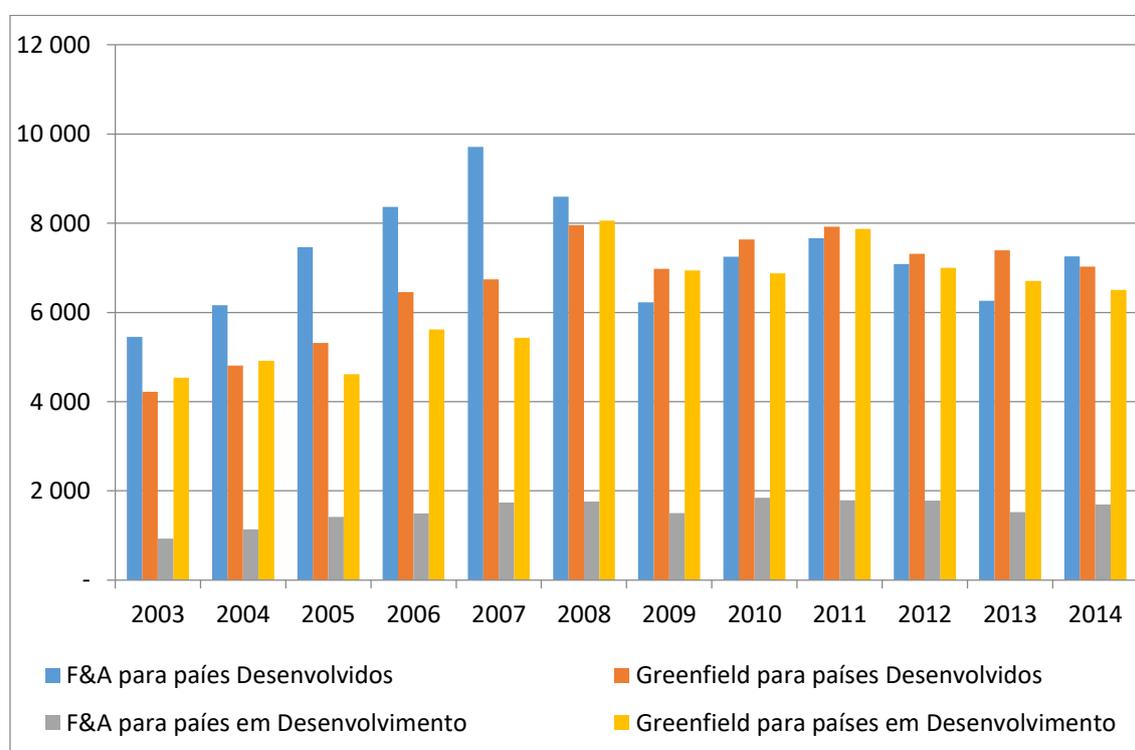


Fonte: UNCTAD, 2015. Compilado pelo autor.

O gráfico 1.3 mostra que nos países desenvolvidos existe um grande equilíbrio entre investimentos sob a forma de F&A e os novos projetos, com uma tendência de o

primeiro superar o segundo. Nesse sentido, em 2007 o valor das fusões e aquisições foi mais que o dobro dos novos projetos, nesses países. Isso pode significar que as economias desenvolvidas, detentoras de um grande mercado consumidor atraem mais multinacionais que buscam ampliar os seus mercados através de fusões e aquisições. Já do lado das economias em desenvolvimento é evidente o grande fluxo de IDE sob a forma de *greenfield*. Isso pode mostrar que um número cada vez maior de multinacionais está migrando para as economias periféricas antes marginalizadas. Isso pode ser positivo ou negativo dependendo da área e do objetivo desses investimentos.

**Gráfico 1.4 – Quantidade de projetos IDE *Greenfield* vs F&A nos Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento**



Fonte: UNCTAD, 2015. Compilado pelo autor.

Os países em desenvolvimento estão atraindo cada vez mais novos investimentos em detrimento das fusões e aquisições, de acordo com o gráfico 1.4. Isso pode ser positivo ou negativo. Positivo na medida em que esse novo investimento tenha o objetivo de dinamizar a economia, transferir e dinamizar a tecnologia no país receptor, gerar novos postos de trabalho, incentivar as exportações e gerar uma balança comercial, do IDE, positiva. Negativo, quando for um investimento voltado para extração de matérias primas

e intensivo em capital. Nesse sentido, o investimento pode se tornar predatório e criar uma grande dependência do país receptor com o mercado de *commodities*.

#### 1.4. OBJETIVOS DO IDE

A tabela 1.2, retirada do texto de Moreira; Pereira (2007, p. 6), será muito importante para classificarmos o IDE quanto aos objetivos. Para fazermos essa classificação usaremos também o texto de Amal e Seabra (2007) que trata dos determinantes do IDE na América Latina. A tabela 2, compilada de acordo com as conclusões de Dunning 1988, mostra que as multinacionais se internacionalizam com os seguintes objetivos: Procura (ou busca) de mercado (*market-seeking*); Procura de recursos (*resource-seeking*); Procura de eficiência (*efficiency-seeking*); Procura de ativos (*asset-seeking*).

De acordo com Amal e Seabra (2007), Brewer (1993) propôs a classificação de IDE da seguinte maneira:

- I) Projetos para procurar mercado (*market-seeking projects*): denominado como IDE Horizontal, trata-se de projetos de investimentos orientados para atender o mercado interno dos países receptores de IDE. Este tipo de investimento tem o efeito direto de substituição de importação e criação de comércio domésticos quando as empresas instaladas adquirem produtos intermediários do país receptor. Geralmente os investidores procuram reduzir os custos de transação, de transporte para estes mercados e ultrapassar as restrições comerciais. (RUGMAN e VERBEKE, 2002 *apud* AMAL e SEABRA 2007).
- II) Projetos de procura de recursos (*resource-seeking*): esse tipo de projeto visa ter acesso às matérias primas, mão de obra e todos outros fatores de produção a custos relativamente baixos e em maiores quantidades de oferta, que sejam mais eficientes em relação aos que possam ser adquiridos no país de origem do investidor direto. Esses projetos são mais frequentes nos países em desenvolvimento e geralmente são associados ao desenvolvimento de atividades de exploração de produtos intensivos em recursos disponíveis nos países receptores.
- III) Projetos de eficiência (*efficiency-seeking projects*): denominado como IDE vertical, refere-se a investimentos orientados para a busca de menores custos de produção. Ou seja, busca-se, neste tipo de IDE, a racionalização da

produção em uma cadeia internacional de modo a aproveitar economias de escala e escopo possibilitadas pela gestão unificada de atividades produtivas geograficamente dispersas. Portanto, o IDE, neste caso, é criador de comércio ao nível da firma. Diferente da estratégia de *market-seeking*, estes projetos de IDE são direcionados tanto para o mercado doméstico como internacional (RUGMAN e VERBEKE, 2002 *apud* AMAL e SEABRA 2007).

- IV) Projetos de procura de ativos (*asset-seeking*): referem-se ao caso em que os ativos estratégicos das empresas estrangeiras são obtidos através da instalação de novas plantas fabris, fusão, aquisição ou operações de *joint ventures*. O objetivo é garantir a realização de sinergias com o conjunto de ativos estratégicos já existentes através de uma estrutura de propriedade comum para atuar em mercados regionais ou globais (RUGMAN e VERBEKE, 2002 *apud* AMAL e SEABRA 2007).

A vantagem competitiva de uma dada localização tem sido tradicionalmente vista em termos das condições macroeconômicas. Fatores como tamanho e crescimento do mercado, disponibilidade do fator trabalho e seus custos, níveis de inflação e de endividamento externo e a situação do balanço de pagamentos foram sempre considerados os principais indicadores do grau de atratividade da localização para projetos de investimento internacional e comércio.

### **1.5. DESVANTAGENS DO IDE**

Sarti e Laplane (2002); Garcia (2000); Hiratuka e Sarti (2011) elaboraram estudos sobre os impactos dos fluxos de IDE para a economia brasileira. Nesse caso, eles conseguiram identificar, no Brasil, fortes assimetrias, tanto no plano patrimonial como no comercial. Essa assimetria refletia, de acordo com Hiratuka e Sarti (2011, pp. 48-49), a menor capacidade competitiva e de acumulação de capital das empresas nacionais e teve como resultados intenso processo de desnacionalização da base produtiva e de maior grau de abertura comercial. O processo de internacionalização produtiva para novos mercados, além de concentrado em poucas e grandes empresas nacionais, caracterizava-se por estratégia defensiva que buscava compensar no mercado externo a retração e/ou baixo dinamismo do mercado doméstico. A atuação direta em novos mercados também permitia em alguns casos contornar os entraves protecionistas às exportações brasileiras.

No plano patrimonial, a internacionalização consistiu na transferência da propriedade de empresas nacionais para investidores estrangeiros, sem contrapartida proporcional em investimentos no exterior de empresas brasileiras. Como resultado, a internacionalização aprofundou a participação estrangeira na indústria brasileira e desnacionalizou atividades de serviços anteriormente dominadas por empresas de capital nacional, públicas ou privadas (SARTI e LAPLANE, 2002 p. 89).

No plano comercial, o processo também apresentou forte assimetria entre o intenso aumento da oferta de produtos importados no mercado doméstico, principalmente de matéria-prima e de componentes, e o aumento não proporcional da parcela da produção local destinada ao mercado externo. A elevação do conteúdo importado da produção local, embora tenha resultado em ganhos significativos de eficiência das empresas, refletidos em incrementos da produtividade, não se traduziu em aumento proporcional das exportações (SARTI e LAPLANE, 2002, p. 89).

Segundo Garcia (2000), boa parcela dos recursos do IDE foi gasta em fusões e aquisições, o que não colaborou nem para o aumento da capacidade produtiva, nem para a geração de novos empregos. Ainda de acordo com Garcia (2000), reduziram-se os encadeamentos das empresas adquiridas pelo capital estrangeiro com fornecedores locais, na medida em que optaram por adquirir máquinas e componentes no exterior, seja pela qualidade e pelos preços relativos num período de câmbio valorizado, seja pela estratégia global de suas matrizes. Além disso, muitas dessas empresas desativaram os departamentos de P&D, transferindo essa tarefa para a sua sede. Coube à multinacional aqui instalada tão-somente a função de adequar os processos e os componentes importados da matriz às condições do mercado local.

Outra desvantagem do IDE se mostra evidente quando este está direcionado para a exploração de recursos naturais não renováveis. A literatura mais recente nesse assunto (ASIEDU, 2006; LEDYAEVA, 2009; MOHAMED E SIDIROPOULOS, 2010) argumenta que a dotação dos recursos naturais potenciais a atração do IDE, principalmente nos países da África Subsaariana. Esse resultado pode estar associado à dependência extrema de grande parte dos países com dotações de recursos naturais não renováveis do setor extrativo, e da conseqüente negligência dos restantes setores da economia, condicionando a atração de IDE pela escassez de diversidade nas oportunidades/atividades a investir.

Na África subsaariana a Nigéria é sempre usada como exemplo das conseqüências da má gestão dos recursos naturais. Pode-se citar nomeadamente algumas

dificuldades que a abundância dos recursos naturais, principalmente petróleo, causou nesse país que são:

- A alta volatilidade dos preços internacionais que provoca uma grande instabilidade econômica;
- A tendência concentradora desse setor que em muitos casos se sobrepõe a outros setores da economia no período de expansão e alta lucratividade, principalmente nos países em desenvolvimento que tem dificuldade de atrair investimentos para sustentar as suas economias;
- O caráter não renovável desses recursos, que faz com que a atividade seja abandonada assim os recursos se esgotam;
- A baixa empregabilidade, pois geralmente são intensivos em capital;
- O limitado poder de provocar a transferência de tecnologia e encadeamentos;

As teorias do IDE apresentam uma visão otimista de que esta variável é um elemento chave para integrar a economia de um país ao mundo. Nesse sentido, o IDE pode ser um fator positivo para a economia nacional, dependendo das políticas adotadas pelo país em questão e a sua estabilidade política e econômica. Em vista disso, o insucesso dos retornos do IDE é atribuído, muitas vezes, a incapacidade desse país administrar as rendas desses investimentos. No entanto, baseado em Castel-Branco (2008) e neste estudo, entende-se que o IDE é consequência da estratégia exclusiva das empresas transnacionais que decidem a melhor forma de diminuir seus custos, explorar a dotação de recursos e a produtividade.

No que tange aos tipos de IDE diversos autores apontavam que as F&A superavam o investimento *greenfield* enquanto os dados da UNCTAD mostram um comportamento oposto, principalmente depois dos anos 90. Isso pode ser consequência do grande volume de IDE destinado aos países em desenvolvimento que também aumentou muito nesse mesmo período. A questão dos lucros reinvestidos depende muito dos contratos entre o país receptor de IDE e as multinacionais. Há países em que os lucros reinvestidos são altos e outros que não gozam desse mesmo benefício, principalmente países em desenvolvimento com dificuldades para atrair o IDE.

As empresas se internacionalizam buscando mercado nos países com grandes mercados consumidores; procurando recursos a custos relativamente baixos, como

matérias primas, mão de obra e outros fatores de produção nos países com grande dotação destes; buscando eficiência e ativos. Até aqui confirma-se que a decisão quanto a forma de investir, a escolha do tipo de IDE, o objetivo do IDE depende grandemente das estratégias das empresas transnacionais, de acordo com a conjuntura econômica a qual são submetidas.

## **1.6. EVOLUÇÃO DO FLUXO MUNDIAL DE IDE**

Os fluxos de IDE e do comércio aumentaram de forma expressiva e contínua nas últimas três décadas. Além disso, segundo Jorge e Castilho (2011), os fluxos de IDE sofreram mudanças qualitativas, principalmente no que diz respeito ao seu direcionamento – com o crescimento da importância dos países em desenvolvimento enquanto países hospedeiros – e ao aumento da participação dos investimentos no setor de serviços, em detrimento do setor industrial. O Relatório de 2014 da UNCTAD confirma essa transformação dos fluxos de IDE, principalmente nos países em desenvolvimento. De 1990 a 2014 os fluxos de IDE para os países em desenvolvimento aumentaram 170,2 para 522 bilhões de dólares, enquanto o fluxo de IDE para os países em desenvolvimento passou de 34,6 para 698,5 bilhões de dólares, nesse mesmo período, de acordo com os dados da UNCTAD. A China, nesse sentido, tornou-se maior receptor mundial de IDE.

De acordo com os dados da UNCTAD (2015) de 1990 a 2014 o fluxo mundial de IDE passou de US \$707,6 bilhões para US \$1,2 trilhão (um aumento de mais de 6 vezes). A globalização contribuiu para maior expansão do IDE. Isso se deu devido a maior abertura das fronteiras nacionais par a entrada de investimentos privados estrangeiros em grande parte das economias, através da adoção de políticas de liberalização do comércio internacional e da entrada do fluxo de capitais. De acordo com a base dados da UNCAD (2015), em 1990 as economias desenvolvidas atraíram 83% dos fluxos de IDE, dos quais 50% foram destinados aos países europeus. Nesse mesmo ano, os países em desenvolvimento atraíram cerca de 17% dos fluxos de IDE e o continente africano cerca de 1,3%.

No entanto, de acordo com Calderón; Loayza e Servén (2004) embora os países desenvolvidos tenham sido os grandes receptores de IDE, uma das características marcantes do crescimento recente desses fluxos mundiais foi a progressiva participação dos países em desenvolvimento. Houve, na década de 1990, um crescimento sem

precedentes de fluxos de IDE para esses países. Após 1994, esses fluxos serviram como principal fonte de financiamento externo de grande parte dos países em desenvolvimento, de acordo com Jorge e Castilho (2011). A tabela 3 mostra a evolução dos fluxos de IDE no mundo e em algumas regiões e países selecionados.

**Tabela 1.3 – Fluxos Mundiais de IDE por região receptora, 1990 a 2013 (em USD bilhões)**

<b>REGIÃO OU PAÍS</b>	<b>1990</b>	<b>1995</b>	<b>2000</b>	<b>2005</b>	<b>2010</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>MUNDO</b>	207,6	344,2	1415	996,7	1422,2	1427,1	1276,9
<b>PAÍSES DESENVOLVIDOS</b>	172,5	222,5	1142,3	622,8	703,4	680,2	522
<b>EUROPA</b>	104,4	136,7	729,5	507,9	436,3	323,3	305,9
<b>UNIÃO EUROPEIA</b>	97,3	132,1	702,8	503,5	383,7	319,4	292
<b>AMÉRICA DO NORTE</b>	56	68	380,8	130,4	226,4	283,2	165,1
<b>EUA</b>	48,4	58,67	314	104,7	198	211,5	106,6
<b>PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO</b>	35	117,6	266,6	341,4	648,2	662,4	698,4
<b>ÁFRICA</b>	2,8	5,9	9,6	31	47	52,1	58,2
<b>ÁSIA</b>	22,9	81,7	158,7	231,8	409	431,4	467,9
<b>CHINA</b>	3,48	37,5	40,7	72,4	114,7	123,9	128,5
<b>AMÉRICA LATINA E CARIBE</b>	8,9	29,5	98,6	78,2	198,5	176	170,2
<b>EC. EM TRANSIÇÃO</b>	0,7	3,9	5,9	32,4	70,5	84,5	56,4

*Fonte: UNCAD (2015), compilado pelo autor.*

Em 2013, as mudanças foram bem significativas. Nesse ano, de acordo com dados da tabela 3, os países desenvolvidos perderam seu espaço para os países em desenvolvimento. Os países centrais receberam 38% do fluxo de IDE enquanto os países em desenvolvimento receberam 53%. A situação do continente africano, com relação a porcentagem do total de IDE, não mudou muito apesar de os países em desenvolvimento terem atraído uma parcela maior dos fluxos globais de IDE. A África continua recebendo menos de 1% do total do fluxo de IDE global.

### **1.6.1 EVOLUÇÃO DO IDE NA ÁFRICA**

Durante muitos anos o continente africano esteve fora da rota dos fluxos de IDE. Apesar de serem ainda menores se comparados aos fluxos de IDE destinados às outras regiões formadas por países em desenvolvimento, representam uma fonte muito importante de investimento para os membros desse continente. De acordo com dados da

UNCTAD (2014), o continente atraiu, em 2013, mais de 57 bilhões de dólares em IDE, o que representa mais de vinte vezes o valor registrado em 1990 (cerca de 2,8 bilhões de dólares). A tabela 4 mostra a evolução de IDE nas diversas regiões do continente africano a partir de 1990:

**Tabela 1.4 – Fluxos de IDE na África por região receptora, 1990 a 2013 (em USD milhões)**

REGIÃO, PAÍS	1990	1995	2000	2005	2010	2013	2015
<b>ÁFRICA</b>	2 846,2	5 907,1	9 620,6	3 1018,3	47 034,1	52 154,2	58 299,8
<b>NORTE DA ÁFRICA</b>	1 155,5	1 228,2	3 249,8	12 232,9	16 576,3	11 961,0	11 625,2
<b>EGITO</b>	734	5 95,2	1 235,4	5 375,6	6 385,6	4 256,0	4 612,0
<b>MARROCOS</b>	165,0	332,0	422,0	1 654,0	1 573,9	3 298,1	3 560,9
<b>TUNÍSIA</b>	88,7	377,5	779,2	783,1	1 512,5	1 117,2	1 063,2
<b>ÁFRICA OCIDENTAL</b>	1 553,4	1 860,8	2 130,9	7 163,3	12 023,8	40 193,2	46 674,6
<b>NIGÉRIA</b>	1 002,5	1 271,1	1 309,7	4 978,3	6 099	5 608,5	4 693,8
<b>ÁFRICA CENTRAL</b>	-1,2	-103,8	644,4	3 015,2	9 389,1	7 874,1	9 091,2
<b>CONGO</b>	22,6	121,8	162,1	1 474,8	2 210,9	2 913,9	5 502,3
<b>ÁFRICA ORIENTAL</b>	132,9	400,9	1 123,9	1 868,3	4 510,5	6 789,8	7 927,8
<b>QUÊNIA</b>	57,1	33	110,9	21,2	178,1	514,4	1 050,7
<b>ETIÓPIA</b>	12,0	14,1	134,6	265,1	288,3	1 281,3	2 132,0
<b>ÁFRICA AUSTRAL</b>	5,6	2 520,9	2 471,5	6 738,7	4 534,4	11 035,9	17 540,4
<b>MOÇAMBIQUE</b>	9,2	45	139,3	107,9	1 017,9	6 175,1	4 901,8
<b>ÁFRICA DO SUL</b>	-78,4	1 241,3	887,3	6 646,9	3 635,6	8 300,1	5 770,6

Fonte: UNCTAD (2014), compilado pelo autor.

De acordo com a tabela 4, em 1990, o fluxo de IDE para a África ficou concentrado nas regiões ocidental e norte, que atraíram juntas mais de 90% do IDE total destinado ao continente africano. Nigéria, Egito, Marrocos e Tunísia foram os principais países receptores desse volume maior de IDE nessas duas regiões. A Nigéria foi o país que mais recebeu investimentos no continente por ser um grande produtor de petróleo. Por outro lado, a região da África Austral recebeu apenas 5,6 milhões de dólares, que representa 0,19% do total de IDE destinado ao continente africano. Isso aconteceu porque a África do Sul, o país que tradicionalmente atrai mais IDE no sul da África teve fluxos negativos de IDE naquele ano.

Já em 2014, de acordo com a tabela 1.4, a distribuição de IDE no continente africano ficou mais equitativa, se considerarmos a distribuição por regiões. Mesmo assim,

as regiões norte e ocidental continuam sendo as principais receptoras, com 51% do total. As regiões central e oriental ganharam um pouco de destaque recebendo juntas mais de 25% do IDE. A região sul recebeu 23% do total dos fluxos de IDE destinado para o continente africano em 2013. Nigéria e África do Sul continuam sendo os tradicionais receptores de IDE no continente, mas Moçambique ocupou uma posição de destaque em 2013 recebendo 10% do IDE destinado ao continente.

O aumento global do IDE em 2013, portanto, foi impulsionado pela região da África Austral e Oriental, sendo que as outras regiões registraram queda desses investimentos. Na África Austral, de 1990 a 2013, o IDE aumentou mais de 2351 vezes, de US\$ 5,6 milhões para US\$ 13 bilhões. Isso se deve principalmente aos fluxos recordes para a África do Sul e Moçambique. Em ambos os países, a infraestrutura foi a principal variável de atração, como os investimentos no setor do gás em Moçambique. Na África Oriental, o IDE aumentou de US\$ 132,9 milhões para US\$ 6,2 bilhões, como resultado do aumento dos fluxos para a Etiópia e o Quênia. O Quênia está se tornando um centro de negócios favorecido, não só pela a exploração de petróleo e gás, mas também pela indústria e transporte. A estratégia industrial etíope pode atrair capital asiático para desenvolver a sua base de produção.

Os investimentos entre os países africanos estão aumentando, liderados pelas transacionais sul-africanas, quenianas e nigerianas. De acordo com dados da UNCTAD (2014), entre 2009 e 2013, a percentagem de projetos de investimento *greenfield* transfronteiriços anunciados provenientes de dentro da África aumentaram para 18%, comparada a menos de 10% do período anterior. Esses investimentos são direcionados para aqueles países muitos menores, muitas vezes sem acesso ao mar ou não exportadores de petróleo, como Burundi, Ruanda, e Malawi. O IDE intra-regional é, nesse contexto, uma importante fonte de capital estrangeiro para esses países.

O aumento do IDE intra-africano faz parte da linha de esforços para o aprofundamento da integração regional. No entanto, para a maioria dos grupos sub-regionais e intra-grupos, os fluxos de IDE representam apenas uma pequena parcela de fluxos intra-africanos. Apenas em duas cooperações econômicas as iniciativas regionais de IDE intra-grupo compõem uma parte significativa dos investimentos intra-africano - em EAC (*East African Community*), cerca de metade, e da SADC (*Southern African Development Community*), mais de 90%. Essas duas sub-regiões têm maior fluxo de IDE devido a iniciativas dos países vizinhos onde a maior parte do investimento tem origem, África do Sul e Quênia.

Os projetos intra-africanos estão concentrados nos setores manufatureiros e serviços. Apenas 3% do valor anunciado de projetos *greenfield* intra-regional são na indústria extrativa, comparados com 24% de projetos *greenfield* extra-regionais (durante 2009-2013). O investimento intra-regional poderia contribuir para o acúmulo de cadeias de valor regionais. Contudo, até agora, a participação da cadeia de valor global africana ainda é, em grande parte, limitada pela incorporação das matérias-primas nas exportações de países desenvolvidos (UNCTAD, 2014).

Apesar do aumento do IDE na África nos últimos anos, o continente continua recebendo o menor fluxo de investimento se comparado com outras regiões formadas por países em desenvolvimento. Os US\$ 7 bilhões destinados aos países africanos estão bem abaixo dos US\$ 426 bilhões e US\$ 292 bilhões destinados aos países asiáticos em desenvolvimento e à América Latina e o Caribe, respectivamente. Além disso, os países que mais recebem fluxos de IDE no continente são aqueles ricos em recursos naturais não renováveis. Isso pode significar que o grande determinante do IDE no continente africano é a dotação de recursos naturais não renováveis.

### **1.6.2. IDE EM MOÇAMBIQUE**

De acordo com os dados do Banco de Moçambique, o fluxo de IDE realizado em 2014 neste país ascendeu ao valor de US\$ 4.901,8 milhões, o que representa um crescimento de mais de 1000% se comparado com aquele realizado no ano 2002. Os megaprojetos foram os determinantes desse crescimento dos fluxos de IDE para Moçambique.

Entre 2013 e 2014 houve uma retração dos fluxos de IDE para Moçambique. De acordo com o relatório do balanço de pagamentos do Banco de Moçambique (2014) essa desaceleração pode estar associada ao efeito combinado dos constrangimentos logísticos na componente de transporte de carvão das minas para os portos, ao ciclo de vida de alguns projetos (se aproximando da fase de produção), a queda dos preços internacionais (principalmente do carvão) e as pressões que as transnacionais fazem ao governo moçambicano de modo a obter condições fiscais mais favoráveis.

Os megaprojetos, como são conhecidos em Moçambique, são atividades de investimento e produção com características especiais. A primeira delas de acordo com Castel-Branco (2008) é a sua dimensão definida pelos montantes de investimento (acima de US\$ 500 milhões) além do fato de que o impacto na produção e comércio, é enorme.

Esses megaprojetos são muito importantes para a economia moçambicana. Nesse sentido Castel-Branco (2008) destacou que apenas três desses projetos (a fundição de alumínio de *Beluluane, Mozal*; a mina de areias pesadas de *Moma*; e o projeto do gás natural da *Sazol*, em Inhambane) mostraram as seguintes características:

[...] o custo de investimento inicial de cada um destes projetos é superior a US\$ 1 bilhão; (ii) a soma do investimento realizado por estes três projetos é aproximadamente igual a 60% do PIB de Moçambique; (iii) o investimento nestes três projetos é superior a 55% do investimento privado total realizado nos últimos 10 anos; (iv) a produção conjunta destes projetos aproxima-se de 70% da produção industrial bruta de Moçambique. O valor da produção bruta da Mozal (cerca de US\$ 2 bilhões em 2006) era maior que o Orçamento do Estado de Moçambique; e (v) as exportações totais destes projetos aproximam-se de três quartos das exportações nacionais de bens (CASTEL-BRANCO, 2008 p. 1).

Os megaprojetos têm atraído, a cada ano, maior parte do fluxo de IDE destinado a Moçambique. O boletim do balanço de pagamento publicado pelo Banco de Moçambique em 2013 mostra que a partir de 2008 o distanciamento entre os fluxos destinados aos megaprojetos e às outras empresas tendeu a crescer. E em 2013 o influxo de IDE para esses projetos representou aproximadamente 4 vezes mais o realizado no resto da Economia. Esta mesma fonte de dados mostrou que o IDE teve como contrapartidas a importação de maquinaria diversa, contratação de serviços de construção, contratação de serviços empresariais e de assistência técnica no âmbito da implantação das unidades fabris e da expansão da capacidade produtiva e de capacidade de escoamento dos projetos já instalados.

A indústria extrativa mantém-se como o setor que mais tem atraído fluxos de IDE nos últimos anos, fato que é consentâneo com o nível de produção deste setor, materializado no Balanço de Pagamentos pela importação de serviços especializados tanto de construção como de pesquisa e estudos de viabilidade com vista ao aumento da capacidade produtiva.

Os dados do Banco de Moçambique demonstram, ainda, que a porcentagem de lucros reinvestidos é pequena e pode-se dizer que permaneceu praticamente constante entre 2009 e 2013, apesar dos fluxos totais de IDE terem aumentado significativamente nesse mesmo período. Isso pode estar denunciando o caráter explorador do IDE em Moçambique, uma vez que maior parte dos lucros é repatriado aos países de origem do investimento. Nesse sentido, governo moçambicano precisa criar mecanismos para gerir

esses investimentos cada vez mais concentrados no setor extrativo, criando formas de gerar recursos para a nação.

Em 2014, apesar da queda dos fluxos de IDE para Moçambique, a extração do gás natural continua sendo o setor que mais atrai investimentos para o país, com 53% do total, e promete crescer nos próximos anos devido a descoberta de novas reservas tanto deste produto quanto de petróleo, na bacia do Rovuma, por outro lado o carvão mineral parece estar começando a enfrentar uma queda, depois de um substancial crescimento até 2013.

## **1.7. IDE E DOTAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS NÃO RENOVÁVEIS NA ÁFRICA**

O setor de recursos naturais caracteriza-se por gerar poucos efeitos positivos sobre os outros setores da economia e sobre o nível de emprego. No caso dos países africanos a exploração desses recursos naturais é feita por multinacionais. Nesse contexto, Hirschman (1958) argumenta que essas multinacionais tendem a repatriar os lucros ao invés de reinvesti-los na economia doméstica, e até os suprimentos necessários para o funcionamento dessas multinacionais são importados enquanto os produtos primários, resultantes da extração, tem pouco valor adicionado e são exportados para o processamento no exterior.

Alguns autores investigam as consequências da exploração de recursos naturais não renováveis no continente africano, principalmente a sua relação com os conflitos armados. O artigo mais recente acerca desse assunto é encontrado em Machado (2012). Nesse trabalho o autor tenta mostrar a participação das EMNs nos conflitos armados da África. Ainda que seja muito difícil comprovar tal participação, o trabalho usa um arcabouço teórico importante para a relação Recursos naturais não renováveis e conflitos locais.

Auty e Gelb (2001) constataram que as elevadas receitas dos recursos naturais causam uma elevada competição política e, em países com um quadro institucional muito fraco, pode provocar tensões e conflitos nacionais, difíceis de serem resolvidos. Na mesma linha, Collier e Hoeffler (2004) apontam como epicentro da sucessão desses conflitos a ganância de grupos rebeldes, frequentemente marginalizados politicamente, pelo controle das fontes. O delta do Níger é um exemplo histórico tradicional sobre a

abundância de recursos naturais como um grande determinante dos conflitos na África Subsaariana, de acordo com Oliveira (2013).

A maioria dos países africanos são governados por ditaduras, tanto pessoal como partidária. Angola é exemplo do primeiro caso e Moçambique é exemplo do segundo. Amos os casos, convivem com fraquezas institucionais. Dessa maneira para Gary e Karl (2003, p. 7) as riquezas do petróleo continuam a contribuir para a corrupção e a má gestão, além da violação dos direitos humanos e conflitos. E Karl (2007) completa essa ideia mostrando que países dotados de recursos naturais, com instituições fracas convivem com altos níveis de corrupção e tem alta propensão de terem conflitos internos. Ademais são reféns da alta volatilidade dos preços internacionais desses recursos naturais não renováveis. A pergunta é: essa crescente descoberta de recursos naturais não renováveis em Moçambique encontrará um aparato institucional apropriado ou seguirá as mesmas experiências que outros países africanos, ricos em recursos naturais não renováveis? A resposta para essa pergunta será respondida ao longo deste trabalho.

Os principais fatores responsáveis por esses conflitos estão relacionados às desigualdades sociais, econômicas, políticas e regionais que, de acordo com Collier e Hoeffler (2004), provêm das rendas advindas dos recursos naturais não renováveis. Nesta situação há uma grande migração para as regiões ricas em recursos minerais, esse fato é observado em Moçambique nas regiões que exploram gás natural, carvão mineral e áreas pesadas.

De acordo com Biggs (2012) a abundância de recursos não conduz inevitavelmente ao sucesso ou fracasso econômico. Ao longo da história vários estudos acerca do assunto mostraram que a abundância dos recursos naturais causava externalidades negativas, principalmente nos países africanos. No entanto, um estudo feito por Bastos e Ferreira (2008), fazendo o estudo de caso da Nigéria e Botswana constataram que quando se adota políticas certas é possível evitar as externalidades negativas e desenvolver a economia.

Nesse trabalho, Bastos e Ferreira (2008) analisaram dois casos diferentes encontrados na África subsaariana. A Nigéria, exportadora de petróleo, que há muitos anos convive com choques sociais e conflitos políticos. O Botswana, por outro lado, exportador de diamantes, goza de estabilidade política e econômica. É importante estudar esses dois países no sentido que representam duas realidades diferentes da gestão das receitas de recursos naturais não renováveis. O que define o sucesso de um e o fracasso de outro é a qualidade das instituições.

### 1.7.1. CASO DA NIGÉRIA

Quando se estuda qualquer tema relacionado a exploração de recursos naturais não renováveis a Nigéria sempre é citada como exemplo. O país rico em petróleo vem ao longo dos anos convivendo com a má administração das rendas do setor e da instabilidade política causada pela disputa por essas riquezas.

Gould e Kapadia (2008) fizeram um estudo para analisar as consequências da exploração dos recursos naturais não renováveis no continente africano, fazendo o estudo de caso da Nigéria e Chade, dois países que possuem grandes reservas de petróleo. Nesse trabalho eles chamaram a atenção para o enfraquecimento das instituições de um país e da instabilidade política que a má gestão de recursos naturais pode causar.

Depois do fim da guerra civil, o regime militar se solidificou e o petróleo tornou-se o mais importante fator na recuperação do país. Por volta da década de 1970, Nigéria era um líder mundial na produção de petróleo com a economia centralizada e dominada pelo Estado. O controle governamental da indústria do petróleo se tornou mais forte quando o mundo experimentou os choques de petróleo causados pelo aumento dos preços internacionais do petróleo, em 1973. As elevadas receitas de petróleo levaram o governo a ignorar os outros setores fortes e tradicionais da economia em favor da indústria do petróleo. O resultado final disso foi que a tradicional e forte agricultura nigeriana encolheu de 62,9% do PIB em 1960 para 20,6% em 1980 enquanto o setor de petróleo cresceu de 0,2% para 29,1% no mesmo período. O crescimento da indústria do petróleo, no entanto, foi de curta duração uma vez que o boom do petróleo diminuiu na década de 1980. Com um declínio nos preços do petróleo e das receitas, a dívida aumentou acentuadamente durante todos os anos 80. Incapaz de lidar com seus problemas fiscais e econômicos, o governo teve que pedir ajuda do Fundo Monetário Internacional, que instituiu um Programa de Ajustamento Estrutural (SAP) em 1986. (GOULD e KAPADIA, 2008, p. 4, tradução nossa).

De acordo com Bastos e Ferreira (2008) na Nigéria a abundância de recursos naturais não renováveis sempre esteve associada à corrupção sistemática, ocasionando assim um quadro institucional muito fraco. O país sofreu ao longo do tempo sucessivas ditaduras militares visando à extração das receitas advindas do petróleo e transferências dessas rendas para o exterior. Ahmad e Singh (2003) salientam ainda que o sistema de distribuição das receitas petrolíferas ainda sofre de falta de transparência, o que alimenta um clima de dúvidas e desconfiança crescente entre a federação e os países da região.

Os problemas que a Nigéria enfrenta ao nível da governação são evidentes quando se observa sua classificação no *Ibrahim Index of African Governance 2014*, ocupando a 39ª posição, num conjunto de 54 países africanos, de acordo com o relatório de 2015. Também no controle da corrupção o país apresenta uma fraca pontuação, o

*Corruption Perceptions Index* 2015 classificava a Nigéria na 136ª posição num *ranking* de 167 países.

A Nigéria é um país historicamente exposto aos ciclos dos preços do petróleo. Myers (2005) mostra que a dependência da Nigéria, face às receitas do petróleo já chegou a representar 96% das exportações totais do país. Essa elevada dependência das receitas petrolíferas e a deficiente gestão das mesmas ocasiona uma grande vulnerabilidade dos gastos públicos à volatilidade dos preços internacionais do petróleo.

[...] esta realidade é denunciada pelas oscilações no rácio dos serviços da dívida face às exportações de bens e serviços que passou de um valor de 4% em 1980 (logo após as duas crises petrolíferas) para 21,9% em 1989, cifrando-se em 15,8%, em 2005 (BASTOS E FERREIRA, 2008 p. 159).

De acordo com a tabela 5, o índice de diversificação da Nigéria é um dos mais baixos do continente africano, evidenciando assim a grande dependência que país tem do setor petrolífero. E ainda de acordo com a mesma base de dados o índice de competitividade de -15,0 mostra o fraco desempenho económico do país no investimento em infraestruturas para baratear os seus produtos em face de outros países.

Para concluir, Omeje (2006) mostra que Estado nigeriano foi incapaz de desenvolver uma estratégia coerente e construtiva para gerir seus recursos petrolíferos e as externalidades negativas associadas, bem como a redistribuição das receitas petrolíferas pelas populações, nomeadamente a nível regional com particular destaque para a zona Delta do Níger. Confrontadas com a escalada da violência causada pelo petróleo e a inabilidade do Estado nigeriano para responder às maiores necessidades de segurança e ao desafio do desenvolvimento social e económico regional que se impõe, as companhias petrolíferas estão desenvolvendo programas que visam assegurar a sua própria segurança, mas também dar resposta ao desenvolvimento das comunidades locais, por forma a dissipar os fenómenos de *grievance* locais e a violência associada. No entanto, as soluções apresentadas pela indústria petrolífera até à data revelam-se insuficientes perante a magnitude de pobreza existente, tendendo a dar prioridade às questões de responsabilidade social sobre as de natureza ambiental (OMEJE 2006: 494-495).

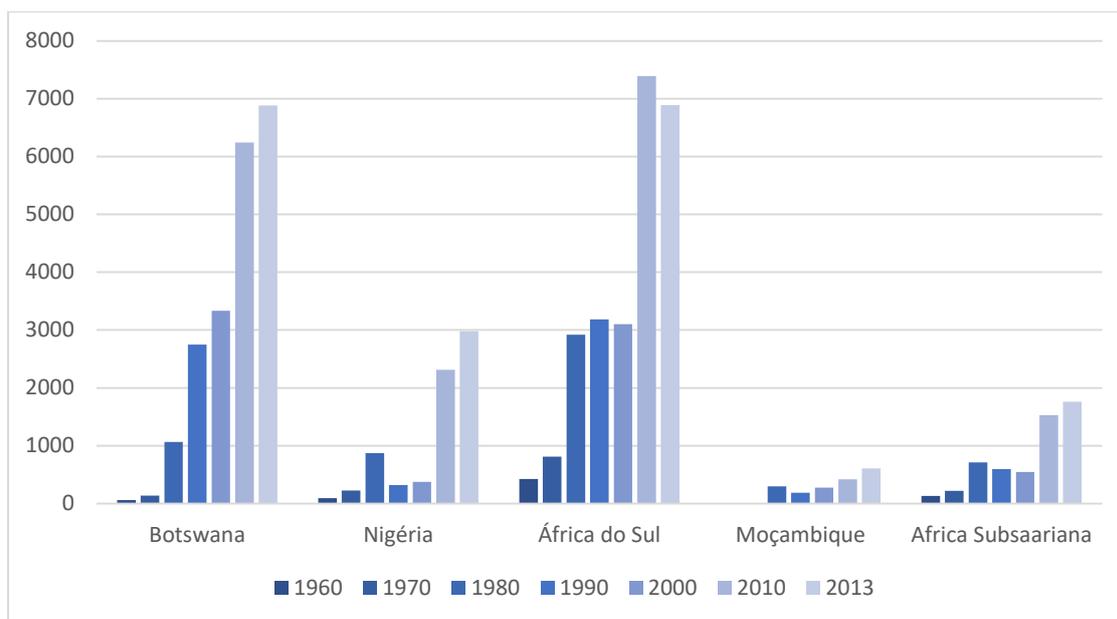
### **1.7.2. BOTSWANA: BOA GESTÃO DA RIQUEZA DOS RECURSOS NATURAIS**

A capacidade que Botswana tem de evitar as externalidades negativas da exploração de recursos naturais mediante a sua prudente gestão das riquezas minerais tem

chamado atenção de pesquisadores que trabalham com esta temática. Quando se observa os atuais dados sociais e econômicos deste país mal pode se imaginar que nos anos 60 e 70 o país tinha um PIB per capita abaixo de 200 dólares, de acordo com dados do *World Bank*. Botswana enfrentava as mesmas dificuldades vividas pela maioria dos países africanos que acabavam de sair dos conflitos de independência e passando por sangrentas guerras civis.

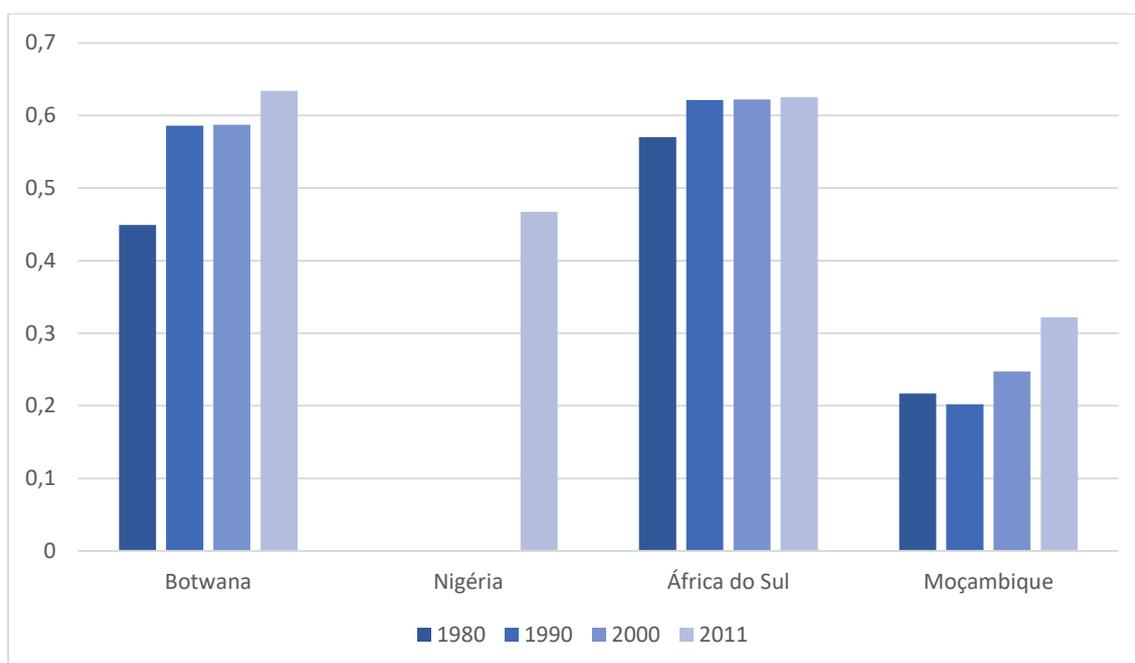
Acemoglu, Johnson e Robinson (2002) nomearam essas dificuldades da seguinte maneira: um país essencialmente agrícola; dotado de infraestruturas rudimentares; com falta de água; e dependente de verbas financeiras concedidas pelo governo britânico para cobrir as necessidades do seu orçamento corrente. Ainda de acordo com essa mesma fonte, quando os ingleses deixaram o país, este tinha 12 quilômetros de estrada pavimentada, 22 licenciados universitários e 100 jovens que haviam terminado o ensino secundário. O exemplo de Botswana é inspirador para os outros países africanos ricos em recursos naturais e que pretendem usar esta riqueza para mudar a realidade econômica, política e social das suas sociedades. O gráfico 1.8 mostra a evolução do PIB per capita de Botswana, Nigéria, África do Sul e Moçambique comparados com a África Subsaariana, nos anos selecionados entre 1960 e 2013.

De acordo com o gráfico 1.5 nos anos 60 e 70 a situação de Botswana se assemelhava a maioria dos países da África Subsaariana, com baixos índices de PIB per capita. A partir dos anos 80 o país estudado começou a se destacar, registrando um PIB per capita acima dos 6000 dólares nas duas últimas décadas, atingindo assim o patamar da África do Sul, o país mais rico do continente.

**Gráfico 1.5 – Comparativo de PIB per capita nos Países Africanos**

Fonte: World Bank, compilado pelo autor.

São cinco décadas de crescimento rápido e praticamente ininterrupto que fizeram Botswana deixar de ser um dos países mais pobres do mundo para se tornar uma economia de médio rendimento. Com uma população de mais de 2 milhões de habitantes, em 2014, o país tinha um PIB Paridade do Poder de Compra de 16. 493 (dólares americanos), cerca de três vezes a média africana, além disso, apresenta também uma taxa média de crescimento econômico de 4,8% ao ano nos últimos dez anos, e o IDH é um dos maiores do continente africano, 0,634, muito maior que a média dos outros países africanos, de acordo o gráfico 1.6.

**Gráfico 1.6 – IDH Países Selecionados**

Fonte: World Bank, compilado pelo autor.

O sucesso de Botswana é limitado no sentido de que as suas exportações não são muito diversificadas. A Tabela 1.5 mostra os indicadores de conectividade e diversificação, compilados pela OECD nas perspectivas econômicas para África. Nessa tabela escolhemos alguns países que serão comparados com Botswana. De acordo com *African Economic Outlook* (em português, PEA, 2007 p. 568) o indicador de diversificação mede a extensão em que as exportações são diversificadas. Um índice mais alto indica maior diversificação das exportações. O indicador de competitividade tem dois aspectos: o efeito setorial e o efeito competitividade global. Para calcular ambos os indicadores de competitividade, foi decomposto o crescimento das exportações em três componentes: a taxa de crescimento do comércio internacional total sobre o período de referência (2001-05); a contribuição para o crescimento da dinâmica dos mercados setoriais de exportação do país, assumindo que as quotas de mercado setoriais são constantes (a média ponderada das diferenças entre as taxas de crescimento das exportações setoriais - medido em nível mundial - e crescimento total do comércio internacional, sendo os pesos das ações dos produtos correspondentes no total das exportações do país); o efeito da competitividade, ou o equilíbrio (crescimento das exportações menos crescimento mundial e efeito sector), medindo a contribuição de mudanças nas quotas de mercado setoriais para o crescimento das exportações de um país.

**Tabela 1.5 – Índice de Diversificação e competitividade, 2009 – 2013**

	Índice de Diversificação					Crescimento anual de exportações (%) 2009-13	Indicador de competitividade 2009-13(%)	
	2009	2010	2011	2012	2013		Efeito setorial	Efeito sobre a competitividade global
Angola	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	20,0	7,8	0,5
Botswana	7,2	4,7	1,8	2,0	1,7	59,2	7,4	59,1
Cabo Verde	12,2	9,8	8,4	9,9	4,9	37,3	1,3	24,3
Chade	1,2	1,5	1,1	1,4	1,1	8,9	7,9	-10,6
Congo	1,3	1,3	1,4	1,3	1,4	8,6	7,3	-10,4
Congo, Dem. Rep.	6,4	5,2	5,1	3,8	4,2	42,3	-0,2	30,9
Guiné Equatorial	1,9	1,7	1,8	1,7	2,1	14,9	10,4	-7,1
Gabão	2,2	1,8	1,8	1,6	1,8	25,9	6,0	8,3
Gana	3,7	4,1	5,7	4,7	5,5	50,6	-6,5	45,5
Guiné-Bissau	1,2	3,1	2,0	1,4	2,2	47,5	11,6	24,3
Moçambique	5,6	3,9	6,0	8,5	9,2	30,6	0,4	18,5
Namíbia	10,0	14,6	12,0	8,9	15,1	19,9	-4,3	15,9
Nigéria	3,4	2,8	1,4	1,4	1,4	4,1	7,5	-15,0
São Tomé e Príncipe	3,8	5,4	3,2	2,4	1,6	-12,8	-2,0	-22,4
Seychelles	2,7	3,7	2,6	3,3	2,9	17,5	1,4	4,6
África do Sul	28,9	27,3	22,3	19,7	19,0	12,6	3,8	-2,8
Sudão	1,2	1,2	1,2	2,2	2,3	-9,9	8,0	-29,5
<b>África</b>	<b>5,7</b>	<b>4,8</b>	<b>4,4</b>	<b>3,8</b>	<b>4,5</b>	<b>10,1</b>	<b>5,7</b>	<b>-7,3</b>

Fonte: OECD, *African Economic Outlook*, 2014.

A tabela 5 mostra que em termo de diversificação e competitividade Botswana é semelhante aos outros países africanos, que tem as exportações concentradas em poucos setores e com baixa competitividade. São dois fatores que todos os países africanos precisam melhorar, pois as exportações cresceram a altas taxas, 20% em Angola, 59,2% em Botswana e 30,6% em Moçambique, de 2009 a 2013. Por outro lado, a Nigéria teve baixa taxa de crescimento das exportações nesse mesmo período e baixa taxa de competitividade e diversificação. Observa-se ainda na mesma tabela que o índice de diversificação de Botswana é mais baixo que Moçambique, a pergunta aqui é: como este primeiro país tem conseguido evitar os conflitos rotineiros causados pela dotação de recursos naturais?

Ao longo dos anos, o Botswana tem vindo a ganhar reputação por boa governança e pela prudência das suas políticas macroeconômicas. A sólida gestão macroeconômica do Botswana e a sua capacidade para gerir as receitas geradas pelos seus recursos naturais, incluindo os diamantes, têm sido dos principais motores do seu notável desempenho econômico. A criação de “instituições inclusivas” também ajudou. Na

realidade, o governo tem criado parcerias estáveis e duradouras com companhias mineiras, deixando a sua gestão nas mãos de empresas do setor privado e aumentando cuidadosamente a sua participação no capital ou nas receitas através de uma hábil renegociação dos contratos (LUNDGREN et ALL, 2013 p. 20).

De acordo com Lundgren et all (2013) a gestão da riqueza de recursos naturais, não renováveis, em Botswana acontece da seguinte maneira: adotou-se um princípio de sustentabilidade do índice orçamental que assegura o financiamento da despesa, não investimento, apenas por receitas não provenientes de recursos naturais. Isso ajudou o país a constituir um avultado *stock* de popanças públicas no seu fundo (*Pula Fund*), gerido pelo Banco do Botswana. Essas reservas ajudaram o governo a limitar os efeitos adversos que os ciclos de expansão e contração dos preços das matérias primas.

## 1.8. CONCLUSÕES

O IDE é uma variável muito importante para inserção dos países em desenvolvimento no processo de globalização das economias mundiais e ao mesmo tempo em que se torna uma ferramenta para mundialização das empresas transnacionais. Pelos dados observados neste capítulo, vê-se que os fluxos de IDE estão cada vez mais direcionados aos países em desenvolvimento e há também um grande domínio dos novos projetos (*greenfield*) de IDE em valor e em número. Mesmo assim, o continente africano continua a receber apenas 1% dos fluxos de IDE mundiais. Isso confirma, de certa forma, que o IDE representa uma estratégia das multinacionais que vão para o continente africano em busca de matérias primas e outros fatores baratos e com pequeno valor adicionado.

Moçambique, assim como muitos países em desenvolvimento vê na atração dos fluxos de IDE a possibilidade de dinamizar a sua economia, ter acesso às novas tecnologias, gerar emprego e manter as altas taxas de crescimento econômico. A teoria mostra que os países receptores têm que criar mecanismos favoráveis para atrair e aproveitar as vantagens que o IDE pode possibilitar. Caso contrário, o IDE pode ter resultados não desejado.

A teoria apresentada nesse capítulo mostra que o IDE direcionado para o setor extrativo pode provocar conflitos nos países que não possuem instituições competentes para gerir a riqueza advindas desse setor, além de outros choques causados pela volatilidade dos preços internacionais das *commodities*.

O IDE pode ser uma variável importante para o crescimento econômico, exportações, geração de empregos e transferência de tecnologia, no entanto, quando este está concentrado no setor extrativo, não renovável pode trazer resultados adversos. No caso de Moçambique, em 2013, 89% do IDE está destinado a exploração dos recursos naturais não renováveis, principalmente, carvão mineral e gás natural, dois recursos que apresentam grande volatilidade dos preços internacionais.

De acordo com o que foi exposto neste capítulo a questão da instabilidade política e má gestão das rendas advindas de recursos naturais no continente africano está fortemente associada ao problema institucional. Isso se confirmou no estudo de caso da Nigéria e do Botswana. O país que conseguiu melhorar o seu quadro institucional conseguiu melhores retornos da exploração de recursos naturais não renováveis. Tratar da questão institucional, a nível do continente africano, é muito importante, porque a dotação dos recursos naturais tem causado um ambiente extremamente instável tanto economicamente como politicamente uma vez que esses países apresentam instituições frágeis.

## CAPÍTULO 2 – CONTEXTO ECONÔMICO E POLÍTICO DE MOÇAMBIQUE

### 2.1. ECONOMIA MOÇAMBICANA

Moçambique é um dos países mais pobres do mundo de acordo com dados do *World Bank*. Depois da independência em 1975, o país sofreu com uma devastadora guerra civil que destruiu grande parte de suas infraestruturas e abalou a economia nacional, o que fez com que o país passasse as últimas duas décadas em reconstrução, para se recuperar dessa destruição. De acordo com o relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2014) desde 1992, ano da assinatura do acordo geral de paz, (até 2002) o governo de Moçambique colocou em prática uma série de reformas políticas e econômicas que estabeleceram bases para uma economia de mercado. Estas políticas foram apoiadas por uma conjuntura externa favorável, por doadores e, mais recentemente, pela descoberta e exploração de recursos naturais não renováveis. Nos anos subsequentes a meta passou a ser a manutenção de elevadas taxas de crescimento econômico (FMI, 2014).

De acordo com os Relatórios da *African Economic Outlook* (AEO, OECD, 2014) a economia moçambicana continuou a ser uma das que mais crescem no continente africano em 2013, com o PIB variando a uma média de 7,5% ao ano. Os principais motores desse crescimento, ainda de acordo com este relatório, foram o IDE (direcionado aos megaprojetos) e o aumento das despesas públicas.

A agricultura sempre foi a base da economia moçambicana. Esse setor começou a diminuir a sua participação no PIB quando os primeiros megaprojetos começaram a ser construídos. O Estudo do FMI (2014) mostra que a participação da agricultura decresceu de 38% do PIB em 1992 para 20% em 2001, refletindo o reerguer da economia, devido à reabilitação da central Hidroelétrica de Cahora Bassa - HCB (1995–97) e a construção da Mozal (1998–2003). Biggs (2012) ainda completa essa ideia mostrando a mudança considerável na composição das exportações de Moçambique. Com o início da produção e exportações de eletricidade junto com a fundição de alumínio da Mozal, a participação da agricultura nas exportações ao longo da década de 2000 sofreu um declínio de 80 pontos percentuais, enquanto a participação dos produtos básicos dos megaprojetos aumentou 80 pontos percentis.

O PIB corrente nacional foi de cerca de US\$ 16,4 bilhões, em 2014. Outra variável importante para se discutir no que diz respeito a economia nacional é o PIB per

capita, que está muito abaixo da média dos países africanos. De acordo com os dados do *World Bank*, em 2014, o PIB per capita de Moçambique foi de US\$ 585,6, muito abaixo da média outros países da África Subsaariana que foi US\$ 1 792,2. Isso mostra a fragilidade da economia moçambicana, apesar de ter sido o terceiro país que mais atraiu IDE em 2013, e ter uma média de crescimento do PIB de 7 % ao ano. O país ainda tem muito gargalos a ultrapassar, tanto econômicos como sociais.

Pode-se concluir, depois dessa breve descrição da economia moçambicana, que o IDE tem desempenhado um papel importante nessa economia, ao permitir que o país tenha acesso ao capital externo. É verdade que a entrada das multinacionais estrangeiras no país pode trazer dinamismo econômico e permitir a circulação maior de divisas no interior do país, por outro lado, isso pode provocar alguns choques tecnológico. Nesse sentido há exigências de que os serviços prestados para as multinacionais sejam boa qualidade e há necessidade de se investir em infraestruturas melhores para escoamento da produção. Se o país não cumprir essas exigências pode se prejudicar na atração de novos investimentos.

## **2.2. HISTÓRICO ATUAL DA INDÚSTRIA EXTRATIVA EM MOÇAMBIQUE**

Quando se fala de IDE em Moçambique é inevitável não deixar de citar a exploração dos recursos naturais. Esse tema tem sido evidenciado nos últimos anos, principalmente depois da descoberta de grandes reservas de carvão mineral, areias pesadas, gás e petróleo no interior do país. Aqui nesta análise a Mozal (empresa de fundição de alumínio) e a Hidrelétrica Cahora Bassa serão desconsiderados.

Há alguns poucos anos atrás, a indústria extrativa de recursos minerais não tinha um papel relevante na economia moçambicana. No passado houve alguma exploração mineral em várias regiões do país. No entanto, muitas dessas minas foram paralisadas durante a guerra, havendo, no entanto, hoje, unidades de produção que já estão sendo reabilitadas (SULEMANE, 2009).

Nos dias atuais pode-se traduzir a indústria extrativa moçambicana em quatro megaprojetos: gás natural, petróleo, carvão e areias pesadas. Sendo que o petróleo moçambicano ainda é pouco explorado, pelo menos não existem os dados da sua exploração.

### 2.2.1. GÁS NATURAL HISTÓRICO

Os documentos escritos pelo Instituto Nacional de Petróleo (INP, 2015) e pelo Centro de Integridade Pública (CIP) pelo autor Sulemane (2009) foram usados como base para descrever o histórico da exploração do gás natural em Moçambique. De acordo com dados do FMI, Moçambique possui a 14<sup>o</sup> maior reserva de gás natural, cerca de 100 trilhões de pés cúbicos.

O campo de Gás de Pande foi descoberto em 1961, seguido da descoberta de campos de gás em Búzi (1962) e Timane (1967). Essas reservas não puderam ser exploradas nessa época devido à instabilidade política e a falta de mercados. Na década de 80 multinacionais como a Esso, a Shell, a Amoco e a BP (*British Petroleum*) estiveram muito ativas na pesquisa de petróleo no país. Nesse sentido foram realizados furos de pesquisa em Mocímboa da Praia, na Bacia do Rovuma, e um *offshore* próximo do Xai-Xai (SULEMANE, 2009). De acordo com Instituto Nacional de Petróleo de Moçambique (INP, 2015), em 1981 foi criada a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos e aprovada a lei dos petróleos (Lei 3/81). Em 1983 houve o licenciamento 17 áreas *offshore* na Bacia de Moçambique.

Em meado dos anos 90, com a estabilidade política instaurada e o aumento contínuo dos preços de petróleo no mercado internacional, os interesses da pesquisa e exploração de hidrocarbonetos moçambicanos, por parte das multinacionais petrolíferas, voltou com muita força. Em 1998 a multinacional Sasol (*Suid Afrikaanse Steenkool en Olie*) adquire os campos de Pande e Timane. “Esta companhia começou a exportar o gás moçambicano para a África do Sul em 2004 (SULEMANE, 2009 p. 9) ”.

A partir do ano 2000 começou a haver um volume cada vez maior de investimentos na área de pesquisa e prospecção de petróleo em Moçambique. Foi nesse mesmo ano que foi lançado o primeiro concurso público, assinando o contrato de exploração da área de Pande e Timane e a construção do gasoduto entre Moçambique e a África do Sul, de acordo com INP (2015). Em 2003 foi descoberto petróleo leve em Inhassoro, na mesma província onde se localizam Pande e Timane.

Em 2004 começou a produção de gás natural em Timane, a criação do INP e a aprovação da regulamentação da exploração petrolíferas, como já foi mencionado. Em 2005 a Matola Gás *Company* (MGC) entra em cena para transmissão e distribuição de gás. Foi nessa mesma época que foi lançado o segundo concurso público de concessão de áreas. 2006 foi o ano que foram assinados vários contratos com diversas multinacionais

(Anadarko, Eni, Hydro, Petrona) para exploração da Bacia do Rovuma, norte de Moçambique.

Em 2007 foi lançado o terceiro concurso público de concessão de áreas e em 2009 o quarto. A Sasol fez a conexão dos campos de Pande e Timane. De 2010 a 2012 ocorreram novas descobertas de gás e petróleo na bacia do Rovuma. Nesse sentido em 2014 foi lançado o quinto concurso público de concessão de áreas. Além disso, foi aprovada a nova lei dos petróleos e aprovado também o plano diretor de gás natural, Decreto de Lei n° 2/2014, lei de autorização legislativa n° 25/2014 e da lei do regime específico de tributação e benefícios fiscais n° 27/2014. As duas próximas tabelas vão mostrar as concessões de gás natural em Moçambique na bacia de Moçambique e na bacia do Rovuma.

**Tabela 2.1 – Áreas De Concessões na Bacia de Moçambique**

<b>Concessões</b>	<b>Concessionários</b>
<b>Pande &amp; Timane (PSA)</b>	Sasol (100%)
<b>Pande &amp; Timane (PPA)</b>	Sasol (70%); ENH (25%) & IFC (5%)
<b>Área 16 &amp; 19</b>	Sasol (50%); Petronas (35%) & ENH (15%)
<b>Baía de Sofala</b>	Sasol (85%)& ENH (15%)
<b>Búzi</b>	Buzi Hydrocarbons (75%) & ENH (25%)
<b>Área A</b>	Sasol (90%) e ENH (10%)

*Fonte: Instituto Nacional de petróleo de Moçambique*

O gás de Pande e Timane já é explorado no país. A bacia do Rovuma tem perspectiva de iniciar as suas operações entre 2022 e 2025 e lá que estão concentradas as maiores reservas de gás natural, de acordo com o governo moçambicano e as transnacionais envolvidas. Pensando nesses recursos que se atualizou a legislação de exploração de petróleos em 2014. O Estado moçambicano busca não repetir os erros cometidos com os primeiros megaprojetos.

**Tabela 2.2 – Concessão da Bacia do Rovuma**

<b>Concessões</b>	<b>Concessionários</b>
<b>Área Onshore</b>	Anadarko (35,7%); Maurel & Pron (24%); ENH (15%); PTTEP (10%); Wentworth Resources (15,3%)
<b>Área 1</b>	Anadarko (26,5%); Mitsui (20%); ENH (15%); British Petroleum RL (10%); Beas Rov. Energy Moz (10%); ONGC Videsh (10%); PTTEP (8,5%)
<b>Área 4</b>	ENI (42,5%); ENH (10%); KOGAS (10%); Galp Energia (10%) & CNPC (28,5%)
<b>Área 3 &amp; 6</b>	Petronas (90%); Total (40%) & ENH (10%)

*Fonte: Instituto Nacional de petróleo de Moçambique*

### **2.3. EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS EM MOÇAMBIQUE**

A legislação acerca da exploração de petróleo e minerais em Moçambique é atualizada de acordo com as necessidades que vão surgindo ao longo do tempo, pois o Estado moçambicano parece inexperiente em matéria de exploração de recursos naturais não renováveis. Os incentivos fiscais, concedidos às empresas exploradoras de recursos naturais, constavam no Código dos Benefícios Fiscais ao abrigo da Lei de Investimentos (Mayer 2014). Entre os benefícios aprovados pelo Decreto n.º 26/2002, constavam a isenção de direitos aduaneiros e do Imposto sobre o Valor Adicionado (IVA) na importação de equipamento e bens, redução da taxa de Imposto sobre o Rendimento de Pessoa Coletiva (IRPC), isenção do imposto de selo e redução da taxa de SISA, baseado no decreto n.º 46/2004 da República de Moçambique.

A evolução mais significativa deu-se com a aprovação de uma nova Lei dos Petróleos, a Lei n.º 3/2001 de 21 de fevereiro, e do respectivo Regulamento das Operações Petrolíferas que consta do Decreto n.º 24/2004, que retirou o monopólio das atividades de pesquisa à Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, passando a esta a ser apenas uma associada nos contratos de pesquisa e exploração de petróleo com as transnacionais estrangeiras. Esta lei, em linha com os artigos 1º e 3º da Constituição, reveste o Estado de soberania, ao determinar que este seja o único proprietário dos recursos naturais situados no seu solo e subsolo, mar territorial, águas interiores e na Zona Económica Exclusiva, ou seja, estabelece que o Estado detenha a propriedade dos recursos

petrolíferos, assegurando que todos os recursos integram o domínio público (CASTELBRANCO, 2002)

De acordo com o que consta no artigo 8º da mesma lei, é reservado ao Estado moçambicano o direito de participar em qualquer operação petrolífera, exercida por qualquer pessoa, em qualquer fase, assim como o direito de inspecionar os locais onde essas operações estejam ocorrendo ou, conforme o artigo 22º, nomear uma entidade independente que o substitua. O governo tem, ainda, a preferência, sempre que o interesse nacional assim o justifique, na aquisição do petróleo produzido na área inserida no contrato de pesquisa e produção.

Em 2004 foi criado o Instituto Nacional do Petróleo (INP), para ser uma instituição reguladora das operações petrolíferas no país. Em 2007, foram aprovadas, pela Assembleia Geral, Leis, relativas à exploração de minas, petróleo e gás, que vieram atualizar e complementar a legislação de 2001. A Lei 11/2007 trata especificamente a atividade mineira, aqui foi instituído o imposto sobre a produção mineira. A Lei 12/2007 introduziu novas taxas sobre o Imposto de Produção do Petróleo, ou royalties, que se aplicam ao petróleo e gás natural, quer *onshore* quer *offshore*. A Lei 13/2007 consagrou um novo quadro de benefícios fiscais nos setores petrolífero e mineiro, revogando todos os outros benefícios concedidos anteriormente. No caso do imposto sobre a Produção de Petróleo, que de acordo com a legislação anterior era de 5%, para o gás natural, e 8%, para o petróleo, passou para 6% e 10%, respectivamente. Com a nova legislação, a taxa é a mesma quer a atividade seja desenvolvida em terra ou em águas muito profundas, enquanto que na legislação anterior havia uma redução da taxa em função da profundidade da água.

De acordo com a lei 11/2007, artigo II: uma percentagem das receitas geradas na atividade petrolífera deve ser canalizada para o desenvolvimento das comunidades das áreas onde se localizam os respectivos projetos petrolíferos; essa percentagem é fixada na Lei Orçamental, em função das receitas previstas e relativas à atividade petrolífera; compete ao Conselho de Ministros fazer o inventário das receitas resultantes das operações petrolíferas e publicá-las periodicamente.

Essa legislatura instituiu também o Imposto sobre o Rendimento Corporativo (IRC) de 32%, mas essa taxa só será cobrada depois que as multinacionais recuperarem o seu investimento, o que leva de 5 a 10 anos de exploração. No continente africano essas taxas variam muito, por exemplo: Chade arrecada 28% das receitas e Uganda perto de 20% enquanto a Nigéria e Angola ganham em torno de 90% e 60%, respectivamente.

Algumas pessoas, desatentas, diriam que essa carga tributária, em Moçambique é competitiva e serve para atrair multinacionais, sabe-se, no entanto, que as transnacionais não estão em Moçambique por causa da carga tributária, mas sim para explorar os recursos naturais não renováveis (matérias primas e energia), impulsionadas principalmente pelos preços internacionais das *commodities*. Um estudo feito pelo Castel-Branco sobre os determinantes do IDE em Moçambique confirma esse argumento. Como foi visto no capítulo 1 existe o IDE destinado a procura de recursos como matérias primas, mão de obra e todos os outros fatores de produção a custos relativamente baixos, esse é o caso de Moçambique. De acordo com Castel-Branco (2008) os investidores estrangeiros seguem estratégias corporativas e estão em Moçambique por questões estratégicas não pelos incentivos fiscais do governo.

No controle das operações *upstream*, o Estado moçambicano se faz representar por três instituições, que são as seguintes: o INP, agente regulador; Ministério dos Recursos naturais, supervisiona e lida com os aspectos formais; Empresa Nacional de Hidrocarboneto (ENH), que detém parte do estudo no contrato e participa de certas atividades comerciais. A Legislação em questão permite, ainda, que o Conselho de Ministros aprove modificações ao regime fiscal geral, relativas às atividades *upstream*.

De acordo com o artigo 35 da lei 21/2014 (lei de Petróleos), o Governo Moçambicano deve garantir a quota não menos de 25% do petróleo e gás produzido no território nacional seja dedicada ao mercado nacional. Essa é uma tentativa de evitar com que todo o petróleo e gás sejam exportados e seja usado nacionalmente para desenvolver a indústria nacional, tanto no que tange a produção de energia, quanto de fertilizantes. Quanto a gestão das receitas provenientes do petróleo e gás não existe uma legislação livre, cabendo a Assembleia da República, de acordo com o artigo 37, definir o mecanismo de gestão sustentável e transparente das receitas provenientes da exploração de recursos petrolíferos no país.

A Lei 20/2014 (Lei de Minas), artigo 26, institui a criação da Alta Autoridade da Indústria Extrativa, pessoa coletiva de direito público, com autonomia administrativa e financeira e sem nenhuma função definida nos termos da lei, cabendo ao Conselho de Ministros determinar tais funções. Além disso, através do artigo 26, da mesma legislação, foi criado o Instituto Nacional de Minas (INM) para exercer o papel de autoridade reguladora da atividade mineira.

A legislação de exploração de minas e petróleo é adaptada de acordo com as necessidades que vão surgindo, no entanto, ainda não é muito clara em diversos pontos

do processo de tributação. E pouco fala da divisão dos *Royalties*. De acordo com a pesquisadora do Centro de Integridade Pública (CIP), Fátima Mambir, em uma entrevista concedida ao canal de comunicação Deutsche Welle (DW) no dia 18 de fevereiro de 2014, essa nova lei atende às prioridades do governo e aos interesses das multinacionais petrolíferas sem atender as demandas da sociedade civil. Uma outra lacuna identificada por Mambir é a falta de legislação para exploração do gás natural liquefeito (sigla em inglês, LNG) que será explorado na bacia do Rovuma, norte de Moçambique.

#### **2.4. CRESCIMENTO CONCENTRADOR E EXCLUSIVO DA ECONOMIA MOÇAMBICANA**

Como se pode ver no gráfico 2.1 a economia de Moçambique cresceu com uma média de 7,5% nos últimos anos. Nos anos de 2000 e 2001 chamam a atenção pela magnitude do crescimento, que saiu de um crescimento de 1% para 12% ao ano. De acordo com Castel-Branco (2003) esse crescimento acelerado foi influenciado pelos primeiros anos de produção do megaprojeto da indústria de fundição de alumínio, a Mozal. Para falar sobre esse item foi usado como base os relatórios anuais do Banco de Moçambique.

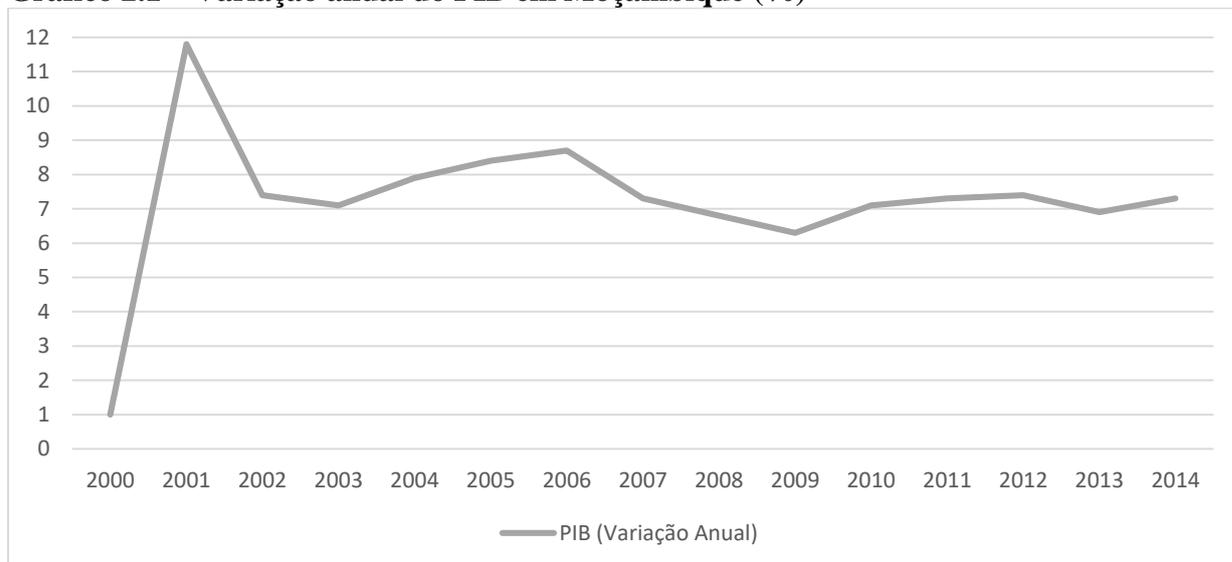
O crescimento econômico registrado em 2003 é associado ao início da produção da segunda fase da Mozal, à construção do gasoduto de Pande-Temane, aos investimentos realizados no setor açucareiro, à produção agrícola, em particular na agricultura familiar e ao desempenho das indústrias de bebidas e tabaco, foram os principais suportes deste crescimento. No domínio das infraestruturas, foi notável o esforço de alargamento da rede de energia eléctrica e de comunicações às zonas rurais, de acordo com o relatório anual do Banco de Moçambique (2003). Esta mesma fonte de dado mostra que, em 2003 o PIB cresceu 7,1% e excluindo os megaprojetos o crescimento foi de 6,2% enquanto no ano anterior as taxas foram 7,4% e 5,1% respectivamente. Em termos setoriais, em 2003, o melhor desempenho foi registrado pela Indústria Extrativa e Minera, com 31,6%; Indústria Transformadora com 14,9 %; Transportes e Comunicações, com 8,6 %; Agricultura, Pecuária e Silvicultura com 8,6%.

Dados do relatório anual do Banco de Moçambique (2005) mostram que em 2005 o Produto Interno Bruto cresceu 7,5%, influenciado pelo dinamismo dos setores de construções (infraestruturas); turismo, transportes e telecomunicações. Esses dois setores cresceram 20%, de acordo com dados do ministério da Planificação e Desenvolvimento. O setor base da economia moçambicana foi afetado por uma estiagem que reduziu a

produção e comercialização agrícola, fazendo com que este cresça apenas 1,8%, depois de ter alcançado taxas de crescimento de 9,1% e 8,4% em 2004 e 2003. Além disso, os megaprojetos (Sasol e Mozal) contribuíram para esse crescimento por terem atingido a sua capacidade máxima de produção naquele ano. Em termos de volume, a extração do gás natural de Pande em Temane expandiu mais 78,7%, comparativamente a 2004, ao mesmo tempo em que a da água marinha Refugo cresceu 129%.

O mesmo relatório mostra ainda que, em 2005, o crescimento do setor da construção foi fortemente impulsionado por grandes obras públicas em infraestruturas como estradas e pontes (aumentou 25,8%) se recuperando deste modo a queda registrada nos anos anteriores, com o fim das construções dos projetos Mozal I e II e Sasol, entre 2003 e 2004.

**Gráfico 2.1 – Variação anual do PIB em Moçambique (%)**



*Fonte: Banco de Moçambique, OECD, compilado pelo autor.*

O crescimento econômico de 2008 foi de 6,8%, o que representou uma desaceleração de 0,6 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Mesmo com essa conjuntura alguns setores se recuperaram. É o caso, nesse sentido, do setor primário, nomeadamente a agricultura e a indústria mineira que cresceram 9,4% e 13,1% respectivamente seguido pelo setor terciário serviços de transportes e comunicações e os serviços financeiros com uma evolução de 18,3% e 12,9%, respectivamente.

**Tabela 2.3 – Variação do PIB por setores (%)**

Setores	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Agricultura Pecuária e Silvicultura</b>	10,0	8,6	9,1	1,8	10,4	8,6	9,4	11,2	6,6	6,8	7,1	5,0	6,36
<b>Pesca</b>	-4,6	11,6	-3,8	-4,1	-3,5	-3,3	4,5	3,2	2,4	5,29	7,64	6,11	5,34
<b>Ind. Extrativa Mineira</b>	52,2	31,6	215,7	11,1	13,0	10,0	13,1	5,7	6,6	18,93	39,29	38,17	13,02
<b>Indústria Transformadora</b>	3,9	14,9	12,7	3,6	3,6	2,8	2,9	2,8	1,8	2,86	4,65	-0,4	11,29
<b>Eletricidade e Água</b>	10,2	-12,6	5,7	9,8	9,9	8,4	-2,6	9,2	4,9	6,1	2,42	-0,06	7,08
<b>Construção</b>	104,6	-7,6	-14,6	25,8	23,6	9,9	13,0	10,5	8,3	3,77	10,43	11,29	10,46
<b>Comércio e Serviços de Reparação</b>	5,0	7,2	0,2	2,8	8,7	9,6	6,9	5,1	5,3	6,15	6,35	4,72	7,31
<b>Restauração e Hotéis</b>	-1,6	8,6	3,8	6,1	15,2	12,8	6,1	1,4	9,4	4,77	0,44	1,15	4,62
<b>Transporte e comunicação</b>	-8,1	8,6	16,4	19,5	21,2	20,4	18,3	-1,4	7,3	8,86	11,21	16,07	3,53
<b>Serviços Financeiros</b>	1,7	0,7	0,9	2,9	2,9	2,7	12,9	14,0	16,4	22,12	12,8	32,24	29,58
<b>Aluguel de Imóveis</b>	2,5	2,4	2,5	2,4	2,4	2,4	0,1	0,2	0,4	0,48	6,61	6,43	1,16
<b>Serviços Prestados a Empresas</b>	12,0	2,0	1,9	5,5	4,8	4,0				16,05			
<b>Serviços do Governo</b>	1,5	6,3	5,6	21,0	4,5	4,9	7,4	15,1	11,8	6,58			
<b>Outros Serviços</b>	7,1	9,7	8,5	1,4	4,3	0,1	27,1	6,6	15,2	7,08	0,5	0,81	

*Fonte: Banco de Moçambique, compilado pelo autor.*

O setor secundário, no entanto, foi negativamente influenciado pelo fraco desempenho do setor de eletricidade e água que decresceu 2,6%, mesmo com o aumento de 13% de produção no setor da construção, como mostra a tabela 2.3. Isso provocou uma redução na exportação de energia para os principais mercados, em especial a África do Sul, devido a trabalhos de manutenção na Barragem Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB) e na central eléctrica APOLO na África do Sul. Moçambique possui a maior hidroelétrica da África Austral. Nesse sentido, a relação casualidade entre a produção e exportação de energia eléctrica se dá da seguinte maneira: quando cai a produção as exportações também caem, pois, o país já possui compradores e há mais países no sul da África querendo comprar a energia moçambicana.

A queda na produção de eletricidade e alta dos preços dos combustíveis líquidos condicionou o crescimento da indústria transformadora que foi somente de 3% em 2008. De acordo com o relatório anual do Banco de Moçambique (2008), em termos gerais o setor da indústria de extração mineral foi o que mais contribuiu para o PIB com 25,2% e o de aluguel de imóveis o que menos contribuiu com apenas 0,5% no mesmo período.

Em 2009 o aumento da atividade económica foi impulsionado por todos os setores da economia com grande destaque aos serviços da administração pública e serviços financeiros cujas taxas de variação anual aumentaram 15,1% e 14,5% respectivamente. Destaca-se, nesse sentido, de acordo com o relatório do banco de Moçambique, o alargamento dos serviços financeiros às zonas rurais e a consequente

entrada em funcionamento de novos balcões de bancos comerciais e constituição de novas instituições financeiras e operadores de microcrédito.

Os setores da construção e de eletricidade e água registraram um acréscimo de 10,5% e 9,2% respectivamente, em 2009. No que tange ao setor da construção, seu crescimento foi determinado pela reabilitação da rede de estradas, bem como a construção e reabilitação de outras infraestruturas de transporte. Já a expansão da rede eléctrica que decorreu em escala nacional, foi o responsável pelo crescimento de setor elétrico. O setor da agricultura e da indústria de extração mineira, que individualmente expandiram em 11,2% e 5,7%, respectivamente, em 2009.

De acordo com a tabela 2.4 os setores que mais contribuíram para o crescimento econômico, em 2010, foram os da agricultura (1,4 pp), transportes e comunicações (0,8 pp), comércio (0,6 pp), indústria transformadora (0,2 pp), e eletricidade e água (0,2 pp), segundo dados do Banco de Moçambique juntos esses setores representam cerca de 63% do PIB total. Nesse sentido destacaram-se os setores de serviços financeiros que cresceu 16,4%, administração pública (11,8%) e indústria de extração mineira (6,6%).

**Tabela 2.4 – Contribuição dos Setores para o Crescimento Econômico**

Setores	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Agricultura, Pecuária</b>	1,6	1,9	1,7	1,15	1,5
<b>Pescas</b>	0,08	0,07	0,1	0,09	0,09
<b>Ind. Extraç. Mineira</b>	0,06	0,21	0,5	0,62	0,38
<b>Industria Transformadora</b>	0,35	0,35	0,9	-0,5	1,23
<b>Eletricidade e Água</b>	0,28	0,3	0,0	0,0	0,21
<b>Construção</b>	0,12	0,13	0,3	0,38	0,26
<b>Comércio e Serv. Reparação</b>	1,26	0,74	0,9	0,55	0,74
<b>Hotéis e Restaurantes</b>	0,12	0,08	-0,1	0,02	0,13
<b>Transportes e Comunicações</b>	1,48	1,02	1,2	1,91	0,32
<b>Serviços Financeiros</b>	0,54	1,18	0,7		1,62
<b>Aluguel de Imóveis</b>	0,17	0,03	0,0		0,09
<b>Serviços do Governo</b>	0,32	0,59			

*Fonte: Banco de Moçambique, compilado pelo autor*

Os dados do relatório anual do Banco de Moçambique de 2011 mostram que nesse ano o PIB foi impulsionado pelos seguintes setores, com suas taxas de crescimento: serviços financeiros (22,1%); indústria extrativa (18,9%) estimulada pelo início da

exploração de carvão; serviços da administração pública (16%); transporte e comunicação (8,9%); agricultura, pecuária e silvicultura (8,1%); comércio e serviços de reparação (6,2%); eletricidade e água (6,1%) e educação (6,6%).

A dinâmica de crescimento do PIB em 2012 foi dada pela indústria de extração mineira que nos últimos 3 anos foi o setor mais dinâmico da economia moçambicana, com o crescimento médio anual de 23%, de acordo com dados do relatório anual do Banco de Moçambique (2012). A tabela 2.3 mostra que no ano em questão cresceu 39,29% devido ao início da produção e exportação de carvão de Moatize e de Benga, junto com o aumento da produção de tantalite e zircão nas areias pesadas de Moma.

Ainda em 2012, baseado no relatório anual do Banco de Moçambique e a tabela 3.1, pode-se destacar o aumento da produção de outros setores, nomeadamente:

- Transporte e comunicação: cresceu 10,4%, influenciado pelo reforço da frota rodoviária para os serviços públicos e a crescente demanda de serviços resultante da expansão das zonas per-urbanas;
- Construção: devido ao incremento no volume de investimentos, com destaque para as obras públicas e privadas este setor cresceu 9,8%;
- Serviços financeiros: cresceu 12,6% devido a continuação da expansão da rede bancária pelo país e a entrada de novos operadores e serviços financeiros ocorrida no ano, traduzida no aumento do volume do crédito bancário concedido ao setor privado da economia.

Em 2013 a indústria extrativa continuou sendo o setor mais dinâmico da economia nacional. A evolução deste ramo esteve associada ao aumento na produção do gás, carvão e outros minerais não obstante a desaceleração que ocorreu na produção de areias pesadas. O seu peso tem aumentado, ultrapassando a cifra dos 2,0% da produção global da economia em 2013.

A Tabela 2.5 vai mostrar a composição do PIB Moçambicano em percentagem. De acordo com Castel-Branco (2010) a indústria extrativa, propriamente dita, representa apenas uma pequena fração do PIB de Moçambique, embora se preveja que a sua importância venha a crescer muito rapidamente na próxima década dado o seu peso crescente no investimento produtivo. A Tabela 2.5 mostra que a indústria extrativa representou, em 2013, apenas 3,6% de tudo o que é produzido no país e apesar de sua participação estar crescendo, ainda é muito pequena. A agricultura continua a ser base da

economia nacional e o setor que mais emprega em Moçambique, 70% da mão de obra nacional segundo dados do Instituto Nacional de Estatística INE.

O setor extrativo e a indústria transformadora, juntos, representavam 14,9%, de acordo com a tabela 2.5. Observa-se ainda que a composição do PIB de Moçambique ainda continua concentrada na produção de produtos primários com pouco valor agregado. O maior desafio para a economia moçambicana segundo Castel-Branco (2010) é a diversificação econômica através de uma revolução industrial no país. Castel-Branco salienta no mesmo texto que a indústria em Moçambique foi sendo sucateada à medida que os outros setores da economia foram crescendo, nesse sentido, são necessários investimentos para ressuscitar a indústria nacional. A exploração dos recursos naturais não renováveis pode ser uma grande oportunidade para ressuscitar essa indústria nacional sucateada, tanto através das receitas como o uso dos produtos como energia destinada ao setor industrial. No entanto parece não ser essa a política do governo Moçambicano uma vez que não usa os recursos advindos da indústria extrativa para diversificar os setores da economia nacional que continua profundamente concentrada no setor primário.

Pode-se destacar ainda na Tabela 2.5 a queda drástica da partição do setor de Construção na composição do PIB de Moçambique, que era de 13% em 2003 e dez anos depois não passava de 2,7% do total de tudo o que era produzido em Moçambique. Isso é preocupante porque esse setor deve acompanhar a evolução do PIB. Na medida em que a economia cresce a necessidade de se construir novas infraestruturas para sanar as necessidades criadas pelo aumento da produção. O ano de 2003 coincide com a finalização da construção da 2ª parte do projeto da Mozal, depois disso a participação desse setor na economia nacional caiu drasticamente. Isso pode estar denunciando uma situação em que a economia moçambicana seja refém do IDE dos megaprojetos, onde, na época da construção das infraestruturas para atender as necessidades dessas multinacionais os outros setores da economia, como a construção, crescem e quando as obras terminam o setor também entra em decadência.

**Tabela 2.5 – Peso dos setores da economia moçambicana (em % do PIB)**

Setor/ano	2003	2008	2009	2011	2012	2013
<b>Agricultura, silvicultura, pesca e caça</b>	26,0	29,3	30,9	25,4	32,6	28,7
Nomeadamente pesca		1,9	1,5	1,5	1,9	1,8
<b>Indústria extrativa</b>	0,5	1,5	1,6	1,2	2,4	3,6
Indústria transformadora		15,3	13,1	13,1	11,4	11,3
Eletricidade, gás e água	2	4,6	3,7	5,2	4,1	3,6
Construção	13	3,1	2,2	3,8	3,2	2,7
<b>Comércio por grosso e a retalho, hotelaria e restauração</b>		16,9	13,5	12,2	17	13,7
Nomeadamente hotelaria e restauração		1,7	2,8	1,8	1,6	2,9
<b>Transportes, armazenagem e comunicações</b>		10,1	9,9	11,7	9,8	9,4
<b>Serviços financeiros, imobiliário e serviços às empresas</b>		7,9	9,9	6	6,3	10,3
<b>Serviços da administração pública</b>		3,9	5,0	4,1	4,5	6,2
<b>Outros serviços</b>	44	7,5	10,1	10	8,2	10,6
<b>Produto interno bruto a preços básicos/custo dos fatores</b>		<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: *African Economic outlook, compilado pelo autor*

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) e a tabela 2.5 a agricultura é um dos setores que mais contribuem para as altas taxas de crescimento do PIB da economia, com 1,27% e 1,15% em 2012 e 2013 respectivamente, apesar de ter crescido apenas 5% no último ano. Já a indústria extrativa mineira teve uma variação de 38,17% em 2013 e mesmo assim sua contribuição para o crescimento foi de apenas 0,62% e o seu peso na composição do PIB continua abaixo dos 4%. No entanto a agricultura de Moçambique continua rudimentar, pouco mecanizada e suscetível aos desastres naturais que o país sofre. Durante todos os anos de análise a agricultura sofreu com as variações climáticas do país.

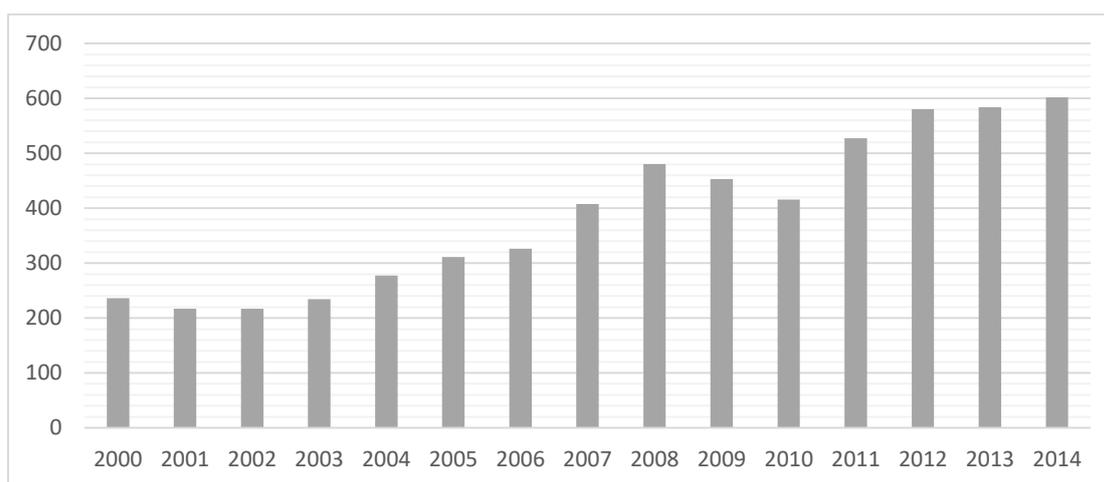
Mesmo com a crise econômica mundial a economia moçambicana continuou a crescer. Esse fato motivou a divulgação de muitos relatórios a nível nacional e internacional afirmando que a economia moçambicana estava no rumo certo, pois atingia taxas de crescimentos favoráveis, contrastando com o resto do mundo, e conseguiu atingir um nível de estabilidade macroeconômica, principalmente com o controle da inflação. Esse tipo de análise é tendencioso e infeliz uma vez que analisa a economia em curto prazo e ignora também o tamanho da economia do país. Não se pode ser reféns dos números otimistas do curto prazo, a economia moçambicana precisa ser modernizada e passar por aquela revolução industrial citada por Castel-Branco (2010), numa publicação do IESE intitulada: “Economia Extrativa e desafios da industrialização em Moçambique”.

Os crescentes investimentos na indústria extrativa atraem investimentos para os setores complementares. Esses investimentos derivam da necessidade dos megaprojetos do setor extrativo terem fornecedores e prestadores de serviços (nacionais ou estrangeiros) a nível local. Observa-se, no entanto, que a economia moçambicana continua concentrada no setor primário e muito dependente da agricultura. O setor extrativo não dinamiza a economia nacional, uma vez que, a sua contribuição e o seu peso no PIB são muito pequenos.

#### 2.4.1. PIB PER CAPITA E TAXA DE DESEMPREGO

Outra variável muito importante para ser analisada é o PIB *per capita*, que de acordo com o gráfico 1.5, no capítulo 1, está muito abaixo da média dos países da África Subsaariana, que é de 1800 dólares por habitante. O gráfico 2.2 confirma os resultados baixos dessa variável, que do ano 2000 a 2014 cresceu de 200 dólares por habitantes para 600 dólares. Números muito baixos mostram que as taxas médias de crescimento da economia moçambicana não são suficientes para aumentar sua oferta agregada. Mesmo não sendo uma variável que mede o bem-estar social, o PIB *per capita* é um indicador central para julgar a posição da economia de um país ao longo do tempo ou em comparação com outros países.

**Gráfico 2.2 – Evolução do PIB per Capita em Moçambique (em US\$)**



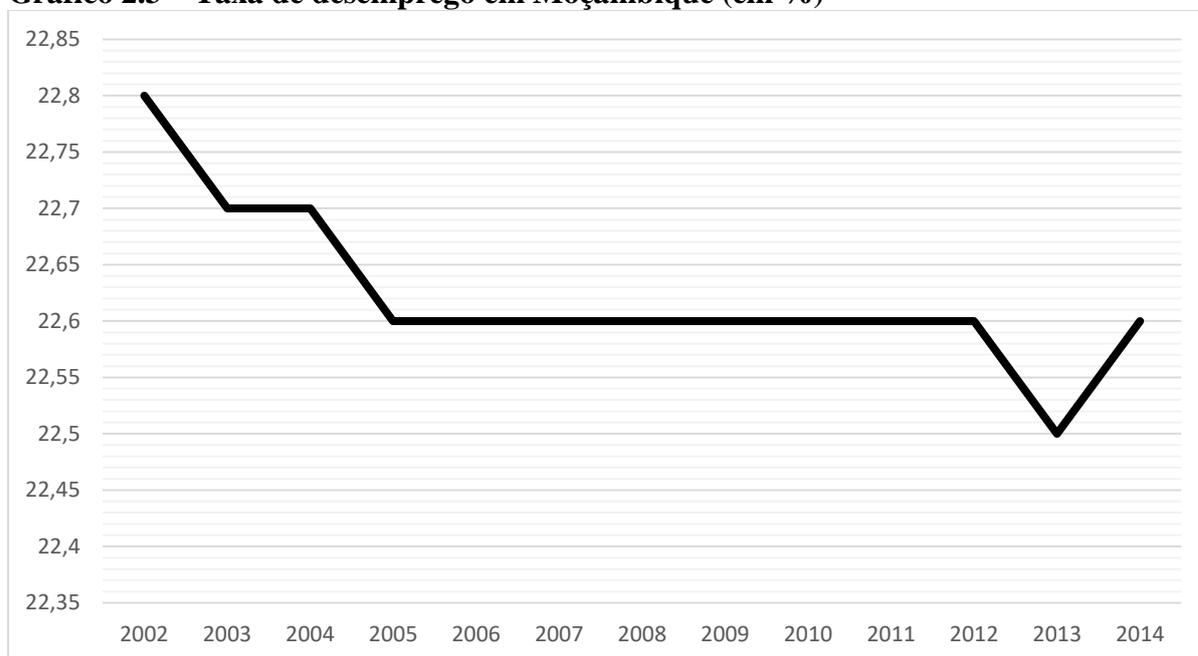
Fonte: World Bank, *the global economy.com*

Ao longo dos anos o PIB per capita moçambicano aumentou, no entanto, os resultados ainda são muito modestos. Essa variável mede a renda média, nesse sentido, podemos dizer que ao longo dos anos a renda média dos moçambicanos melhorou, mas

ainda continua abaixo dos outros países africanos. Os volumosos fluxos do IDE destinado a exploração de recursos naturais no país podem estar contribuindo pouco para melhorar a renda média no país.

O gráfico 2.3 vai mostrar a evolução da taxa de desemprego em Moçambique entre 2002 e 2014, uma vez que não foram encontrados os dados da evolução dos empregos nos megaprojetos. Esse gráfico é uma tentativa de analisar o impacto dos megaprojetos, ou o crescimento econômico dinamizado por eles, na taxa de desemprego nacional. No entanto, como se observa no gráfico 2.3, o comportamento da variação da taxa de desemprego parece estar a margem das altas taxas de crescimento econômico registrado na economia moçambicana no tempo analisado. Em 2002 ela registrava 22,8% caiu para 22,7% em 2003 apresentou a mesma taxa em 2004, depois decresceu para 22,6% em 2005, taxa que permaneceu constante até 2013, quando caiu para 22,5% e em 2014 voltou aos padrões de 2012. Nesses anos todos a taxa de desemprego registrou queda abaixo de 22%, nesse sentido pode-se concluir que os megaprojetos não têm nenhum peso no mercado de trabalho moçambicano, contribuem muito pouco para a geração de emprego.

**Gráfico 2.3 – Taxa de desemprego em Moçambique (em %)**



Fonte: World Bank, compilado pelo autor.

## 2.5. MOÇAMBIQUE CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA

Vinte quatro anos depois da assinatura do acordo geral de paz, que punha fim à guerra civil entre a FRELIMO e a RENAMO, Moçambique volta a conviver com a tensão político-militar, envolvendo as Forças de Defesa e Segurança (FDS) e os guerrilheiros da RENAMO, desde meados de 2012. Isso, curiosamente, acontece em uma época em que grandes reservas de recursos naturais não renováveis estão sendo descobertos no interior do país, principalmente a região norte. A questão aqui é se essa instabilidade política que o país está atravessando nesses últimos anos tem a ver com a exploração dos recursos naturais não renováveis. E até que ponto essa instabilidade expões ou afeta a fraqueza ou a força das instituições moçambicanas. Nesse sentido, será feita uma revisão histórica da política moçambicana, desde a origem dos principais partidos até a instabilidade que o país está passando nos últimos anos.

A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) foi fundada em 1962, como um movimento nacionalista com o objetivo de lutar pela independência de Moçambique do domínio colonial português. Desde a independência, em 25 de junho de 1975 FRELIMO é o principal partido político e governa o país desde então. Por outro lado, a Resistencia Nacional Moçambicana (RENAMO) é o maior partido de oposição e seu atual presidente é Afonso Dhlakama. Este partido foi fundado em 1975 e surgiu como reação ao único partido no poder, FRELIMO, organizando um movimento armado que culminou com a guerra civil de 16 anos no interior do país.

Após a independência de Moçambique, em 1975, o partido no poder resolveu adotar o sistema socialista, autoritário e apoiar os movimentos contra o racismo na África do Sul e na Rodésia (atual Zimbábue). É consenso entre os historiadores político que RENAMO foi fundada como uma organização política anticomunista, patrocinada pela Organização Central de Inteligência da Rodésia, que procurava por meio da RENAMO impedir que o governo da FRELIMO fornecesse refúgio para membros da União Nacional Africana do Zimbábue, militantes que buscavam derrubar o governo rodesiano.

Esta seção baseou-se nas publicações que o Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE) tem disponibilizado 2014, intitulado: “Desafios para Moçambique”. Esses textos têm mostrado as atualidades do país e seus desafios sob a perspectiva política, econômica e social. Trata-se, nesse sentido da reunião de vários artigos científicos, resultados de pesquisas no país. Em um país como o Moçambique, onde os pesquisadores encontram dificuldade de encontrar dados, estudos como esses ajudam a

preencher, ainda que parcialmente, essa lacuna. Foram consultados, além disso, as poucas bibliografias que há sobre o assunto. Nesta seção pretende-se estudar a história política de Moçambique, a partir do Acordo Geral de Paz (AGP), assinado em 1992, mas é necessário mostrar um breve histórico da política moçambicana a partir da independência. Espera-se que esse estudo ajude compreender como o IDE, o crescimento econômico e a gestão de recursos naturais tem se comportado e influenciado a conjuntura política do país. Além disso, espera-se compreender, com essa história política, a situação das instituições nacionais.

### **2.5.1 GUERRA CIVIL**

A estratégia de guerra da RENAMO era minar ou destruir tudo o que poderia ser entendido como um esforço governamental para providenciar produtos e serviços para a população. Isso inclui destruição de escolas, hospitais, estradas, linhas de eletricidade e de telefone etc. A violência da RENAMO não se limitou apenas as infraestruturas, de acordo com Tollenaere (2006). Foram cometidas atrocidades contra pessoas: assassinatos, destruição de casas, raptos, torturas. Por outro lado, a RENAMO também conseguiu ganhar uma certa legitimidade através da reinstalação de autoridades tradicionais e religiosas em áreas sob seu controle. O exército moçambicano não conseguiu evitar o avanço da RENAMO em direção ao norte e ao sul. A medida que a guerra chegou num impasse a situação econômica se ia deteriorando, o exército oficial também se tornou mais agressivo, fazendo-se valer de violências arbitrárias contra civis, fossem esses suspeitos ou não de cooperarem com a RENAMO.

A partir de 1983 a situação social, política (socialista) e econômica deteriorou-se a ponto de deixar Moçambique extremamente vulnerável e dependente das ajudas humanitárias para tentar minimizar os efeitos negativos da guerra, das catástrofes naturais e das dificuldades econômicas enfrentadas (BELLUCCI, 2008). A primeira tentativa de resolver o conflito armado não teve sucesso e aconteceu em 1984, quando foi negociado o Acordo de NKOMATI com o governo sul africano, que não conseguiu pôr fim ao conflito (BRITO, 2014).

Em 1984 Moçambique adere ao *World Bank* e ao FMI e anuncia uma mudança dramática na sua política econômica. Em 1986, a morte súbita do presidente Samora Machel (presidente de Moçambique desde 1975) trouxe o menos carismático, mas diplomático e pragmático Joaquim Chissano ao poder. Em 1989, no momento simbólico

do fim da guerra fria e das suas guerras satélites nos países em desenvolvimento a FRELIMO rejeita o marxismo e o leninismo formalmente e adota o neoliberalismo. Por último o regime de apartheid na África do Sul começava a estar mais orientada para as suas transições políticas internas, abandonando assim o seu apoio aos grupos de oposição armados na região (SANCHES, 2014; BELLUCCI, 2008).

Em 1992 foi assinado o Acordo Geral de Paz (AGP) entre a FRELIMO e a RENAMO, em Roma. Depois disso, eleições diretas foram realizadas em 1994, com a FRELIMO vitoriosa e Joaquim Chissano eleito presidente. Mesmo com a paz as tensões entre as partes não cessaram devido à centralização política praticada pelo partido no poder, mesmo adotando uma política multipartidária. A FRELIMO foi se perpetuando no poder a ponto de se tornar um partido-Estado, de acordo com Brito (2014)

Durante os 27 anos de instabilidade -desde a luta armada pela independência, a guerra civil até o acordo de paz- a deterioração da economia, a destruição das estruturas socioeconômicas e da administração pública, devido à guerra e à falta de capacidade econômica, administrativa e técnica, tiveram efeitos devastadores para a situação política e econômica de Moçambique. Esses conflitos não somente destruíram muitas das infraestruturas, mas também causaram o aumento da pobreza absoluta no interior do país.

Segundo Brito (2014) o AGP foi mais o fruto do esgotamento das duas forças e da sua incapacidade para continuar a guerra no contexto do fim da guerra fria, do que o resultado de uma vontade genuína de negociação e de criação dos mecanismos para a solução das diferenças. Fora desse acordo ficaram, contudo, questões como a da excessiva centralização e distribuição desigual de poder político e econômico entre as diferentes regiões, isso criou diversas tensões. Além disso, por ter ganhado as eleições Chissano nomeou os governadores provinciais sem consultar a oposição. Com isso, manchetes eram frequentemente dominadas pelas trocas públicas de acusações inflamatórias entre a FRELIMO e a RENAMO. Tais explosões ocasionalmente alarmaram os patrocinadores estrangeiros da “democracia moçambicana”, e em outubro de 1995 levaram à visita de uma delegação de alto nível sul-africano após alegações de uma tentativa de golpe. Esses só confirmam os argumentos de Collier e Hoeffler (2004), apresentados no capítulo 1 de que os conflitos surgem da marginalização política dos grupos de oposição e ganham mais força quando há recursos naturais não renováveis sendo descobertos no interior do país, essa é a realidade de Moçambique.

[...] a atual tensão político-militar em Moçambique resulta da relação conflituosa entre, por um lado, uma cultura política autoritária herdada

do passado colonial, e que se perpetuou no pós-independência, e, por outro lado, o respeito pela cidadania, particularmente no que se refere à dignidade humana e liberdades individuais (FORQUILHA, 2014 p. 14).

Brito (2014) menciona o fato do AGP ter isolado as outras forças políticas e só ter colocado em destaque a FRELIMO e a RENAMO, já que o segundo assumiu-se como o único interlocutor do governo no partido no poder. Como a FRELIMO ganhou a primeira eleição presidencial, entre os dois partidos, e com isso conseguiu uma maioria absoluta no parlamento, a estrutura do partido-Estado, criada desde a independência, acabou por se manter, apesar da existência formal de instituições democráticas. Isso só mostra que apesar de ter sido um instrumento importante para cessar as hostilidades da guerra civil, o AGP era insuficiente para assegurar, por si só, as condições de uma real transição democrática em Moçambique.

## **2.5.2 CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA E ENFRAQUECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO ESTADO**

Durante todo o ano de 2014 houve, por parte do MDM e RENAMO, uma grande discussão acerca da descentralização das instituições do Estado no seio da FRELIMO. O que acontece aqui é que as instituições do Estado moçambicano se confundem com as instituições do partido no poder, uma vez que a maior parte dos integrantes dessas instituições são membros da FRELIMO. Os governadores de todas as províncias moçambicanas e a maioria dos presidentes de municípios do país são do partido no poder.

As empresas pertencentes ao Estado têm sociedade com empresas particulares, pertencentes à elite política da FRELIMO. Para exemplificar isso, será usado como base a notícia do jornal SAVANA do dia 11 de março de 2016. Essa edição mostra o consórcio entre ENH (Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, do Estado), a sul africana *Sac Oil* e a *profim*, pertencente ao tio do Presidente da República e um dos líderes da FRELIMO, Alberto Chipande, para construção de um gasoduto para exportação do gás moçambicano a África do Sul. Isso parece confirmar o que Fael e Cortez, membros do CIP, que afirmam que a descoberta dos recursos naturais não renováveis em Moçambique fez com que praticamente todos os membros do Executivo procurassem fundar empresas cujo objetivo social prioriza o exercício de atividades no setor extrativo.

O Jornal da noite de 04 de maio de 2016 no canal de televisão STV Moçambique mostrou Graça Machel, no contexto da chegada da tocha em Brasília, afirmando que as instituições moçambicanas são frágeis. A edição de 05 de maio de 2016 mostrou Rui Beltazar, antigo ministro das finanças afirmando que o país sofre com a corrupção, nepotismo.

Outro fator que mostra a fraqueza das instituições moçambicanas face aos desmandos da elite política da FRELIMO é a descoberta de dívidas contraídas por empresas privadas com garantia do Estado sem o conhecimento do Banco de Moçambique (Banco Central) e nenhuma outra instituição financeira nacional. Essa dívida só foi conhecida depois que o FMI e o *World Bank* suspenderam o financiamento ao país devido a essas dívidas desconhecidas. Nesse sentido a Inglaterra também suspendeu o financiamento ao orçamento do Estado. Com essa análise é possível afirmar que as instituições moçambicanas não têm capacidade para fiscalizar, supervisionar e controlar as corporações multinacional na exploração dos recursos naturais não renováveis no interior do país. Há nesse sentido muitos conflitos de interesse.

Para concluir vê-se que o país continua com um partido-Estado no poder e um movimento armado que pertence ao maior partido de oposição. As instituições nacionais não têm credibilidade para defender os interesses do povo moçambicano, mas continuam sujeitas as vontades do partido no poder. Com um quadro institucional desses é muito difícil defender os interesses da nação face ao interesse das grandes multinacionais nas enormes reservas de recursos naturais não renováveis que o país dispõe.

## **2.6. CONCLUSÕES**

Em primeiro lugar pode-se destacar a dependência de Moçambique face aos doadores internacionais, tanto politicamente como economicamente. A política econômica moçambicana está sujeita aos interesses desses doadores, que financiam a economia nacional e o orçamento geral do Estado. O FMI e o *World Bank* e países da OECD fazem parte dessa lista de financiadores do Estado moçambicano. Isso, significa favorecimento em eventuais negociações para vinda de alguma companhia multinacional para explorar os recursos naturais, aquelas pertencentes a esses países doadores terão preferência em relação as outras.

Segundo, maior parte de informações que foram encontradas acerca dos megaprojetos e da economia nacional não estão disponíveis nos órgãos oficiais do Estado

moçambicano, mas podem ser achadas nos órgãos internacionais ou nas instituições moçambicanas financiadas por organismos internacionais. Isso pode mostrar a falta de conhecimento das instituições do Estado moçambicano ou este oculta essas informações. Acredita-se que sejam os dois casos pois de acordo com Hobert (2016)<sup>3</sup>, os representantes do Estado moçambicano pouco sabem acerca dos megaprojetos no interior do país, pois as informações que prestam são superficiais.

Terceiro, apesar de ser uma das economias que mais crescem no continente africano o PIB per capita de Moçambique é um dos mais baixos do continente, estando abaixo da média dos países da África subsaariana. O crescimento econômico do país não é inclusivo e está concentrado em produtos primários. O IDE não é o motor do crescimento econômico uma vez que contribui muito pouco para as taxas de crescimento do país além da sua pequena parcela do PIB. Há, nesse sentido, a necessidade de diversificação econômica, principalmente no que tange a investimento na indústria, usando as rendas geradas pela exploração de recursos naturais não renováveis. O IDE é incapaz de modernizar a economia moçambicana porque a estratégia das multinacionais para o país é a busca de matérias primas.

Quarto, observa-se um grande esforço do Estado moçambicano, na modernização do quadro legal e regulatório, para acompanhar a exploração cada vez maior dos recursos naturais não renováveis no interior do país. No entanto essas regulações ainda são muito limitadas uma vez que as multinacionais ainda são as detentoras de todas as informações de recursos disponíveis e seus preços no mercado internacional, não existe nenhuma auditoria por parte do governo. Há uma necessidade de o Estado moçambicano monitorar as pesquisas controlar as quantidades produzidas e criar mecanismos para que as riquezas geradas pelo setor extrativo beneficiem o povo moçambicano, uma vez que este emprega pouco e seus recursos são finitos.

O governo se faz representar pela ENH e criou entidades reguladoras como o INP e o INM. Entretanto, essas instituições colocam informações limitadas acerca da extração dos recursos naturais para o domínio público. Também, tanto a legislação de minas quanto a petróleo ainda é muito confusa, não são claros quanto aos ganhos para o Estado moçambicano. Atualmente o país precisa melhorar o seu quadro institucional e prestar contas dos recursos explorados no país se quiser ter algum retorno das riquezas geradas pelo setor extrativo. As companhias multinacionais não fazem caridade elas

---

<sup>3</sup> HOBERT, D. An introduction to Rovuma LNG economics. Workshop organizado pelo SEKELEKANI. Maputo, Mar. 2016.

querem lucrar o máximo possível e evitar custos. Elas não estão interessadas em desenvolver Moçambique e sim explorar os recursos que as interessam. As infraestruturas que elas constroem estão voltadas para suprir suas necessidades de instalação, extração e escoamento da produção. Quem deve criar mecanismos para que a indústria extrativa beneficie o país são os próprios moçambicanos. E com o quadro institucional que o país dispõe até o presente momento não favorece porque há muitos conflitos de interesses por parte dos moçambicanos, a instabilidade política é consequência disso.

Esta instabilidade política que o país atravessa, só confirma a fragilidade das instituições moçambicanas e desvia o foco delas de criar mecanismos para que o país se beneficie dos ganhos que o IDE pode proporcionar. Existe uma elite política que vê nos projetos de IDE na indústria extrativa a oportunidade de conseguir benefícios individuais. Nas palavras de Castel-Branco (2008, p.11) “uma considerável parte da burguesia capitalista nacional, incluindo membros e funcionários sêniores do governo tem interesse direto nos megaprojetos por neles participarem como acionistas”. Mesmo com esse conflito entre FRELIMO e RENAMO o fluxo do IDE para Moçambique continuou a crescer o que foi capaz de frear esse crescimento, no curto prazo, foi a queda dos preços internacionais de carvão e petróleo. Moçambique está numa situação muito vulnerável aos efeitos adversos da economia concentrada na extração dos recursos naturais, instituição fraca, alta corrupção, sensibilidade à volatilidade dos preços internacionais das *commodities*, pouco controle sobre a riqueza gerada pela indústria extrativa e os consequentes conflitos internos. De acordo com a literatura consultada ainda existe grandes reservas de gás natural e petróleo na bacia do Rovuma que ainda não começaram a ser explorada, a previsão de arranque desse projeto de exploração do gás liquefeito (LNG) é depois de 2020. Moçambique deve usar os projetos anteriores para não repetir os mesmos erros.

## **CAPÍTULO 3 – MEGAPROJETOS E IDE EM MOÇAMBIQUE**

### **3.1. MEGAPROJETOS (MP) EM MOÇAMBIQUE**

Trata-se de grandes projetos com financiamento estrangeiro, quase sempre no setor de extração de recursos naturais, de capital intensivo e orientado para a exportação. Estes projetos investem com frequência em infraestruturas propositadamente construídas para servir às suas necessidades específicas. Estes projetos deram uma contribuição importante para o crescimento econômico, mas geraram um emprego limitado (FMI, 2014 p. 2).

De acordo com Castel-Branco (2002) no início da década passada dos 10 maiores megaprojetos em Moçambique, 7 estavam diretamente relacionados com o complexo mineral-energético (MEC) sul-africano, e os outros 3 estavam relacionados indiretamente com o MEC, através da criação de infraestruturas vitais para o MEC.

Antes de apresentar as críticas ao funcionamento dos megaprojetos em Moçambique, é prudente descrever os MP que já estão em funcionamento no país. É atribuída aos MP a taxa de crescimento econômico do país e segundo a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH, 2014) o IDE é o motor do crescimento econômico em Moçambique, além disso, os megaprojetos foram responsáveis pelos grandes volumes de fluxos de IDE.

Os MP são as empresas que mais exportam, e suas importações são significativas, mas considerando só os MP a nossa balança comercial é positiva. Isso, no entanto só esconde o fato de que esses projetos não têm contribuído para geração de renda dentro do país. Pois estes empregam pouco e repatriam a maior parte dos lucros. Dados do Balanço de Pagamentos de Moçambique (2013) mostram que uma parcela muito pequena dos lucros é reinvestida no país.

Os megaprojetos são atividades de investimento e produção que apresentam as seguintes características especiais: (i) a sua dimensão, definida pelos montantes de investimento (acima de US\$ 500 milhões) e o impacto na produção e no comércio, é enorme; (ii) os megaprojetos são geralmente intensivos em capital e, portanto, não geram emprego direto proporcional ao seu peso no investimento, produção e comércio; (iii) são geralmente concentrados em torno de atividades mineiras e energéticas; (iv) são estruturantes das dinâmicas fundamentais de acumulação e reprodução econômica em Moçambique por causa do seu peso no investimento privado, na produção e no comércio;

(v) são área quase exclusiva de intervenção de grandes empresas multinacionais por causa dos elevadíssimos custos, das qualificações e especialização requeridas, da magnitude, das condições competitivas e especialização dos mercados fornecedores e consumidores, geralmente dominados por oligopólios e monopólios; (vi) os custos de irrecuperáveis (*ou sunk costs*) são altíssimos por causa da dimensão e complexidade destes investimentos (CASTEL-BRANCO, 2008).

Por causa desses megaprojetos Moçambique tornar-se um exportador de recursos naturais de nível mundial. Projeções indicam que o país vai experimentar um rápido aumento de receitas durante as próximas décadas e por um período muito longo (BIGGS, 2012). De acordo com Castel-Branco (2002) o governo moçambicano vê os megaprojetos como uma solução para resolver os problemas do desenvolvimento porque permitem:

- a) Acesso ao capital, via investimento direto estrangeiro, sem por pressões sobre os alvos do programa de estabilidade macroeconômica de Moçambique;
- b) Acesso à tecnologia, capacidade de gestão e força de trabalho qualificada;
- c) Acesso a “boas” práticas de organização da produção e de gestão competitivas ao nível dos standards internacionais mais altos;
- d) Acesso a mercados;
- e) Ligações com a economia nacional;
- f) Imagem (marketing) de Moçambique no panorama dos fluxos internacionais de capitais.

Na Tabela 3.1 estão listados os megaprojetos de Moçambique, em operação ou em construção. A Mozal, financiada pela BHB Billiton, foi o primeiro megaprojeto de Moçambique, e iniciou as suas atividades em 2000. Ela já está em operação há mais de uma década, trabalhando com a fundição de alumínio, e continua a ser o maior *mega* exportador do país, contribuindo com mais de um quarto das exportações totais do país em 2014. De acordo com Biggs (2012) a Mozal está produzindo na sua capacidade máxima e atingiu uma média de cerca de US\$ 1,2 bilhões de vendas anuais ao exterior, ao longo da última década. A fundição iniciou a fase de expansão II da produção em 2003, de mais 245.000 toneladas por ano.

Os megaprojetos (MP) descritos na Tabela 3.1 tem a finalidade de extrair os recursos naturais e/ ou construir infraestruturas para a exportação desses recursos. A tabela 3.1 descreve os projetos que já estão em operação e aqueles que estão planejados para operarem no futuro próximo, a partir da próxima década – especificamente. Biggs

(2012) prevê, nesse sentido, que o país vai efetivar volumosas receitas de exportação nas áreas de carvão, gás natural e das areias pesadas, além da exportação da eletricidade para os países vizinhos que possivelmente crescerá. No entanto, isso vai depender muito dos preços internacionais desses produtos e dos gastos das transnacionais com infraestrutura.

**Tabela 3.1 – Megaprojetos em Moçambique**

<b>Empresa/ Projeto</b>	<b>Setor</b>	<b>Localização</b>	<b>Investimento</b>	<b>Capacidade/reservas</b>	<b>Produção</b>
<b>1. Mozal I, II e III</b>	Alumínio	Maputo	US\$ 2,1 bilhões	245. 000 t/ano 245. 000 t/ano	2000 2003
<b>2. HCB</b>	Eletricidade	Cahora Bassa CB Norte	(na) US\$ 800 milhões	HBC 2075 MW CEZA/HBC 1245 MW	1998 Início: 2011 Conclusão: 2017
<b>3. CESUL Projeto de Transmissão</b>	Eletricidade	Tete ligada com as províncias do sul	US\$ 2,5 bilhões	Fase I: 3100 MW ancorada às Barragens de Cahora Bassa e Mpanda Nakuwa Fase II: 6000 MW ancorada às centrais Termoelétricas a carvão da Vale e Rio Tinto	Início: 2011 Conclusão Prevista: 2016 (Fase 2 depends on Vale/Rio Tinto power plant investimento)
<b>4. Projeto de Energia de Benga</b>	Eletricidade	Jazida de Carvão de Benga, Tete	US\$ 1,3 bilhões	Fase I: 600 MW Fase II: 2000 MW	2013
<b>5. Sasol/ ENH 50% Expansion</b>	Gás Natural	Pande, Jazidas de gás natural de Timane, Inhambane	US\$ 2,1 bilhões	154 GJ 231 GJ	2004 2011-2016
<b>6. Kenmare</b>	Areias Pesadas	Moma Nampula	US\$ 460 milhões	900. 000 a 1,3 t/ ano	2007
<b>7. Vale</b>	Carvão (térmico e metalúrgico) + terminal de carvão e Ferrovia	Moatize, Tete	US\$ 2 bilhões até agora; planos de expansão próximos 4 anos, US\$ 4 bilhões.	Capacidade total 25 m t/ano (0,6 m t expedidos em 2011, previsto aumento da capacidade até 22 m toneladas por volta de 2014)	2011
<b>8. Rio Tinto/Reversdale</b>	Carvão (térmico e metalúrgico)	Benga, Tete	US\$ 1 bilhão	Capacidade total, Benga 10 m toneladas Zambeze adjacente 25m Tete Leste 10m	2012

Fonte: Biggs 2012 p. 16

O segundo megaprojeto descrito na Tabela 3.1 é a Hidrelétrica barragem de Cahora Bassa (HBC) é o maior complexo hidroelétrico da África Austral. A central geradora tem uma capacidade total instalada de 2.075 MW. De acordo com Biggs (2012) Aproximadamente 80% da sua produção é exportada para países vizinhos - Moçambique consome apenas 19 % da produção total, enquanto a África do Sul consome 73%. A HBC ainda continua fazendo investimento para expansão e aumento da produção para aumentar as exportações futuras. Em 2010 investiu-se US\$ 10,5 milhões para ampliação

da produção em 14% e prevê-se uma expansão da HBC de US\$ 800 milhões na Estação de Energia na Margem Norte do Rio Zambeze, para aumentar a capacidade em mais 1245 MW (BIGGS, 2012).

O terceiro MP destacado na Tabela 3.1 é o Projeto da Rede Principal de Transmissão Regional de Moçambique (CESUL), inaugurado em 2011, que tem como objetivo transportar (6000 MW), a partir do Norte, onde a maior parte da energia é produzida, para os centros de elevado consumo no Sul, proporcionando igualmente acesso à energia à região central do país. Adicionalmente irá permitir o comércio de energia elétrica com outros membros do SADC através do Aglomerado de Energia da África Austral (*Southern Africa Power Pool*) (BIGGS, 2012).

De acordo com a Tabela 3.1 o projeto da CESUL está dividido em duas fases. A primeira fase foi iniciada em 2011 e tem a conclusão prevista para 2016 terá a capacidade de transportar 3100 MW de energia elétrica e está ancorada às barragens de Cahora Bassa e Mpanda Nakuwa. A segunda fase desse projeto depende dos investimentos da Vale e Rio Tinto pois estará ancorada às centrais termoelétricas a carvão dessas duas empresas para produzir 6000 MW de energia elétrica. Para colocar este projeto em funcionamento serão investidos US\$ 2,5 bilhões de dólares.

O quarto MP é o projeto de energia de Benga, que junto com a Barragem de Mpanda Nakuwa faz parte dos dois outros projetos de produção de energia elétrica que estão planejados para futuramente aumentar a capacidade de forma significativa. Em 2010, o Governo de Moçambique aprovou o Projeto de Energia de Benga – orçado em US\$ 1,3 bilhões – localizado no depósito de carvão de Benga, em Tete, com acesso direto às fontes necessárias de carvão térmico. Prevê-se que a Fase I de produção de 600 MW seja realizada em 2013. A capacidade final após a conclusão da Fase II será de 2.000 MW. A produção da Fase I será transmitida pela EDM e prevê-se que aproximadamente 63% sejam vendidos às minas da Rio Tinto e a outros consumidores, em Moçambique, e o restante para a África do Sul.

O quinto MP é o de exploração de gás, que acordo com o Centro de Integridade Pública de Moçambique (CIP, 2013) é tido como sendo o futuro do país. Ainda de acordo com a mesma instituição o valor anual de venda de venda de gás natural de Moçambique para a África do Sul é de mais de US\$ 800 milhões de dólares. O primeiro acordo para a exploração de gás em Moçambique foi assinado em 1998 e em 2000 foi assinado um acordo de partilha de produção para a exploração do gás natural dos campos de Timane

e Panda, que seriam explorados pela sul africana Sasol (70%) junto com a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (25%) e a *International Finance Corporation*.

A Sasol *Petroleum International* (SPI) tem um quadro efetivo de 192 trabalhadores dos quais 140 são moçambicanos. Em 2004 iniciou-se a construção do campo de Gás de Timane, da Unidade Central de Processamento em Timane, de um gasoduto com extensão de 865 Km entre Timane e Secunda (África do Sul) (SPI, 2014). De acordo com a CIP (2013) em 2007 a Sasol propôs uma expansão para Pande e Timane no valor de US\$ 400 milhões, aumentando a capacidade de produção da instalação e do processamento em 50%, dos originais 120 milhões de giga-joules (mGj) para 183 mGj (CIP, 2013).

O sexto MP é a mina de exploração de Areias Pesadas de Moma na província de Nampula, explorada pela mineradora irlandesa Kanmare. A empresa, com sede em Dublin, é uma das principais produtoras mundiais de titânio e zircão e opera em Moçambique desde 2007. De acordo com a Tabela 3.1 este empreendimento produz cerca de 1,3 toneladas de minérios por ano e de acordo com o relatório do balanço de pagamentos do Banco de Moçambique tem um peso muito grande nas exportações nacionais, cerca de US\$ 191,3 milhões em 2014.

O sétimo MP é a mina de exploração de carvão de carvão térmico e metalúrgico, concedida à mineradora brasileira Vale do Rio doce. A bacia de carvão de Moatize, na província de Tete, representa, ao que parece, a maior reserva de carvão não explorada do mundo, com cerca de 6 bilhões de toneladas. Moatize também contém aquela que é, possivelmente, a última grande mina de carvão metalúrgico no mundo. Juntando Moatize com as outras descobertas de carvão na bacia de Moatize, no Vale do Zambeze – Zambeze, Benga, Cahora Bassa, Ncondezi, Moatize, Karoo e Revubue – as reservas de carvão totais em Moçambique estimam-se em cerca de 25 bilhões de toneladas. Um relatório do Standard Bank estima que o valor *in-situ* dessas reservas, assumindo preços mundiais médios a longo prazo de US\$ 150 por tonelada de carvão metalúrgico e US\$ 80 por tonelada de carvão térmico, atinja US\$ 1 trilhão (BIGGS 2012).

Com o projeto da Vale, prevê-se a exploração da mina de carvão a céu aberto por 35 anos, com produção média anual estimada em 22 milhões de toneladas anuais de produtos de carvão (Carvão metalúrgico e térmico) a serem escoados para mercados como Brasil, Ásia, Médio Oriente e Europa (Jornal Notícias edição da Sexta-Feira, 14 de novembro de 2014. Maputo, Moçambique).

O oitavo MP é a mina de carvão de Benga, que já foi vendida duas vezes. A licença para exploração de carvão nesta localidade foi concedida a mineradora australiana *Riversdale Mining*. Em 2011 a *Riversdale* vendeu sua concessão para a Rio Tinto por US\$ 3,7 bilhões. De acordo com o jornal o Globo (30 de julho de 2014), depois de três anos de exploração a Rio Tinto vendeu, em 2014, os seus ativos de carvão de Moçambique para uma *joint venture* indiana *Coal Ventures Private Limited* (ICVL) por US\$ 71 milhões, depois de reclamar dos prejuízos nos últimos anos.

Esses oito megaprojetos já estão em operação em Moçambique. Além destes outros tem previsão de entrar em operação a partir de 2020, que irão produzir a maior parte dos recursos minerais de Moçambique. Mas antes de falar dos futuros MP é necessário apresentar algumas críticas e limitações do funcionamento dos MP em Moçambique e mostrar porque eles geram uma insignificativa riqueza para o país.

### **3.1.1. MEGAPROJETOS E INCENTIVOS FISCAIS**

Para listar os benefícios fiscais que as multinacionais, exploradoras de recursos naturais não renováveis, recorreu-se aos dados do Instituto de Estudos Sociais Económico (IESE) de Moçambique. Serão citados aqui alguns dos principais megaprojetos e seus respectivos incentivos fiscais.

A Mozal está presente na indústria transformadora e na indústria extrativa e goza dos seguintes incentivos fiscais: isenção do pagamento do Imposto sobre o Rendimento de Pessoa Coletiva (IRPC), SISA, Imposições Aduaneiras, IVA, ICE, Taxa de serviços aduaneiros, Isenção do IRPS dos recursos expatriados na fase de construção e isenção nos primeiros 5 anos de operação e outras. A Mozal goza também da dedução de custos com infraestruturas de domínio público, *Staff* moçambicano e imposto de petróleo, Livre repatriamento até 100% de lucro e dividendos. Empresas que prestam serviços para essa companhia se beneficiaram de isenção do IRPS, de 15% do IRPC, garantia de direito sobre as importações e livre repatriamento de até 100% lucros, dividendos e outros (CASTEL-BRANCO, 2010).

O governo moçambicano isentou a Sasol de pagar imposto nos seguintes termos: redução de 50% do IRPC durante os primeiros 6 anos operacionais, isenção do IVA, Sisa, CP, imposições aduaneiras e imposto de circulação. Além disso, a transnacional tem o direito de repatriar 100% dos seus lucros (CASTEL-BRANCO, 2010).

A irlandesa Kenmare iniciou suas atividades de exploração de áreas pesadas em Moma, na província de Nampula, norte de Moçambique, em 2007. Essa companhia foi beneficiada com a redução para 15% de IRPC para mina durante 10 anos operacionais e isenção para indústria transformadora, ICE, CP, IVA, Imposições aduaneiras, SISA, Imposto de selo, Isenção do IRPS aos Expatriados na fase de construção e isenção nos primeiros 5 anos de operação e outras. Os custos que a companhia teve com a construção de infraestruturas de domínio público serão deduzidos, também a dedução do *Staff* moçambicano e imposto de petróleo. Essa companhia também tem a liberdade de repatriar 100% dos lucros e dividendos.

A Companhia Vale do Rio Doce assinou, em 2007, um contrato mineiro com o governo moçambicano para exploração do carvão de Moatize, província de Tete. Essa multinacional brasileira goza da redução para 15% de IRPC para a Mina durante os primeiros 10 anos, redução para 5% para a indústria Transformadora Taxa Liberatória, Imposições Aduaneiras, Imposto de Selo, ICE, IVA, CP, redução de SISA em 50% na aquisição de imóveis e isenção na transmissão de propriedades do Estado, Isenção do IRPS aos Expatriados na fase de construção e redução em 40% ou isenção nos primeiros 5 anos de operação e outras.

### **3.1.2. CRÍTICAS AOS MEGAPROJETOS**

Os mais otimistas colocam os megaprojetos como sendo a esperança para o desenvolvimento econômico e social do país. No entanto quando se olha a realidade vê-se que estes só servem para explorar a riqueza natural e enviá-la para o exterior. Vários fatores obscuros confirmam essa conclusão, um deles é a pouca informação disponibilizada acerca destes megaprojetos. Para fundamentar a tal crítica aos megaprojetos são utilizadas algumas publicações do Centro de Integridade Pública de Moçambique (CPI), Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE), estudos feitos por Castel-Branco e outros pesquisadores moçambicanos e estrangeiros.

[...] os megaprojetos tiveram um contributo substancial no PIB ao longo da década, embora o impacto destes projetos nos padrões de vida tenha sido, até à data, limitado (a) porque são investimentos pertencentes a estrangeiros que repatriam uma grande parte dos seus lucros, (b) porque a natureza dos seus contratos lhes oferece reduções significativas nos impostos sobre os lucros e sobre o consumo e lhes permite deduzir os gastos com infraestrutura e

formação de funcionários nos impostos em dívida, (c) porque são operações de capital intensivo e, portanto, não empregam muitos trabalhadores e, finalmente (d) porque são muito dependentes da importação de produtos intermédios e, portanto, têm ligações limitadas ao resto da economia (BIGGS, 2012 p. 20).

Os críticos dos MP destacam a fraca ligação entre os MP e a economia nacional. Estes projetos são geralmente intensivos em capital e, portanto, não geram emprego direto proporcional ao seu peso no investimento, produção e comércio; não geram recursos para a economia nacional porque não pagam impostos e os seus recursos são repatriados; tem pouco impacto sobre o alívio a pobreza; competem politicamente e economicamente com as empresas nacionais; e são concentrados, tanto regionalmente quanto setorialmente.

De acordo com Castel-Branco (2002) os megaprojetos têm enorme contribuição nas exportações e substanciais ganhos líquidos de comércio, mas pecam por estarem concentrados em produtos primários, tão poucos que a economia moçambicana continuará sendo muito vulnerável a pequenas flutuações no mercado mundial para os produtos primários exportados. Além disso, os megaprojetos não substituem importações e, num certo sentido, aumentam a dependência do investimento relativamente a importações. Castel-Branco (2002) destaca ainda que poucas pequenas e médias empresas conseguiram se associar ao capital internacional e participar como fornecedoras. Elas não conseguem se desenvolver em todos os sentidos como: expansão, modernização e especialização, formação de parcerias, substituição de importações, exportação, etc.

Castel-Branco (2009) afirmou que a riqueza gerada pelos megaprojetos pertence às corporações que os possuem e controlam e não à economia como um todo. Desse modo, por causa das dificuldades de os megaprojetos realizarem ligações produtivas a riqueza gerada por eles pertence às corporações que os possuem e controlam e não à economia como um todo. Sendo assim, de acordo com Castel-Branco (2010) os ganhos para a economia nacional estão relacionados com o grau de retenção e absorção da riqueza gerada pelos megaprojetos e não apenas pela quantidade dos recursos financeiros produzidos e transformados nos bons indicadores macroeconômicos.

Nesse sentido, o impacto da riqueza produzida pelos megaprojetos na economia nacional deve estar relacionado com a quantidade de recursos que são retidos e absorvidos pela economia nacional não apenas pelas altas variações do PIB e grandes volumes de exportações. Os megaprojetos têm que ter a capacidade de impactar a economia

moçambicana através da melhora do ambiente econômico nacional, treinamento da mão de obra, geração de recursos para o governo local, criação de empregos, transferência de tecnologias, criação de encadeamentos (de preferência empresas nacionais), melhora da qualidade de vida da população local. No entanto nada disso tem sido visto no modelo moçambicano de exploração de recursos naturais, toda a política desses Investimentos Diretos Estrangeiro está inclinada a favorecer o interesse das multinacionais.

Outra crítica é a grande falta de informação acerca dos megaprojetos em Moçambique. Muito dos contratos assinados entre o governo e as multinacionais são mantidos em sigilo, nem mesmo as instituições de pesquisa tem acesso a tais contratos. De acordo com o documento do Centro de Integridade Pública (CIP, 2013) e Silva (2014) o governo precisa rever os projetos de Lei de Petróleos e de Minas para assegurar a publicação completa e a acessibilidade dos contratos do setor extrativo, incluindo os seus anexos e acordos de venda, de modo que os moçambicanos possam avaliar se o país está a fazer ou não um “bom negócio”.

Além disso, os MP não têm grande impacto sobre o mercado de trabalho nacional. De acordo com Mussagy (2013), Castel-Branco (2002, 2008, 2009, 2010), Mosca (2012) Sulemante (2009) Mosca e Sulemane (2011) os megaprojetos são geralmente intensivos em capital e, portanto, não geram emprego direto proporcional ao seu peso no investimento, produção e comércio. Os megaprojetos não são grandes criadores de emprego; por serem intensivos em capital, a sua capacidade de criar empregos diretos é limitada. A Mozal tem cerca de 1.100 funcionários no quadro e 1.600 em regime de prestação (FMI, 2014). Enquanto projeto cuja contribuição para o PIB ronda os 5% anuais, emprega apenas 0,02% da população ativa. É de esperar que noutros megaprojetos a escala de criação de trabalho seja equiparável a este, de resto é pouco provável que se tornem grandes fontes de emprego para a maioria dos moçambicanos (FMI, 2014). A construção das estruturas dos megaprojetos também usa muito pouco dos fatores produtivos de Moçambique. Por exemplo, a construção também foi intensiva em capital e dependia amplamente de bens importados: apenas 6% dos custos da construção da Mozal foram despendidos em bens e serviços com origem em Moçambique, inclusive o trabalho (FMI, 2014).

A maior crítica aos megaprojetos são os incentivos fiscais que eles gozam. De acordo com Castel-Branco (2008), enquanto os megaprojetos contribuem com cerca de 12% do PIB e três quartos das exportações de bens, a sua contribuição fiscal é inferior a

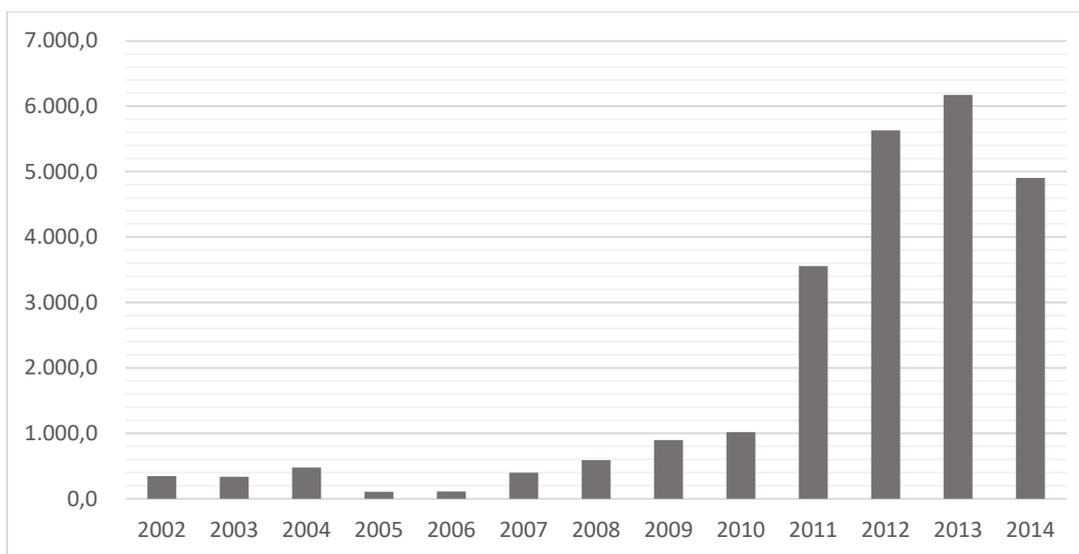
1% do PIB, além disso, megaprojetos estão todos no grupo das 10 maiores empresas de Moçambique, mas nenhum deles se situa entre os 10 maiores contribuintes para o fisco.

### **3.2. FLUXOS DE IDE PARA MOÇAMBIQUE**

Os fluxos de IDE para Moçambique Cresceram muito nos últimos anos, se comparado ao início da década de 2000. Para confirmar esse fato pode-se ver, no gráfico 3.1, os fluxos de IDE que foram de US\$ 3,4 milhões, em 2002, subiram para mais de US\$ 4,9 bilhões, em 2014. O crescimento substancial começou a se fazer notar em 2009, ano em que o Brasil assumiu a primeira posição como país originário do IDE em Moçambique, tendo sido responsável por 42% do total dos fluxos de IDE direcionados para o país naquele ano, de acordo com o relatório do balanço de pagamentos de 2009. Nos dois anos anteriores o país latino americano já havia se destacado como 2º e 3º lugar, tendo sido superado pela África do Sul e Suécia, em 2007, e só ficar atrás do tradicional investidor em Moçambique, a África do Sul, em 2008.

O Brasil já havia sido o maior Investidor Direto Estrangeiro em 2004 quando comprou a mina de carvão de Moatize por 122,8 milhões de dólares americanos e foi seguido pelas Ilhas Maurícias, Reino Unido e África do Sul, respectivamente. Em 2005 o ranking do IDE foi liderado por Portugal, seguido da França, Índia, África do Sul e Reino Unido, respectivamente. Mesmo em 2006 os Lusitanos continuaram liderando o ranking dos desembolsos de IDE com US\$ 20 milhões, junto com França (com US\$ 19,1 milhões), seguidos pela Índia, África do Sul e Maurícias. No entanto em 2005 e 2006 observou-se os menores fluxos de IDE dos anos aqui estudados.

Em 2010 o Brasil continuou a ser o país que mais investia em Moçambique. O crescimento geral foi de 21,4% em relação ao ano anterior. O ano de 2011, início das operações da Subsidiária da Vale do Rio Doce em Moçambique, se destaca por um crescimento anual do IDE que triplicou (em relação ao ano anterior), com o Brasil liderando com cerca de 43,4% do total, de acordo com o relatório do balanço de pagamentos (2011). Em 2011 o IDE cresceu tanto que atingiu um valor quase 8 vezes superior ao alcançado em 2007, como mostra o gráfico 3.1.

**Gráfico 3.1 – Evolução dos fluxos de IDE para Moçambique (em milhões US\$)**

*Fonte: Banco de Moçambique, compilado pelo autor.*

O gráfico 3.1 mostra ainda que em 2012 o IDE continuou a crescer puxado pelos investimentos brasileiros, a semelhança dos anos anteriores. No entanto, o peso do IDE por países de origem foi equilibrado. Os principais investidores foram: O Brasil (25,2%), Estados Unidos (17,8%), Austrália (12,5%), Itália (12,4%), Maurícias (9,2%), e Índia (8%). Esse equilíbrio pode estar associado a entrada de IDE para exploração de gás natural do Rovuma e exploração do carvão mineral de Tete, explorado pelas seguintes multinacionais: Anadarko (americana); ENI (italiana); British Petroleum (inglesa); Rio Tinto (anglo australiana) Vale do Rio Doce (brasileira) a Petronas (malaia) e outras.

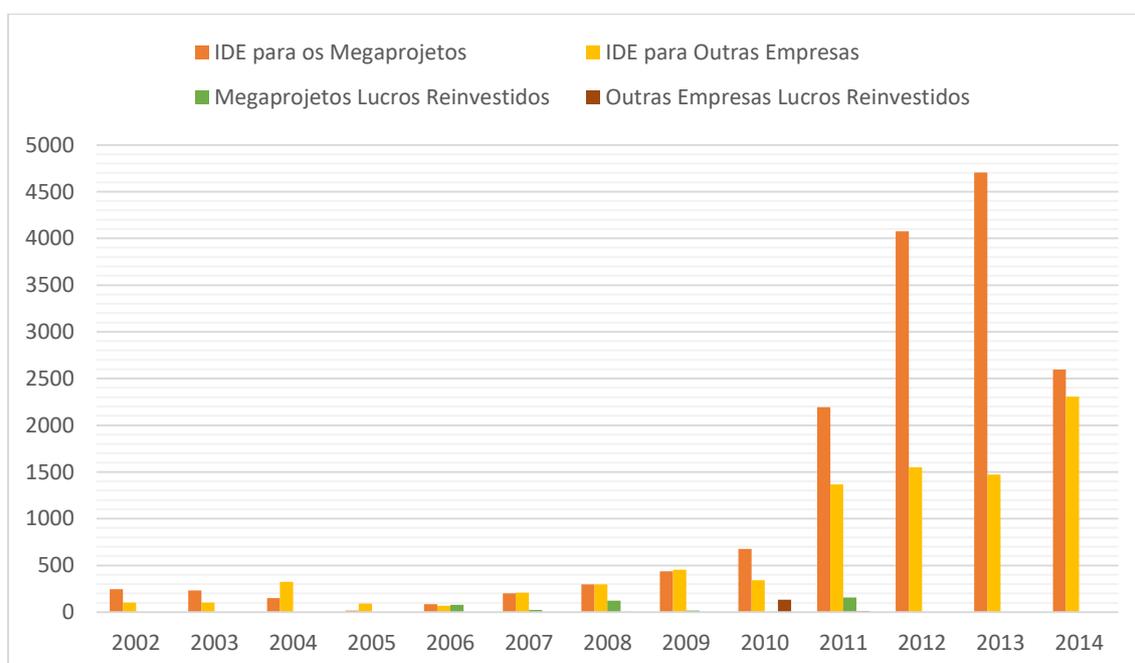
Em 2013 o IDE atingiu o recorde histórico de US\$ 6 175,1 milhões. Nesse ano o Brasil perdeu o protagonismo caindo para 17°, o destaque agora vai para os Emirados Árabes Unidos com 20% a Índia com 15%, a Itália com 9% e a Noruega com 7% do total de IDE reportado. Já em 2014 os maiores investidores foram os Estados Unidos da América com 35,7% do total de IDE, seguido pelos Emirados Árabes Unidos (30,7%), Maurícias (10,2%), Itália (9,7%) e Austrália (4,5%). Nesse último ano o IDE caiu para US\$ 4. 901, 8 milhões.

O gráfico 3.2 vai mostrar a evolução dos fluxos de IDE para os megaprojetos em detrimento àquele destinado às outras empresas e os lucros investidos. Nesse gráfico será analisada, em primeiro lugar, a questão dos lucros reinvestidos. Esse gráfico confirma a facilidade de as companhias multinacionais repatriarem os seus lucros. Nos anos 2006, 2007, 2008 e 2011 observa-se que os megaprojetos reinvestiram parte dos seus lucros e

em 2010 observou-se o mesmo com as outras companhias, no entanto de acordo com dados do relatório de balanço de pagamentos (2014) esses investimentos não chegaram nem a 1% dos lucros dessas companhias.

Um outro fator que merece destaque no gráfico 3.2 é a diferença do IDE destinado aos megaprojetos contra aqueles atribuído às outras empresas. Nos primeiros anos da década havia uma alternância de liderança entre os dois destinos de IDE. A partir de 2011 que começou a haver uma concentração cada vez maior do IDE destinado para a Indústria Extrativa. Pode-se, no entanto, constatar nesse gráfico que o fluxo de IDE para as outras empresas também cresceu substancialmente, principalmente entre 2011 e 2014. De 2010 a 2014 cresceu mais de 7 vezes e entre 2002 e 2014 o IDE, excluindo os megaprojetos, aumentou 22 vezes (saiu de US\$ 102,7 milhões para US\$ 2,3 bilhões). Pode-se constatar, nesse sentido que mesmo sendo os megaprojetos os determinantes do IDE em Moçambique os outros setores conseguem acompanhar o crescimento dos fluxos de IDE impulsionado pela necessidade de se construir estruturas de prestação de serviços, uma vez o país não dispõe de empresas com tecnologia suficiente para prestar serviços aos megaprojetos. Então entra muitos investimentos em forma de IDE para sanar esse déficit tecnológico.

**Gráfico 3.2 – Comparação dos Fluxos de IDE para os Megaprojetos e Outras Empresa com os Lucros Reinvestidos (em US\$ milhões)**



Fonte: Banco de Moçambique, compilado pelo autor.

O crescimento do IDE foi impulsionado pelos megaprojetos. Em 2010 pela primeira vez na história de Moçambique os fluxos de IDE ultrapassam a cifra de 1 bilhão de dólares americanos. O grande crescimento do IDE, em 2011, foi dinamizado tanto pelos megaprojetos (US\$ 2,1 bilhões) bem como pelas restantes empresas (US\$ 1,3 bilhões).

Em 2012 os megaprojetos coparticiparam com US\$ 4076,9 milhões e as outras empresas com US\$ 1552,2 milhões. Já no ano recorde dos fluxos de IDE para Moçambique, 2013, o influxo de IDE dos megaprojetos representa mais de 3 vezes do realizado no resto da Economia com uma diferença de US\$ 3 231,5 milhões. A queda do IDE em 2014 traduziu-se numa quebra da tendência de crescimento contínuo nos megaprojetos que se vinha registando nos últimos 5 anos, não obstante o valor do IDE de 2014 foi superado apenas pelos níveis observados nos dois anos precedentes. Por outro lado, o IDE destinado às outras empresas continuou a crescer, variando mais de 53% em relação ao ano anterior (GRÁFICO 3.2).

A desaceleração do IDE dos megaprojetos pode estar associada ao efeito combinado dos estrangulamentos logísticos na componente de transporte de carvão das minas para os portos, ao ciclo de vida de alguns projetos (aproximação da fase de produção), a queda dos preços internacionais e as pressões que as próprias companhias fazem de modo a ter condições fiscais favoráveis por parte do governo moçambicano. O IDE direcionado às restantes categorias de empresas incrementou em US\$ 835 milhões para US\$ 2 306 milhões, tendo por isso, duplicado o seu peso no total para 47% depois do mínimo histórico registado em 2013, recuperando, assim, a comparticipação alcançada em 2009 (Relatório do Balaço de Pagamentos de Moçambique, 2014, p. 21).

Os fluxos de IDE aumentaram muito em Moçambique, principalmente a partir de 2011, incentivados pelo setor extrativo. Essa evolução denuncia alguns gargalos da economia moçambicana causada pela dependência da extração de recursos naturais não renováveis sem investir em empresas nas empresas nacionais como encadeamento de prestação de serviços. As transnacionais investem no setor extrativo e contratam empresas estrangeiras para suprir as suas necessidades de prestação de serviços, principalmente aquele que demandam certa maturidade tecnológica. O grande risco aqui é a volatilidade do IDE, que ficará dependente do bom desempenho do setor extrativo. Também pode ser uma grande oportunidade para se investir em empresas nacionais, que pode firmar parcerias com as estrangeiras afim de adquirir o conhecimento técnico.

### 3.2.1. IDE POR SETORES

Os fluxos de IDE por setores são tratados na tabela 3.2 onde observa-se um grande peso da indústria transformadora, em 2002. A partir de 2003 o setor da indústria extrativa passou a ser um grande determinante de atração de IDE para Moçambique, mesmo com o “equilíbrio” observado em 2005. Observa-se nessa tabela ainda que o peso da indústria transformadora na atração do IDE foi diminuindo na medida em que foram entrando fluxos cada vez maiores do IDE para a extração de recursos minerais não renováveis. Há uma grande concentração no fluxo de IDE para o setor extrativo e no setor primário, mas não se pode ignorar investimentos significativos nos setores complementares à indústria extrativa, principalmente o setor de transporte e armazenagem.

A tabela 3.2 mostra que em 2002 mais de 90% dos fluxos de IDE para Moçambique estavam concentrados no setor da indústria transformadora. Em 2004 a indústria extrativa (carvão, petróleo, gás e minerais) atraiu cerca de 71% do total de IDE realizado no país, seguido pelas telecomunicações (12%) construção (4%) e setor financeiro (3%). A indústria transformadora foi sendo substituída pelo setor extrativo ao longo dos anos, em alguns anos ela consegue se recuperar, o caso dos anos 2008 e 2012 onde atraiu US\$ 184 milhões e US\$ 317,1 milhões, respectivamente.

Tabela 3.2 – IDE por setores em Moçambique (em US\$ milhões)

Sector de Atividade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	27,3	14,8	1,7	7,2	-6,8	48,6	98,0	152,2	1,0	9,1	153,9	115,0	118,6
Pesca	1,9	9,9	6,9	19,5	-2,5	-3,3	-0,6	-4,3	-3,1	-3,1	15,9	1,0	15,9
Indústrias Extrativas (carvão, petróleo, gás e minerais)	42,3	173,5	242,7	26,4	104,8	202,2	225,0	500,7	938,3	2.126,2	4.374,2	5.469,8	3.060,8
Indústria transformadora (alimentar, bebida, tabaco, têxtil, outras)	212,3	108,9	166,0	-10,9	6,4	39,4	184,0	60,9	1,1	317,1	391,6	-143,7	48,2
Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água	53,0	11,3	0,0	2,5	0,4	2,0	1,3	0,0	0,4	8,6	-31,6	72,0	33,8
Construção	4,4	2,3	10,9	8,1	-2,8	2,1	6,9	-2,0	8,0	15,0	28,7	63,2	121,5
Comércio por Grosso e a Retalho e Reparações Diversas	0,0	0,0	5,9	10,4	9,5	18,7	33,8	26,4	0,0	5,5	71,0	48,1	132,4
Alojamento e Restauração (Horteis e similares)	2,2	0,3	2,3	10,8	4,5	2,9	6,2	23,6	4,3	15,9	26,5	39,5	127,4
Transporte, Armazenagem e Comunicações	0,0	0,8	29,3	23,5	6,7	49,8	35,4	128,5	24,2	87,5	98,7	271,7	742,6
Serviços Ferro-Portuário	0,0	0,0	0,0	25,2	0,0	24,6	7,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	43,1
Atividades Financeiras	0,0	6,1	7,6	1,9	-7,4	34,6	17,0	9,5	34,9	42,9	43,4	107,5	35,9
Atividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços a Empresas	2,7	1,1	1,4	7,3	-0,4	0,5	-17,2	-1,9	0,8	14,3	40,6	137,4	454,9
Administração Pública, Defesa e Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	-0,2	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Educação	0,0	0,0	0,0	1,3	0,0	0,0	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7
Saúde e Ação Social	0,0	0,0	0,0	-0,2	0,0	0,0	0,3	1,9	5,6	16,0	3,9	1,5	3,4
Outros	1,2	7,7	0,9	0,0	0,0	1,0	1,9	1,7	2,2	903,7	412,6	-7,8	4,8
1. Outras Atividades de Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	1,2	7,7	0,9	0,0	0,0	1,0	1,9	1,7	2,2	8,0	1,3	-7,8	4,8
2. Famílias com Empregados Domésticos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	895,7	411,3	0,0	0,0
3. Organismos Internacionais e Outras Instituições Extra-Territoriais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Total do IDE</b>	<b>347,3</b>	<b>336,7</b>	<b>475,5</b>	<b>107,9</b>	<b>112,6</b>	<b>398,7</b>	<b>591,6</b>	<b>898,3</b>	<b>1.017,9</b>	<b>3.558,5</b>	<b>5.629,4</b>	<b>6.175,1</b>	<b>4.901,8</b>

Fonte: Banco de Moçambique, compilado pelo autor

Os destaques de 2007 são a indústria extrativa com US\$ 202,2 milhões, depois a agricultura com US\$ 48,6 milhões, seguido pela indústria transformadora com US\$ 39,4

milhões. Em 2008 esses três setores juntos atraíram mais IDE do que o realizado em 2005 e 2006. A partir de 2009 observa-se uma grande concentração do IDE no setor extrativo. Em 2013, ano em que Moçambique recebeu o maior volume de IDE, o setor extrativo concentrou 89% do IDE sendo 53% destinado ao gás natural e 36% destinado a exploração de carvão mineral. Já em 2014 o peso do setor extrativo diminuiu para 63%, influenciado pela queda de investimentos no setor de carvão. O setor de gás natural manteve os 53% devido a entrada de investimentos para a exploração do gás do Rovuma, norte de Moçambique, onde se concentram as maiores reservas de gás natural e petróleo do país, de acordo com o governo moçambicano, e só começarão a ser exploradas depois de 2020.

Ainda de acordo com a tabela 3.2 algumas atividades complementares à indústria extrativa acompanharam esse crescimento do IDE para o setor. Nesse sentido é pertinente analisar o crescimento dos seguintes setores: construção; comércio no atacado e no varejo e reparações diversas; alojamento e restauração; transporte armazenagem e comunicações; atividades financeiras; atividades imobiliárias alugueis e serviços a empresas.

O setor da construção alternou entre momentos bons e ruins na atração do IDE, entre 2002 e 2009. Já entre 2010 e 2014 o investimento aumentou de US\$ 8 milhões para US\$ 121,5 milhões influenciado pela demanda por infraestruturas causada pela entrada e investimentos das transnacionais do setor extrativo. O comércio a grosso e a retalho e reparações diversas apresentou o mesmo comportamento e, atingiu US\$ 132,4 milhões, em 2014 depois de não ter atraído nada em 2010. A atividades imobiliárias alugueis e serviços a empresas também apresentou o mesmo comportamento, entre 2010 e 2014, dos setores já citados anteriormente.

O setor de alojamento e restauração atraiu mais investimentos massivos e sustentáveis a partir de 2011, atingindo um pico de US\$ 127,4 milhões, em 2014. O setor de transportes e armazenagem apresentou resultados melhores, mas não apresentou um crescimento contínuo, apresentando picos de crescimento. Mas o maior destaque deve ser dado ao intervalo de 2010 a 2014, quando o IDE para esse setor cresceu mais de 30 vezes, saindo de US\$ 24,2 milhões para US\$ 742,6 milhões. Já atividade financeira teve um crescimento contínuo até 2013 caindo em 2014, acompanhando a tendência de queda dos fluxos de IDE.

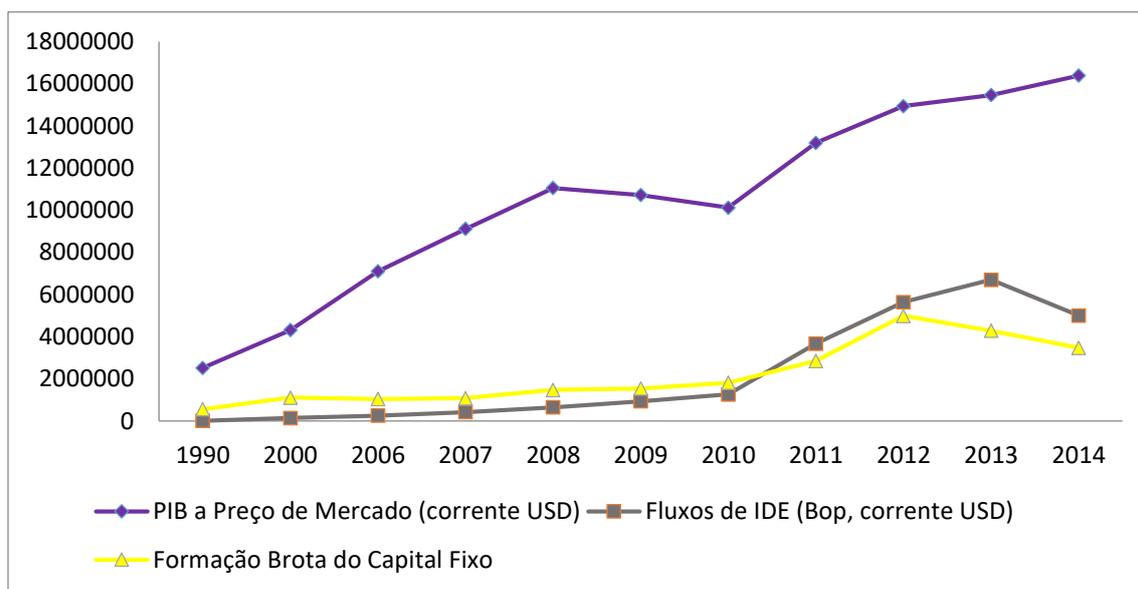
Nota-se que entre 2010 e 2014, época de grandes transformações no volume dos fluxos de IDE para Moçambique os setores complementares a indústria extrativa também

atraíram grandes volumes de IDE, mas a maioria deles continuou crescendo em 2014 mesmo com a desaceleração dos investimentos no setor extrativo. Esse fator confirma o argumento de que o setor extrativo é o determinante do IDE em Moçambique e também contribui para chegada de IDE para outros setores complementares. Esse fato pode estar a denunciar a fragilidade da economia nacional em fornecer estrutura de prestação de serviços e infraestruturas para essas indústrias extrativas atuarem no país. Ou seja, as multinacionais ficam responsáveis, também, por investir nas infraestruturas de escoamento da sua produção, uma vez que o governo local não tem a capacidade de fazê-lo. Isso pode deixar o país como refém dos interesses das transnacionais, que tem o objetivo de lucrar o máximo possível com seus empreendimentos e sem nenhuma preocupação com o bem-estar social, econômica e ambiental do país.

### 3.2.2. PIB, IDE, FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO

A relação entre IDE e formação bruta de capital fixo (FBCF) parece ter uma relação direta, em Moçambique, uma vez que, como mostra o gráfico 3.3, esta variável segue, na maioria das vezes, as tendências do IDE ao interior do país. De 2000 até 2010 essas duas variáveis caminharam quase que de forma paralela, em 2012 a FBCF atingiu o seu ápice em 2012 enquanto o maior volume de IDE que o país atraiu foi alcançado em 2013. Nos anos subsequentes as duas variáveis seguiram uma tendência de queda.

**Gráfico 3.3 – PIB, fluxos de IDE e formação bruta de capital fixo**



Fonte: World Bank, compilado pelo autor.

Já a variável PIB seguiu uma tendência própria com uma pequena desaceleração em 2009 e 2010 depois aumentou mais as suas taxas de crescimento. As taxas de crescimento de Moçambique realmente são altas, normais para uma economia pequena que recebe volumes cada vez maiores de investimentos. No entanto esse investimento é muita das vezes destinado ao setor primário, extrativo que quase não tem valor adicionado, e conseqüentemente a economia como todo se torna refém dos preços internacionais das *commodities*. O país, nesse sentido, exporta produtos com pouco valor adicionado e importa produtos de alto valor adicionado o que gera um déficit da balança comercial.

### **3.2.3. IDE E BALANÇA COMERCIAL**

A pauta de exportações de Moçambique é majoritariamente composta por bens primários, como havia sido destacado antes. Ela denuncia também uma grande concentração em produtos de pequeno valor agregado. Em termo de números as exportações triplicaram de 2002 a 2008, de acordo com a tabela 3.3, saindo de 809,8 milhões de dólares para 2653,3 milhões.

O déficit da conta corrente da balança de pagamentos diminuiu 26,7% (entre 2002 e 2003), ao passar de US\$ 711,6 milhões para USD 521,5 milhões. Este resultado deveu-se à redução dos défices das contas de bens e serviços e de rendimentos. Refira-se que as exportações de bens incrementaram em 29,6%, devido, essencialmente, ao crescimento das exportações do alumínio da MOZAL em 49,6%. As importações aumentaram em 1%, sendo destaque a redução das importações dos megaprojetos em cerca de 20% (Relatório do Banco de Moçambique, 2003).

O défice da balança de transações correntes que em 2004 era de US\$607,4 milhões agravou-se para US\$ 760,7 milhões em 2005, devido ao aumento mais que proporcional das importações, já em 2006 impulsionado pelas exportações (principalmente dos megaprojetos) reduziu para US\$ 634,4 milhões, comparativamente com as importações. Mesmo assim, de acordo com o Banco de Moçambique (2005, p. 21) “o saldo de reservas internacionais líquidas aumentou para US\$ 943,2 milhões em finais de 2005, após US\$ 900 milhões em finais de 2004”.

**Tabela 3.3 – Exportações de Moçambique 2002 – 2014 (em US\$ Milhões)**

Setores	2002	2004	2006	2008	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Exportações de Bens - fob</b>	<b>809,8</b>	<b>1503,9</b>	<b>2381,1</b>	<b>2653,3</b>	<b>2333,3</b>	<b>3118,3</b>	<b>3855,5</b>	<b>4122,6</b>	<b>3916,4</b>
Mercadorias Gerais	677,4	1315,2	2076,2	2299,7	2074,7	2792,8	2886,7	2881,9	3148,9
Camarão	114,2	91,8	86,7	64,2	45,2	39,7	28,8	30,9	42,5
Amêndoa de Caju	1,1	8	13	15,2	10,8	28,3	15,1	16,1	9,9
Algodão	15,9	35,8	45,7	48	29,1	38,7	49,2	99,3	80,6
Açúcar	18,1	38,2	71,4	71,3	87,5	87,9	154,4	185,7	81,3
Tabaco	21,5	43,2	110,3	195	152,6	179,5	238,2	259,9	256,1
Lagosta	0,9	0,8	1,2	0,9	0,9	3,1	1,3	3	8,4
Madeira	18	30	35,6	38,9	65,6	125,6	176,8	46,6	124,4
Castanha de Cajú	16,2	21,2	23,7	15	14,9	53,7	4,2	6,4	9,8
Energia Eléctrica	107,4	102,3	177,8	221,2	276,5	299,5	233,4	270,1	355,3
Gás e Condensado	0	31,3	109,6	152	133,8	162,1	175,1	229,6	339,9
Alumínio	361,1	915	1401,3	1451,8	1159,6	1357,1	1091,7	1063,2	1052,3
Bens adquiridos em portos por transportadoras	18,2	8	28,7	27,8	19,2	34,9	28,2	37,9	34,1
Reexportações (Combustíveis)			31,8	32,6	11,7	30,3	16,4	32	22,8
Banana						169,7	27	37,7	49,4
Areias Pesadas					98,1	175,4	238,1	130,6	191,3
Carvão					<b>0</b>	<b>21,2</b>	<b>435,2</b>	<b>502,9</b>	<b>490,7</b>
Ouro Não-Monetário		1,3	2	5,8	0,7	0,2	0,2	0,4	0
Outros	114	179,3	242,4	287,3	227	311,4	942,2	1170,4	767,5
<b>Exportações Excl. Megaprojetos</b>	<b>341,3</b>	<b>455,3</b>	<b>692,4</b>	<b>802,2</b>	<b>665,1</b>	<b>1103,1</b>	<b>1682,1</b>	<b>1926,3</b>	<b>1486,9</b>
<b>Exportações dos Megaprojetos</b>	<b>468,5</b>	<b>1048,5</b>	<b>1688,7</b>	<b>1851,1</b>	<b>1668,1</b>	<b>2015,2</b>	<b>2173,5</b>	<b>2196,3</b>	<b>2429,5</b>

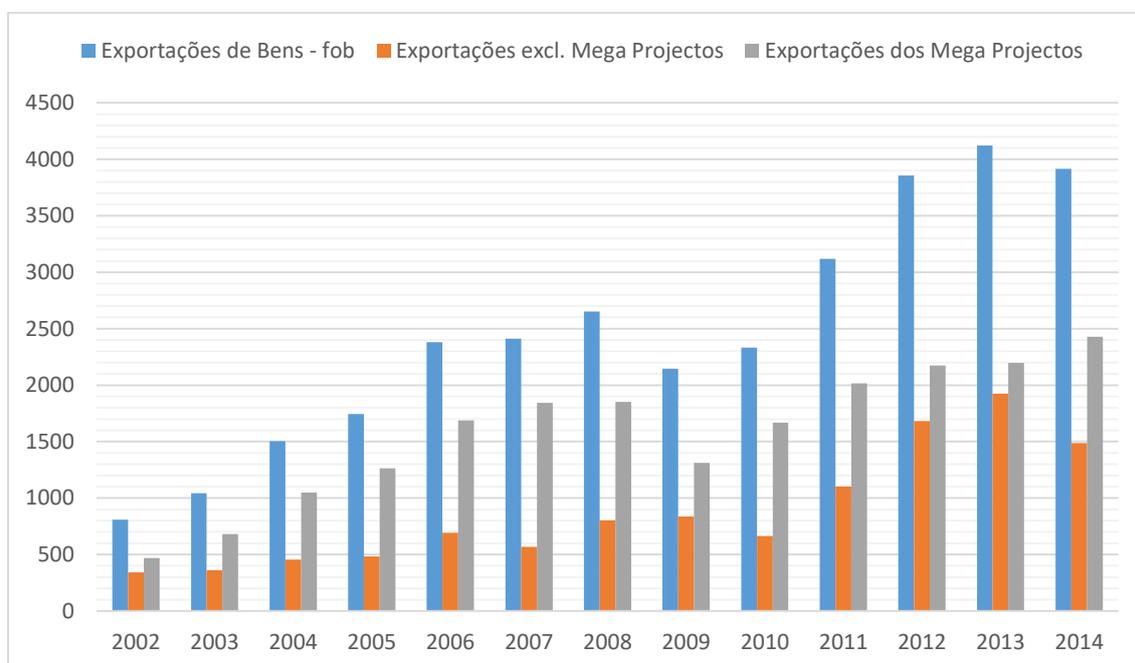
*Fonte: Banco de Moçambique, compilado pelo autor*

O grande destaque pode ser dado à exportação de alumínio fundido pela Mozal, que representou mais de 54% do total que o país exportou em 2008 e em 2014 continuou o produto mais exportado do país com 27%. Apesar dessa transformação da pauta de exportações, da queda do peso das exportações de alumínio, a pauta de exportações moçambicana continua concentrada em poucos produtos com pequeno valor adicionado.

Em segundo lugar, está a exportação de energia elétrica. O país foi se tornando ao longo do tempo um dos maiores produtores e exportadores desse produto na África austral. O gás e seus derivados exportados pela Sasol também tem um peso significativo nas exportações de Moçambique. Juntos os megaprojetos tiveram um peso de 70% na pauta de exportações de Moçambique, em 2008 e 62% em 2014. Enquanto isso, os produtos que durante muitos anos foram considerados tradicionais na pauta de exportações do país, camarão, amêndoa de caju, algodão, açúcar, tabaco, lagosta, madeira e castanha de caju, perderam a sua grande importância.

A partir de 2010 a pauta de exportações da economia moçambicana ganhou novos produtos advindos da exploração de recursos minerais não renováveis, aumentando assim a dependência das exportações nacional e a sua concentração no setor de extração de recursos naturais. As áreas pesadas e o carvão mineral são os produtos novos advindo de grandes investimentos, do Brasil e outras nações. O gráfico 3.4 mostra a evolução das exportações dos megaprojetos comparadas às exportações das outras empresas. Os megaprojetos dominam a pauta de exportações do país. Desde 2002 essa variável vem crescendo, só em 2012 e 2013 houve certo equilíbrio.

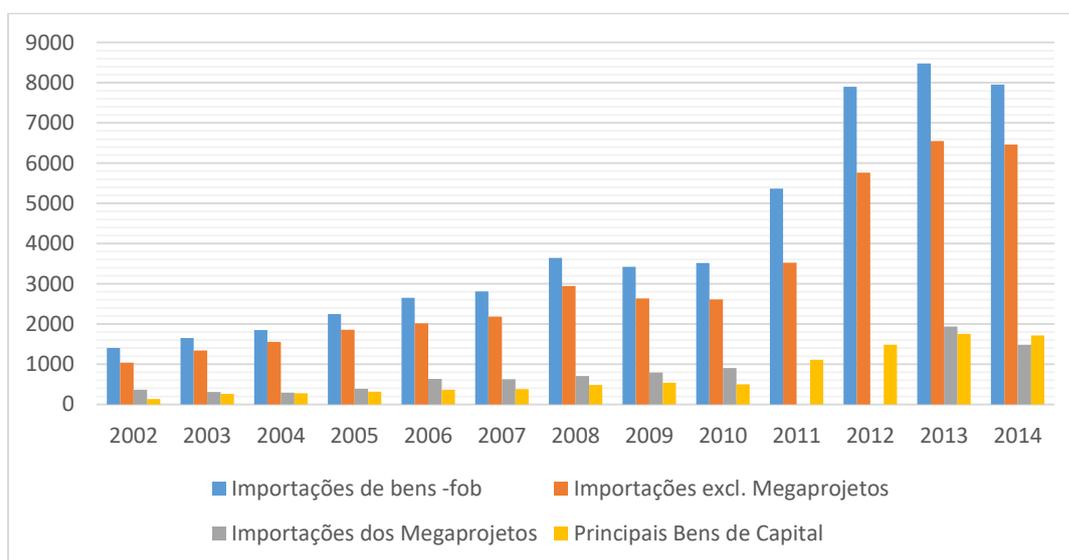
**Gráfico 3.4 – Exportações dos Megaprojetos por exportações Totais (US\$ milhões)**



Fonte: Banco de Moçambique, compilado pelo autor

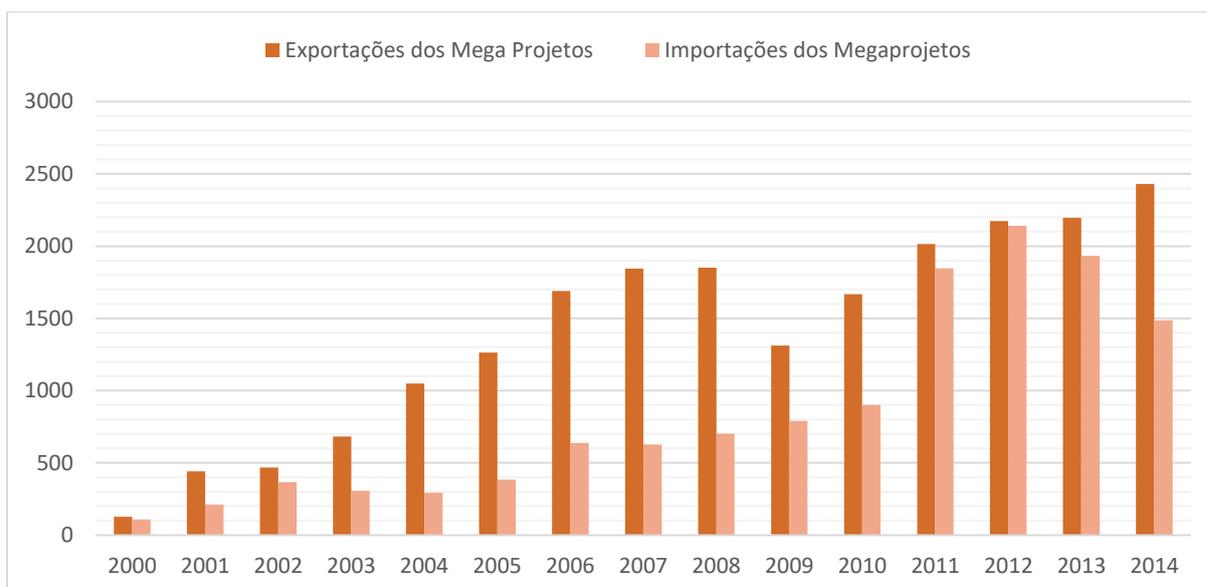
O gráfico 3.5 vai mostrar que do lado das importações, no entanto, as outras empresas superam os megaprojetos. Elas são responsáveis pela balança comercial negativa do país. Com relação a importação dos bens de capital pode-se destacar os anos de 2011 e 2012, onde não houve importações dos megaprojetos, no entanto, houve importação de bens de capital, o que mostra que as outras empresas também importam uma quantidade substancial desse tipo de bens. E também pode confirmar o argumento de que os megaprojetos atraem pra Moçambique o IDE destinado a outros setores que vai prestar serviço a eles.

**Gráfico 3.5 – Importações dos megaprojetos, outras empresas e aquisição de bens de capital.**



*Fonte: Banco de Moçambique, compilado pelo autor*

O gráfico 3.6 mostra que a balança comercial dos megaprojetos é positiva. O que causa um grande déficit da balança comercial de Moçambique são as importações gerais. Isso confirma a grande importância que os megaprojetos têm na conta de transações correntes, do balanço de pagamentos.

**Gráfico 3.6 – Balança comercial dos megaprojetos (em US\$ milhões)**

*Fonte: Banco de Moçambique, compilado pelo autor.*

É indiscutível a contribuição positiva dos megaprojetos na pauta de exportações moçambicanas e até o momento esse é o segundo fator positivo dessas companhias para a economia nacional. Por outro lado, não se pode esquecer que tem um impacto muito pequeno sobre a taxa crescimento do PIB e do desemprego, geram pequenas receitas fiscais, são concentrados no setor extrativo. A seguir serão analisados dois megaprojetos importantes na atração de IDE e que já estão em Funcionamento, o gás natural e o carvão, Sasol e Vale do Rio doce.

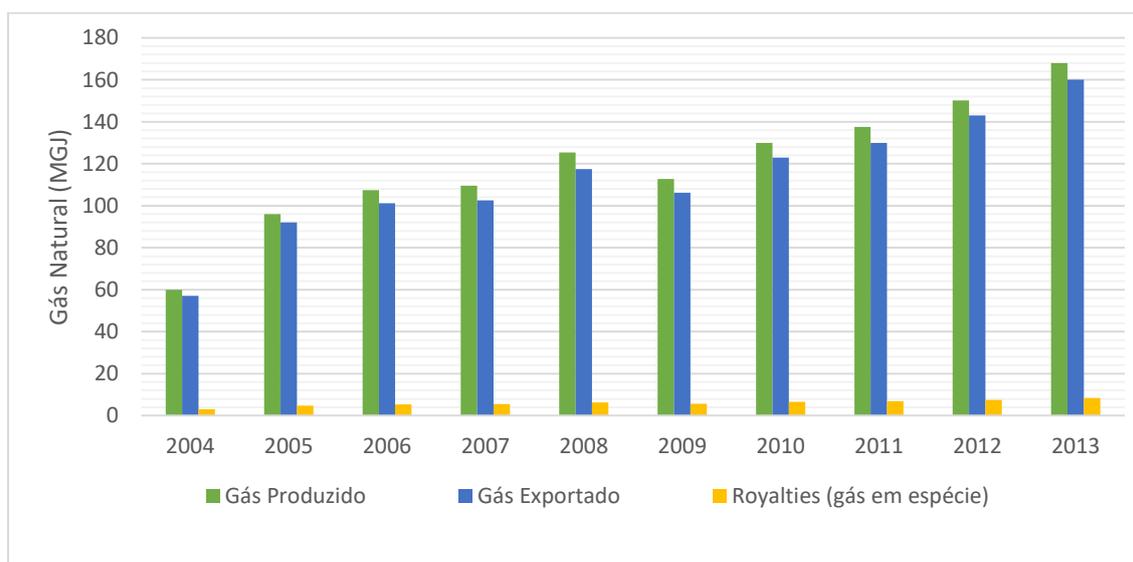
### **3.3. PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE GÁS NATURAL NOS CAMPOS DE PANDE E TIMANE**

Em 2013 o Centro de Integridade Pública de Moçambique fez um estudo para analisar a produção e exportação do gás natural da Sasol e sua contribuição para o governo moçambicano. De acordo com esse estudo, o valor de venda anual de gás de Moçambique na África do Sul é agora de mais de US\$ 800 milhões, por ano, enquanto a receita total do Estado ao longo dos primeiros oito anos do projeto é inferior a US\$ 50 milhões, menos de US\$ 10 milhões por ano. A legislação vigente nas negociações de contrato entre o Governo de Moçambique e a transnacional sul africana Sasol é de 2002.

A produção do gás natural nesses dois campos iniciou em 2004 o gráfico 3.7 foi baseado nos dados do INP vai mostrar a evolução da produção, exportações e os

*Royalties*. O gráfico mostra que maior parte do gás produzido é exportado, de acordo com o INP a África do Sul é o destino do gás extraído pela Sasol, em Moçambique. Os *Royalties* são pagos em espécie, ou seja, em percentagem do gás natural produzido, uma percentagem muito pequena de cerca de 5%, de acordo com o que mostra o gráfico. A produção e a exportação de gás natural foi crescendo ao longo do tempo.

**Gráfico 3.7 – Produção e Exportações anuais de Gás Natural produzido pela Sasol em Moçambique (em milhões de Giga Joules)**



Fonte: Instituto Nacional de Petróleo

De acordo com o estudo do CIP (2013) as baixas receitas advindas do gás explorados pela Sasol é consequência do mau negócio que o governo fez nos anos 2000 e 2002, pois depois da descoberta de gás o governo moçambicano concordou em remover a componente partilha de produção (principal fonte de receita quando ela é maior) sem garantir o aumento compensatório em *royalties* e IRPC. Além disso o Sasol compra o gás moçambicano a um preço muito baixa e revende na África do Sul. O texto cita o exemplo de 2009, quando a multinacional comprava o gás a US\$ 1,44 em Moçambique e revendia no país vizinho por mais de US\$ 7,00.

De acordo com CIP (2013) os megaprojetos em Moçambique parecem que foram concebidos para atrair investidores, não para gerar renda para o Estado moçambicano. Isso explica, de alguma forma, a submissão do governo moçambicano aos contratos desvantajosos para o país e os grande incentivos fiscais, desnecessários. Entende-se que o país precisa desses investimentos mas poderiam ter sido negociados de uma maneira

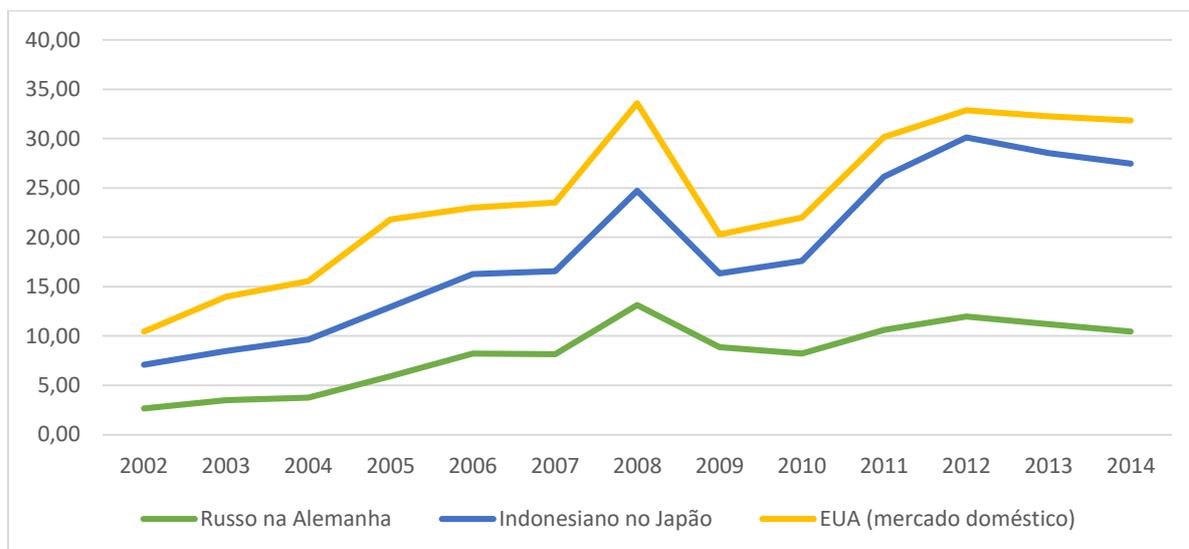
mais vantajosa para os moçambicanos também, afinal, as multinacionais estão interessadas em explorar o gás moçambicano. O País precisa de divisas, no entanto, estes investimentos não geram crescimento e nem desenvolvimento econômico.

A estrutura acionista da exploração de gás em Pande e Timane está dividida da seguinte maneira: 70% para a Sasol; 25% para Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) e 5% para o *International Finance Corporation* (IFC). Todos os acionistas pagam impostos ao governo. A taxa de Imposto sobre o Rendimento de Pessoa Coletiva (IRPC) foi reduzida de 35% para 17,5% nos primeiros seis anos de exploração, como um incentivo ao investimento. Após esses anos a taxa acedeu aos 32% que ainda estão em vigor (CIP, 2013).

A CIP (2013) apurou ainda que o preço pelo qual o gás moçambicano era vendido para a África do Sul foi calculado baseado numa fórmula complicada. De acordo com a fórmula do contrato de venda de gás, o preço-base antecipado era de apenas US\$ 0,85 (US\$ 0,50 à boca do poço + US\$ 0,35 de taxa de manuseamento). Com isso, associado ao grande aumento dos preços internacionais do petróleo e os ajustes para a inflação considerável, os dois preços combinados resultaram num preço médio de venda de gás de pouco mais de US\$ 1,40/GJ durante os primeiros nove anos de produção. Preço muito baixo se comparado aos preços internacionais do gás natural em diversos lugares do mundo conforme mostra o gráfico 3.8. Ou seja, além dos ganhos fiscais serem baixos o país ainda vende o seu gás a um preço muito baixo.

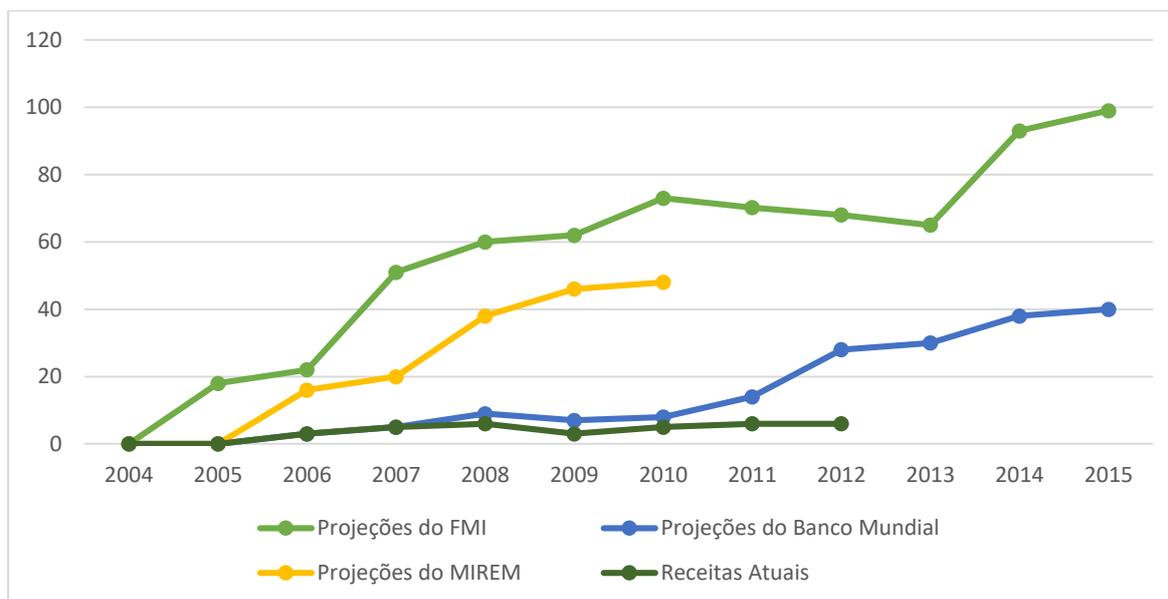
Por um lado, é compreensível essa submissão do Estado moçambicano às multinacionais estrangeiras, pois, na hora da negociação dos contratos ele não possui nenhum recurso para investir, exceto as reservas dos recursos naturais, então o seu poder de barganha é menor. No entanto, não nos impede de mostrar que a forma de negociar contrato do governo é submissa aos interesses das transnacionais que querem apenas auferir seus lucros.

**Gráfico 3.8 – Preços internacionais do gás natural em diversos lugares do mundo (em dólares americanos)**



*Fonte: FMI, compilado pelo autor*

Outro fator que merece destaque são as expectativas que se criam em cima dos recursos naturais que são descobertos em Moçambique, o megaprojeto do gás natural de Pande e Timane é o grande exemplo disso. O gráfico 3.9 destaca muito bem esse cenário, pois mostra a diferença gritante entre a realidade com as projeções otimistas do FMI, Banco Mundial e do Ministério dos Recursos Minerais de Moçambique. Essas projeções geram expectativas por parte do governo e da sociedade em geral e contribui para a tomada de decisões. O resultado disso é devastador para o estado moçambicano e para a população, pois o gráfico 3.9 já mostra as baixas receitas auferidas pelo Estado moçambicano.

**Gráfico 3.9 – Receitas do Gás de Estado contra Recitas Projetadas**

Fonte: Centro de Integridade Pública de Moçambique (CIP, 2013, p. 3)

Para concluir pode-se ver que a multinacional sul africana teve ganhos maiores do que o Estado moçambicano face a produção de gás natural, que é vendido a um preço muito abaixo dos preços internacionais do produto.

### 3.4. COMPANHIA VALE DO RIO DOCE EM MOÇAMBIQUE

A vale venceu a licitação para a exploração daquela que é considerada a maior mina carbonífera não explorada do mundo. Os contatos da Companhia com o governo moçambicano haviam se iniciado em 1987, mas só em 2004 a CVRD venceu a concessão para a exploração da reserva de Moatize (VALE, 2012). Em novembro de 2004, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) venceu uma concorrência internacional para explorar jazidas de carvão nessa região, totalizando US\$ 122,8 milhões. A CVRD detém 95% do consórcio vencedor; *American Metals & Coal International* (AMCI), um produtor de carvão americano, é proprietário dos 5% restantes, de acordo com o relatório anual da Vale (2004). Em 2005 foi assinado o contrato que é válido até 2036. Igual os outros megaprojetos se beneficiou de grandes incentivos fiscais.

De acordo com o relatório anual da Vale (2008) a mina de Moatize tem a capacidade de produção nominal de 11 milhões de toneladas métricas por ano (Mtpa), das quais 8,5 milhões de toneladas métricas são de carvão metalúrgico e 2,5 milhões de

toneladas métricas são de carvão térmico. A maior dificuldade que a companhia se deparou desde o início é a falta de infraestrutura para o escoamento da produção. Assim, a companhia tem investido junto com seus parceiros e outras multinacionais do setor em infraestruturas para escoar a sua produção, com a reabilitação da linha férrea Sena e a contração do corredor de Nacala.

A primeira fase da exploração de carvão em Moatize iniciou em agosto de 2011. Em novembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a Moatize II, a qual visa aumentar a capacidade de produção de carvão em Moçambique para 22 Mtpa, além da implementação do projeto do Corredor de Nacala, uma infraestrutura de logística ferroviária e portuária de classe mundial, para sustentar a expansão da capacidade de produção de Moatize.

O carvão mineral em Moçambique é explorado a céu aberto. De acordo com os dados disponibilizados pela própria companhia, no relatório sustentabilidade de Moçambique (2013), a companhia contava com 5,4 mil, em 2011, 6,4 mil, em 2012 e 14 mil trabalhadores, em 2013. A diferença de salários entre trabalhadores nacionais e estrangeiros era gritante. De acordo com o questionário feito por Mosca e Sulemane (2011), em 2011 os trabalhadores estrangeiros tinham um salário mínimo médio de US\$ 664,57 e máximo US\$ 17600. No entanto os empregados moçambicanos ganhavam entre US\$ 108 e US\$ 4541. Ou seja, no que tange ao salário mínimo dos trabalhadores moçambicanos foi cerca de 6 vezes menor do que o dos trabalhadores estrangeiros. O salário máximo dos empregados estrangeiro foi cerca de 4 vezes maior do que o dos moçambicanos. Nesse sentido pode-se concluir que existe a exploração de fatores de produção mais baratos, nesse caso a mão de obra dos moçambicanos além da própria exploração do carvão.

Em dezembro de 2011, a transnacional brasileira firmou um acordo de concessão com o governo da República do Malawi referente a 137 km de estrada de ferro a ser construída entre Chikwawa e Nkaya, no Malawi. No ano anterior a CVRD já havia exercido uma opção de compra de uma participação de 51% na Sociedade de Desenvolvimento do Corredor do Norte SA (SDCN) por US\$ 21 milhões, em 2011 essa participação aumentou para 67%. De acordo com a multinacional essa aquisição e a concessão no Malawi permitirá a expansão de Moatize e facilitará a criação de uma infraestrutura logística de qualidade internacional que oferecerá suporte as nossas operações na África Central e Oriental. Foram fomentados investimentos na expansão da capacidade do corredor logístico de Nacala com a reabilitação das ferrovias existentes em

Moçambique e Malavi, respectivamente, de propriedade de Corredor de Desenvolvimento do Norte S.A. ("CDN") e *Central East African Railway Company Limited* ("CEAR") e por meio da construção de ligações ferroviárias de Moatize a um novo terminal marítimo de águas profundas, a ser construído em Nacala-à-Velha.

De acordo com o relatório anual de 2011 havia uma perspectiva da produção alcançar a sua capacidade máxima em 2015 mas isso foi adiado e até hoje não se sabe quando que essa meta será cumprida, devido às dificuldades que a companhia tem enfrentado no país. Uma das dificuldades relatadas pela companhia é a falta de capacidade logística do país face à escoação da produção do carvão. Até o momento a única alternativa, nesse sentido, tem sido a linha férrea Sena, que liga Moatize ao porto de Beira. O corredor Logístico integrado de Nacala terá capacidade de escoar 30 Mpta, devendo no início atingir uma capacidade de 22 Mpta. Segundo a CVRD ela executou um investimento de US\$ 1,9 bilhões dos US\$ 4 bilhões projetados para o projeto.

Em dezembro de 2014, A Vale conseguiu um novo investido, para financiar infraestruturas de escoamento, ao firmar um contrato de investimento para a japonesa Mitsui adquirir metade de sua participação no Corredor Nacala. Nesse sentido, a participação acionária da CVRD na CLN, CDN, VLL e na CEAR será transferida para uma empresa controladora possuída conjuntamente (50% cada) e controlada pela Vale e pela Mitsui. A Mitsui investirá US\$ 313 milhões nessa empresa controladora, em instrumentos de *equity* e *quasi-equity*. A Vale e a Mitsui estão procurando financiamento de projeto para substituir parte da aplicação de recursos financiados pela Vale. A transação está sujeita a certos pré-requisitos e o fechamento está previsto para 2016. A Mitsui irá adquirir 15% da participação da Vale na Vale Moçambique (CVRD, 2015).

**Tabela 3.4 – Produção de carvão pela CVRD em Moçambique (em mil toneladas métricas)**

<b>Produto</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>Carvão Metalúrgico</b>	275	2.501	2.373	3.124
<b>Carvão Térmico</b>	342	1.267	1.444	1.784

Fonte: Companhia Vale do Rio Doce, compilado pelo autor.

A tabela 3.4 mostra que a produção de carvão, tanto metalúrgico quanto o térmico aumentou em Moçambique nos anos observados, contando que o início da produção foi em 2011. No entanto, do lado das exportações, de acordo com a tabela 3.3, observou-se um aumento, em termo de valores até 2013 e a partir de 2014 observou-se uma queda. De acordo com a CVRD as vendas de carvão de Moatize visam mercados globais de aço e energia, incluindo África, Ásia, Europa e America.

Ao longo do tempo a companhia tem enfrentado grandes dificuldades de atuação em Moçambique e chegou a colocar em cheque a sua continuidade no país. De acordo com o Banco de Moçambique (2015) a queda dos preços internacionais das commodities e os altos custos de produção são os principais motivos. De acordo com os dados da própria companhia só no primeiro trimestre de 2014 a companhia teve um prejuízo de mais de 44 milhões de dólares americanos.

Com relação aos incentivos fiscais, de acordo com o contrato assinado pela companhia e o governo de Moçambique são os seguintes benefícios que a transnacional recebe:

- Redução para 15% de IRPC para a Mina durante os primeiros 10 anos;
- Redução para 5% para a indústria Transformadora Taxa Liberatória, Imposições Aduaneiras, Imposto de Selo, ICE, IVA, CP;
- Redução de SISA em 50% na aquisição de imóveis e isenção na transmissão de propriedades do Estado;
- Isenção do IRPS aos Expatriados na fase de construção e redução em 40% ou isenção nos primeiros 5 anos de operação e outras;
- Dedução de custos com Infraestruturas de domínio Público, *Staff* Moçambicano e imposto de petróleo;
- Cobrança de apenas 3% sobre o Rendimento Líquido trimestral da mina;
- Livre Repatriamento até 100% de lucro, dividendos e outro.

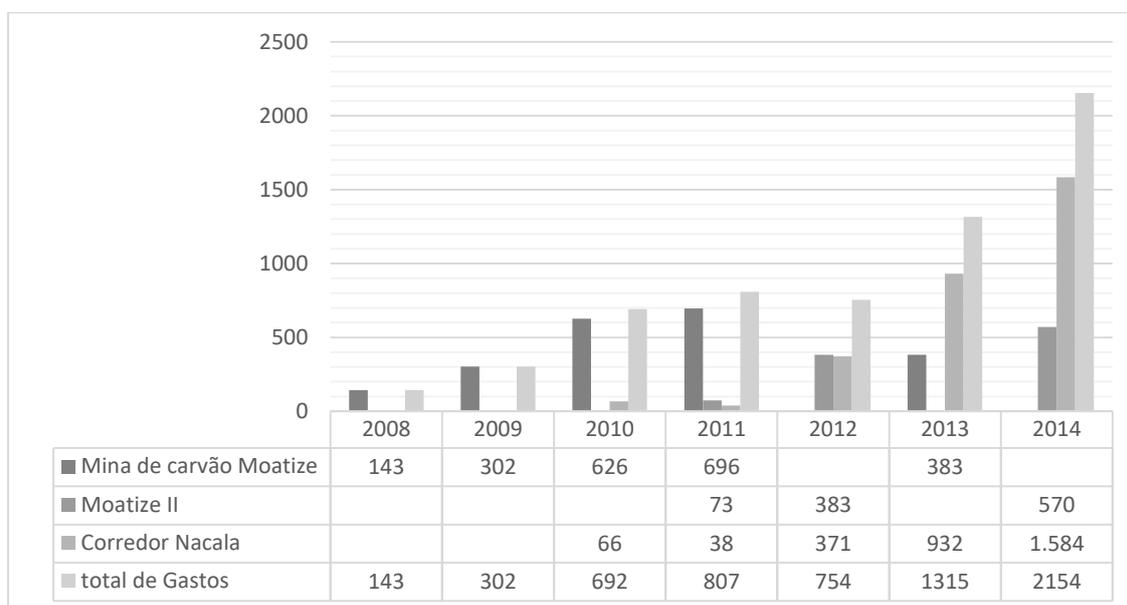
Apesar desses grandes incentivos fiscais a CVRD enfrenta muitas dificuldades de manter o projeto de exploração de carvão mineral em Moçambique. Veículo de mídia moçambicanos e estrangeiros noticiaram que a companhia chegou a colocar em xeque o projeto de carvão em Moçambique. O jornal o país edição de 6 de março de 2015 mostra que em 2013 a companhia brasileira registrou um prejuízo de US\$ 397 milhões e US\$ 110 milhões em 2014. Nas palavras de Pedro Gotemberg, diretor global de carvão da Vale, para o jornal valor Econômico, edição de 16 de junho de 2014, ” Moçambique não reúne as melhores condições para a produção de carvão em função dos custos de insumos

e da localização logística no atual cenário de preços”. De acordo com a mesma fonte, esse cenário fez com que a empresa se reunisse com o governo moçambicano para propor uma análise sobre a carga tributária incidente sobre toda sua base de custos. Além de royalties e imposto de renda, a empresa está analisando as taxas e impostos que encarecem os custos de insumos e serviços. Também renegociou tarifas com a estatal CFM com quem a Vale tem contrato para usar a Linha do Sena, ferrovia por onde a mineradora escoava hoje o carvão até o porto da Beira, na província de Sofala. As negociações com a Mitsui & Co foram motivadas por essas dificuldades.

Acordo de investimento com a Mitsui, por meio do qual a Mitsui adquirirá 15% da participação da Vale na Vale Moçambique (Mina de Moatize) e 50% da participação da Vale no Corredor Logístico de Nacala, com um impacto estimado de US\$ 3,7 bilhões pela redução de investimentos diretos da Vale nos projetos e pelo recebimento de caixa pela Vale (CVRD, 2015).

O gráfico 3.10 mostra que os investimentos da CVRD em Moçambique aumentaram de um nível de US\$ 143 milhões para mais de US\$ 2,1 bilhões, entre 2008 e 2014. Nota-se ainda que o corredor de Nacala tem demandado maior parte dos gastos da companhia no país, ultrapassando os investimentos para a expansão da produção (Moatize II) e os investimento na capacidade já instalada. Em 2014 os investimentos com o Corredor de Nacala ultrapassaram a cifra de US\$ 1,5 bilhões.

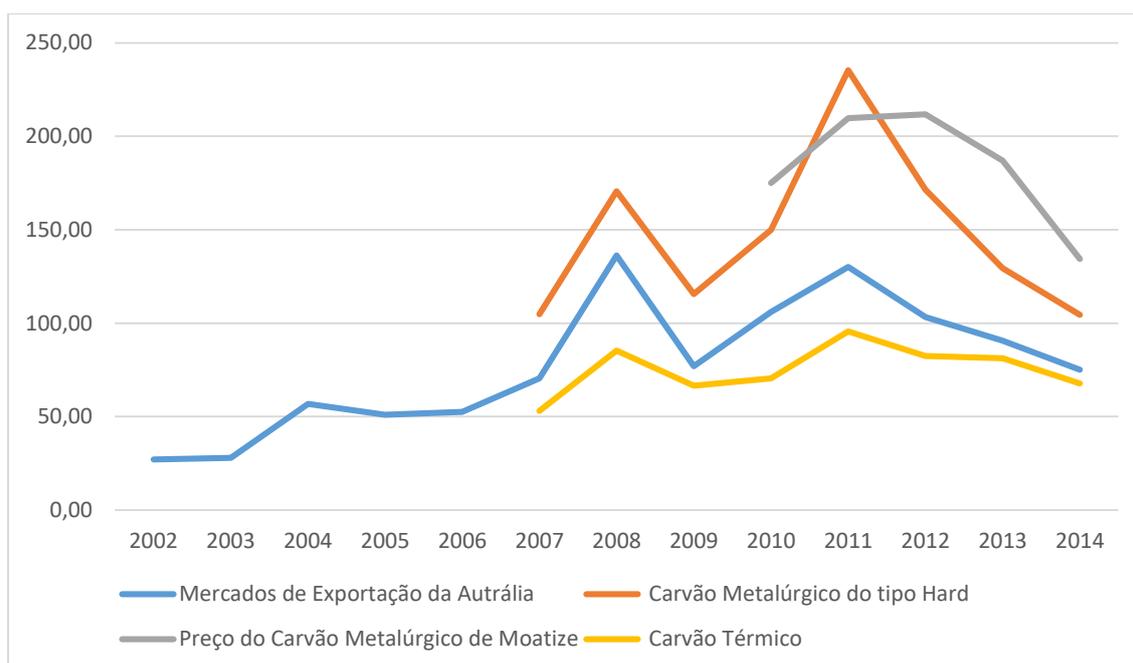
**Gráfico 3.10 – Gasto da CVRD nos projetos de exploração de carvão e logística em Moçambique (em US\$ milhões)**



*Fonte: Companhia Vale do Rio Doce, compilado pelo autor.*

O gráfico 3.11 vai mostrar o preço médio do carvão mineral, comparando os preços realizados internacionalmente a partir de 2002 (de acordo com o FMI) com aquele realizado pela Companhia Vale do Rio Doce em vários mercados. Em primeiro lugar vale observar que os preços internacionais praticados nos mercados onde a Austrália exporta aumentaram ao longo dos anos, mas apresentaram grandes volatilidades. Em segundo lugar observa-se que o preço praticado para o carvão térmico é muito abaixo da média de preço dos outros tipos de carvão.

Em terceiro lugar o gráfico mostra as tendências de queda dos preços internacionais do carvão mineral. Outro fator importante é que o preço do carvão térmico moçambicano esteve acima do praticado internacionalmente, principalmente a partir de 2012. Nesse sentido, o gráfico mostra que a partir de 2011, ano em que a subsidiária Vale do Rio Doce Moçambique inicia a produção, os preços internacionais do carvão começam a cair.

**Gráfico 3.11 – Média de Preços Realizados em Relação ao Carvão Mineral**

Fonte: FMI e Companhia Vale do Rio Doce, compilado pelo autor

A tendência de queda desses preços e os altos custos de exploração em Moçambique pode explicar as constantes vendas de participações por parte das empresas vencedoras dos concursos pública de exploração para outras multinacionais. Esse é o caso da australiana de carvão *Riversdale Mining Limited* que após adquirir o direito de explorar a mina de Benga a vendeu para a Companhia anglo australiana por US\$ 4,1 bilhões, em 2011. Em 2014 a Rio Tinto vendeu seus ativos de exploração de carvão em moçambique, por apenas US\$ 50 milhões, para um consórcio indiano, a *International Coal Ventures Private Limited* (ICVL), após alegar prejuízos causados pela baixa dos preços internacionais do carvão e os altos custos de escoamento da produção, devido à falta de infraestruturas em Moçambique (REUTERS, 2014).

Mesmo com os altos custos e a queda dos preços internacionais do carvão a Vale mantém as suas operações em Moçambique. É claro que existe a política de contenção de gastos e tem tentado buscar novos parceiros para continuar com as suas operações no país. O motivo da CVRD continuar no país é louvável, no entanto, precisa-se estudar o quanto ela tem contribuído para a economia nacional. Ela goza de incentivos fiscais, explora a mão de obra nacional, tem o direito de repatriar 100% dos lucros, as infraestruturas construídas podem beneficiar o país direto ou indiretamente, mas elas foram construídas para a empresa escoar a produção. O carvão é um recurso natural não

renovável e está muito suscetível às volatilidades dos preços internacionais, o que coloca a economia nacional em risco.

Tanto o projeto da Sasol quanto o da Vale tem pontos positivos para a economia nacional, podem fazer parte do grupo das empresas denominadas o motor do crescimento econômico moçambicano, mas eles têm que servir de base para o Estado moçambicano não repetir os mesmos erros nas negociações dos contratos dos recursos naturais que ainda estão sendo descobertos no interior do país.

Nos dois projetos as transnacionais ficaram responsáveis em construir as infraestruturas para o escoamento da sua produção e são as responsáveis em fornecer dados, ou seja, não existe nenhum controle do governo moçambicano quanto aos dados de produção ou gastos com infraestruturas. Há uma grande limitação institucional em Moçambique para monitorar e gerir a exploração de recursos naturais não renováveis.

### **3.5. LIGAÇÕES DOS MEGAPROJETOS DE IDE COM A ECONOMIA NACIONAL**

Por falta de dados secundários acerca das empresas prestadoras de serviço dos megaprojetos recorreu-se a um estudo de caso feito por Langa e Mandlate (2013) e Langa (2015) que estudaram as ligações da Mozal, Rio Tinto e Vale do Rio Doce com as empresas locais. As ligações entre os megaprojetos de IDE e a economia nacional podem contribuir para o desenvolvimento do conteúdo o que permite a contribuição destes para economia por meio da absorção adicional de recursos e pode constituir uma das fontes de fomento da industrialização e de alargamento da base produtiva da economia moçambicana, caracterizada por limitadas oportunidades de negócios e de emprego formal, de acordo com Mandlate (2015). Até o presente momento as ligações entre os megaprojetos e os fornecedores locais são poucas e tem um impacto reduzido (CASTELBRANCO & GOLDIN, 2003; LANGA & MANDLATE, 2013; LANGA, 2015; MANDLATE, 2015). Fica evidente ao longo desses estudos as dificuldades e as vulnerabilidade das empresas moçambicanas ao tentar ligações produtivas a montante com os megaprojetos.

Castel-Branco (2010) mostra que há três formas de ligações que podem ocorrer entre os megaprojetos e a economia nacional para que haja retenção e multiplicação da riqueza gerada por estes investimentos. A primeira diz respeito às ligações fiscais, entretanto, no caso moçambicano o impacto destas na economia nacional é muito

reduzida devido aos significativos incentivos fiscais concedidos aos megaprojetos. A segunda é a ligação de consumo decorrente do aumento da procura de bens finais de outros setores decorrente das rendas da exploração dos recursos naturais (como salários dos trabalhadores) recaem no exterior devido à elevada dependência de importações de bens de consumo final, segundo Morris; Kaplinsky; Kaplan (2011).

A terceira é a ligação produtiva que de acordo com Langa (2015) pode ser a jusante, onde os produtos finais dos megaprojetos são transformados em matérias primas para diferentes indústrias, e a montante, onde empresas locais fornecem bens e serviços aos megaprojetos de IDE. Nessa sessão fala-se especificamente das ligações produtivas a montante, principalmente dos encadeamentos entre os fornecedores locais e as multinacionais. Esse tipo de ligação oferece um maior potencial de realização e contribuição efetiva para o desenvolvimento industrial das Pequenas e Médias Empresas (PME) nacionais, na medida em que permite aumentar e diversificar a produção, melhorar competências, capacidades e padrões de produção e induzir o *upgrading* tecnológico, conduzindo ao desenvolvimento de uma estrutura econômica mais diversificada e à promoção de emprego (CASTEL-BRANCO & GOLDIN, 2003; MORRIS, KAPLINSKY & KAPLAN, 2011; LANGA, 2015).

[...] as ligações com grandes projetos de IDE por si, não constituem uma base ampla para o desenvolvimento das empresas nacionais pois, por um lado, o potencial de ligações realizável por empresas nacionais é limitado, por outro lado, não existe garantia de crescimento sustentável a longo prazo, quando a ligação com o grande projeto é interrompida (LANGA; MANDLATE, 2013, p. 6).

De acordo com Salinger; Ennis (2014) o Estado moçambicano ainda não tem uma estratégia clara e específica sobre como os megaprojetos podem constituir um mecanismo de indução de desenvolvimento econômico e social alargado, com desenvolvimento industrial, diversificação da produção e *upgrading* tecnológico das pequenas e médias empresas (PME) nacionais, que permanecem subdesenvolvidas, com fracas capacidades técnicas, de gestão e financeiras. Um estudo feito pelo Centro de Promoção de Investimentos (CPI) entre 1998 e 1999, de modo a identificar potenciais fornecedores da Mozal, constatou que mais de 90% destas empresas tinham grandes dificuldades de oferecer produtos e serviços de qualidade; não tinham a experiência e portfólio de projetos exigido; trabalhavam com equipamento e tecnologia ultrapassada;

tinham sérios problemas de gestão e capacidades inadequadas. Nos dias atuais a situação não mudou muito de acordo com os trabalhos consultados e fizeram estudos de campo acerca do assunto.

No que diz respeito às ligações produtivas a jusante, de acordo com Anderson (2014), somente a partir do fim de 2014 entrou em funcionamento a primeira central eléctrica que usa gás de Pande-Temane (Anderson, 2014). Já no que tange as ligações produtivas a montante Langa (2015) argumenta que a maioria dos fornecedores nacionais das mineradoras presta serviços secundários, como atividades complementares ou de suporte, pouco complexos, enfrentam vários constrangimentos, entre eles: o pouco acesso à informação específica sobre requisitos e demanda das transnacionais no longo prazo, a instabilidade das ligações e os atrasos nos pagamentos, em relação aos quais a intervenção do Estado se mostra fraca e fragmentada, limitando o potencial de desenvolvimento industrial e diversificação da produção através dos megaprojetos.

A pesquisa de campo de Langa e Mandlate mostra que 75% das empresas da sua amostra tem um histórico de ligações fortes com instituições do Estado antes da ligação com a Mozal. Posteriormente a ligação com a Mozal, 70% das empresas da amostra também estabeleceu ligação com pelo menos um outro megaprojeto, destacando-se a Sasol, a Vale do Rio Doce e a Rio Tinto.

Castel-Branco e Mandlate (2012, p.134) afirmam que: “a certificação em padrões internacionais de qualidade e/ou higiene e segurança no trabalho têm sido geralmente apresentada como um dos fatores que limita as ligações entre os megaprojetos e empresas nacionais”. “[...] das 16 empresas estudadas, apenas quatro empresas estão, atualmente, certificadas em algum padrão internacional destas, apenas uma empresa obteve essa certificação antes de estabelecer a ligação com a Mozal” (LANGA, 2013 p. 2).

Langa 2013 argumenta que a certificação em si não mostra ser determinante no estabelecimento da ligação. Isso ocorre porque as áreas em que estas empresas têm ligação com os megaprojetos são complementares, ou mesmo básicas, com fracas exigências de padrões internacionais, segundo Langa e Mandlate (2013). Nesse sentido, apenas 25% das empresas da amostra estão certificadas, enquanto cerca de 90% tem ligações a montante com pelo menos um megaprojeto.

Nos megaprojetos de mineração, de acordo com Langa (2015), também não foram identificados fornecedores envolvidos em atividades consideradas complexas e críticas na mineração do carvão: maquinaria pesada de extração e equipamento de

beneficiamento do carvão. De acordo com esse artigo são as grandes empresas públicas que (fornecedoras de energia elétrica, água, transporte ferroviário de carvão e operações portuárias) representam as instituições nacionais no fornecimento de *inputs* e serviços mais complexos.

Apenas duas empresas operam em áreas consideradas nucleares. Uma das empresas estabeleceu a ligação na área de prestação de serviços de prospecção de carvão, concepção e fiscalização de obras de construção civil. Esta empresa possui mais de 30 anos de atividade e está presente em todas as províncias do País, tendo o Estado como maior cliente. [...] as empresas que se orientam para o mercado de grandes projetos têm um historial de ligação duradoura com o Estado. Neste contexto, esta ligação com um grande cliente como o Estado revela-se como um mecanismo de acumulação de capacidades tecnológicas e financeiras para aceder ao mercado de megaprojetos (que necessita de investimento para atingir os padrões exigidos, adquirir equipamento e construir ou aumentar instalações e recursos humanos, entre outros investimentos). A segunda empresa opera no sector de metalomecânica e faz a manutenção de peças e estruturas metálicas, têm 5 anos de experiência. Esta empresa associou-se a uma empresa estrangeira especializada para adquirir a capacidade técnica (LANGA, 2015 pp. 232-233).

Outro fator destacado por Langa (2015) é a dificuldade de acesso a informações específicas e relevantes, por parte das empresas nacionais, sobre oportunidades de negócios nos grandes projetos. Esse autor elegeu este como o principal entrave ao estabelecimento e desenvolvimento das ligações.

Além disso, Langa (2015) destaca ainda instabilidade nas ligações produtivas concretizadas decorrentes da incerteza sobre a sua continuidade da ligação. Devido à natureza temporária ou casual de alguns serviços prestados as ligações estabelecidas são esporádicas, de curta duração e sem perspectivas claras quanto à sua renovação. Mesmo aqueles fornecedores que atuam em áreas consideradas permanentes também enfrentam contratos de curta duração, sem acesso a informação antecipada sobre a sua extensão ou renovação e casos de interrupção abrupta de contratos.

O último constrangimento, destacado por Langa (2015) refere-se ao atraso no pagamento dos serviços prestados. Vários fornecedores mencionam situações de atrasos de pagamentos prolongados, chegando a seis meses.

A instabilidade em relação à renovação dos contratos e o atraso no pagamento dos serviços são agravados pela crise que a indústria de carvão está a enfrentar devido à descida do preço internacional do carvão, que obriga as mineradoras a implementar políticas de contenção de custos. Esta crise mostrou, mais uma vez, a vulnerabilidade que representa a dependência da exploração de commodities como o carvão e a necessidade de usar as ligações produtivas como mecanismo de criação de capacidades produtivas e transferência de tecnologia (LANGA, 2015 p. 235).

Com as informações que já foram destacadas até o momento, pode-se concluir que fracas capacidades tecnológicas e habilitações do capital humano das empresas nacionais, o elevado custo do capital para financiamento das PME e a debilidade de infraestruturas, serviços e logística, entre outros aspectos, determinam o estágio atual das ligações produtivas (CASTEL-BRANCO & GOLDIN, 2003; CASTEL-BRANCO, 2010).

O último fator que merece destaque, nesse sentido, é o fato de o Estado moçambicano não possuir políticas claras para a promoção das ligações entre as PME nacionais e os megaprojetos, principalmente no que tange a transferência de tecnologias. Krause e Kaufman (2011) acrescentam esse argumento afirmando que atitude do Governo em relação à política industrial é mais uma reação aos interesses dos grandes investidores e doadores do que proativa ou estratégica, uma vez que as medidas de política ou projetos que são promulgadas ou implementados são aquelas que respondem aos interesses destes, contrariamente ao que acontece com abordagens de políticas industriais mais complexas que exigem um papel ativo do Governo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise empírica e teórica mostrou o IDE pode trazer externalidades positivas e negativas dependendo de como o país acolhedor administra a entrada desses recursos. Ao mesmo tempo o estudo empírico mostrou que o continente africano é marginalizado no que tange aos fluxos de IDE. Os investimentos para os países desse continente estão concentrados na extração de recursos naturais. Moçambique não foge a essa regra.

O capítulo 1 mostra que o IDE direcionado para o setor extrativo pode provocar conflitos nos países que não possuem instituições competentes para gerir a riqueza advindas desse setor, além de outros choques causados pela volatilidade dos preços

internacionais das *commodities*. A instabilidade política, nesse sentido, é causada pelas fragilidades das instituições do estado associados a ganancia dos membros do alto escalão do estado e da oposição, pelos recursos advindos da exploração desses recursos naturais. Este trabalho mostra que Moçambique passa por essas dificuldades.

Nos primeiros anos de análise, 2002 a 2004, os megaprojetos da Mozal, fundição de alumínio, e da Sasol, extração do gás natural, foram os responsáveis por alavancar o crescimento econômico do país, após atingirem a capacidade máxima de produção em 2004. Por outro lado, o setor da construção decresceu por causa do fim das obras de construções dos projetos Mozal I e II e Sasol. Em 2005 o setor se recuperou, positivamente influenciado e impulsionado por grandes obras públicas em infraestruturas como estradas e pontes. O IDE é, nesse sentido, uma grande fonte de financiamento da economia moçambicana.

Em termos gerais a indústria extrativa cresceu muito acima dos outros setores, mesmo os tradicionais, da economia moçambicana, mas o seu peso não chegava a 4% do PIB, em 2013. Mas, é importante observar a evolução do crescimento desse setor que entre 2003 e 2013 saiu de 0,5% para 3,6% de tudo o que Moçambique produziu. Mesmo tendo um peso tão pequeno na economia nacional, esse setor exerce uma função importante de dinamizador dos outros setores. De acordo com Castel-Branco (2010) a importância do setor extrativo, propriamente disso, está no seu peso crescente no investimento produtivo.

A exploração dos recursos naturais não renováveis pode ser uma grande oportunidade para ressuscitar essa indústria nacional sucateada, tanto através das receitas como o uso dos produtos como energia destinada ao setor industrial. No entanto parece não ser essa a política do governo Moçambicano uma vez que não usa os recursos advindos da indústria extrativa para diversificar os setores da economia nacional que continua profundamente concentrada no setor primário. A agricultura continua sendo a base da economia nacional. A maior preocupação aqui é que o setor extrativo está conduzindo a economia moçambicana a se concentrar cada vez mais no setor primário, tanto em termo de investimento quanto em termos produtivos. Apesar do seu peso ainda pequeno, o setor extrativo concentra maior parte das atenções e dos investimentos. As taxas de crescimento econômicos de Moçambique dependem muito do desempenho desse setor.

O setor da construção mostra muito bem essa dependência do setor extrativo, pois é o mais afetado pela alternância entre ciclos de edificação de infraestruturas com a

finalização e início da produção dos projetos. No primeiro período o setor apresenta altas taxas de crescimento e nos períodos subseqüente estagna e começa a decrescer. Refém da indústria extrativa, esse setor registrou uma queda drástica da sua participação no PIB que era de 13% em 2003 e caiu para 2,7% em 2013. Pode ser que esse setor se recupere devido a entrada de novas multinacionais do setor de gás, principalmente, mas essa dependência é preocupante porque mostra que quando se exclui os megaprojetos, constrói-se muito pouco em Moçambique. Esse fato se aplica aos outros setores da economia, principalmente aqueles que estão diretamente ligados aos megaprojetos. A economia moçambicana não se diversifica.

Os megaprojetos gozam, desnecessariamente, de grandes incentivos fiscais, enquanto são intensivos em capital, pouco empregam, exploram recursos naturais não renováveis e tem toda a liberdade de expatriar todos os lucros e dividendos para os seus países de origem. Quer dizer, o país está apostando num setor que não gera grandes retornos na economia nacional, como mecanismo para impulsionar o crescimento do PIB nacional. Como diziam Castel-Branco (2008) e Sulemane (2009) a riqueza gerada pelos megaprojetos pertence às corporações transnacionais.

Outro fator importante é de que os megaprojetos pouco contribuem para reduzir a taxa de desemprego em Moçambique. Ela não conseguiu cair para números inferiores a 22 pontos percentuais. Não contribuíram para melhorar a situação do PIB per capita do país que continua abaixo da média dos países da África Subsaariana. Por outro lado, os megaprojetos de extração de recursos naturais não renováveis são os determinantes e dinamizadores da atração do IDE.

O IDE vem para Moçambique procurando fatores de produção mais baratos, atraído pela dotação de gás natural, petróleo, carvão mineral e outros minerais. Esses grandes fluxos de IDE encontram em Moçambique um ambiente institucional frágil. Por isso conseguem contratos com grandes incentivos fiscais, encontram um conflito político entre o partido-Estado que está no poder há 4 décadas e um partido de oposição que possui a própria milícia armada. As transnacionais deparam-se também com uma grande liberdade pois o país não possui infraestruturas nem conhecimento técnico para auditar a atuação delas em Moçambique. A vale do Rio Doce, por exemplo teve que renegociar com o governo o aumento dos incentivos fiscais, alegando altos custos de produção em Moçambique, alargados pela falta de infraestruturas para o escoamento de sua produção.

Os megaprojetos contribuem substancialmente para as exportações moçambicanas. O alumínio, o carvão, o gás natural e as areias pesadas contribuíram com

mais de 80% do total das exportações nos últimos três anos, até 2014. Apesar de ter havido uma grande importação de bens de capital a balança comercial dos megaprojetos foi positiva.

O Estado moçambicano não possui políticas claras para a promoção das ligações entre as PME nacionais e os megaprojetos, principalmente no que tange a transferência de tecnologias. Atitudes do Governo em relação à política industrial é mais uma reação aos interesses dos grandes investidores e doadores do que proativa ou estratégica, uma vez que as medidas de política ou projetos que são promulgadas ou implementados são aquelas que respondem aos interesses destes. Nesse sentido, os encadeamentos gerados pela indústria extrativa são importados.

Grande parte das pequenas e médias empresas nacionais tem grande dificuldade de oferecer produtos de qualidade, não tem experiência e portfólio de projeto exigidos pelas multinacionais, trabalhavam com equipamento e tecnologia ultrapassada, tinham sérios problemas de gestão e capacidades inadequadas. Nesse sentido, as áreas em que estas empresas têm ligação com os megaprojetos são complementares, ou mesmo básicas, com fracas exigências de padrões internacionais, não foram identificados fornecedores locais envolvidos em atividades consideradas complexas e críticas. As grandes empresas públicas que (fornecedoras de energia elétrica, água, transporte ferroviário de carvão e operações portuárias) representam as instituições nacionais no fornecimento de *inputs* e serviços mais complexos.

A grande dependência que o país tem de exportar os recursos naturais não renováveis, e a dependência deste setor para atrair investimentos diretos externos é motivo de muita preocupação devido à baixa eficácia e qualidade das instituições moçambicanas. Nesse sentido todas as pesquisas sobre países, onde as exportações estão concentradas no setor extrativo denunciam o fato de que os recursos naturais não renováveis (explorados no país), tais como o gás, o carvão mineral, e as areias pesadas não serem facilmente controlados e geridos pelo governo e por essa razão constituem um problema particular nos países onde existe uma frágil capacidade institucional, que é o caso de Moçambique. Nesse sentido, o futuro do país não pode nos trazer boas esperanças no que tange ao desenvolvimento econômico baseado na exploração dos recursos naturais não renováveis.

## REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. An african succes story: Botswana. **CEPR Discussin paper**, Massachusetts: n. 3219, p. 1-43, 2002. Disponível em: <<http://economics.mit.edu/files/284> >. Acesso em 23 out. 2015.
- AFRICAN ECONOMIC OUTLOOK. **African economic outlook 2007**. Organization for Economic Cooperation and Development OECD, Development Centre, Paris: jun. 2007.
- AFRICAN ECONOMIC OUTLOOK. **Real GPD growth rates, 2005-2014**. 2014. Disponível em: <<http://www.africaneconomicoutlook.org/po/estatisticas/>>. Acesso em: 26 mar. 2015.
- AGUIAR, S.; GULAMHUSSEN, M. **O impacto do risco político no investimento direto estrangeiro: “o caso do Brasil como país de destino”**. Lisboa: Sílabo, 2009.
- AHMAD, E.; SINGH, R. **Political economy of oil-revenue sharing in a developing country: illustrations from Nigéria**. Washington: 2003. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2003/wp0316.pdf> >. Acesso em: 26 mar. 2015.
- AMAL, M.; SEABRA, F. Determinantes do Investimento Direto Externo (IDE) na América Latina: uma perspectiva institucional. **Revista Economia**, Natal, 2007. Disponível em: <[www.anpec.org.br/revista/vol8/vol8n2p231\\_247.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol8/vol8n2p231_247.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2015.
- ANDERSON, A. Sasol, EDM inaugurate new gas-to-power plant in Mozambique. Sasol, comunicado de imprensa. 2014. Disponível em: <<http://www.sasol.co.za/mediacentre/media-releases/sasol-edm-inaugurate-new-gas-power-plant-mozambique>>. Acesso em: 5 ago. 2016.
- ASIEDU, E. “Foreign direct investment in Africa: the role of natural resources, market size, government policy, institutions and political instability”. **World Economy**, Kansas City: v. 29, n. 1, p. 63-77, 2006.
- AUTY, R. M.; GELB, A. H. Political economy of resource-abundant states. In: AUTY, R. M. (Ed.). **Resource abundance and economic development**. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 126-144.
- BANCO DE MOÇAMBIQUE. **Boletim anual de balança de pagamentos 2003-2004**, Maputo, ano 1, n. 1, jul. 2005.
- \_\_\_\_\_. **Boletim anual de balança de pagamentos 2005**. Maputo, ano 2, n.2, jun. 2006.
- \_\_\_\_\_. **Boletim anual de balança de pagamentos 2006**. Maputo, ano 03, n. 3, jun. 2007.
- \_\_\_\_\_. **Boletim anual de balança de pagamentos 2007**. Maputo, ano 04, n. 4, mai. 2008.
- \_\_\_\_\_. **Boletim anual de balança de pagamentos 2009**. Maputo, ano 06, n. 6, jun. 2010.
- \_\_\_\_\_. **Boletim anual de balança de pagamentos 2010**. Maputo, ano 07, n. 7, jun. 2011.
- \_\_\_\_\_. **Boletim anual de balança de pagamentos 2011**. Maputo, ano 08, n. 8, jun. 2012.
- \_\_\_\_\_. **Boletim anual de balança de pagamentos 2012**. Maputo, ano 09, n. 9, jun. 2013.
- \_\_\_\_\_. **Boletim anual de balança de pagamentos 2013**. Maputo, ano 10, n. 10, jun. 2014.
- \_\_\_\_\_. **Boletim anual de balança de pagamentos 2014**. Maputo, ano 11, n. 11, jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual 2003**. v. 12. Maputo. 2004.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual 2005**. v. 14. Maputo. 2006.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual 2007**. v. 16. Maputo. 2008.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual 2009**. v. 18. Maputo. 2010.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual 2010**. v. 19. Maputo. 2011.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual 2011**. v. 20. Maputo. 2012.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual 2012**. v. 21. Maputo. 2013.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual 2013**. v. 22. Maputo. 2014.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual 2014**. v. 23. Maputo. 2015.

BASTOS, M.; FERREIRA, M. E. Maldição dos recursos naturais à prova: os casos da Nigéria e Botswana. **Lusíade**, Lisboa, n. 1, p. 150-177, 2008.

BELLUCCI, B. Tudo e nada: a aposta do capital em Moçambique. In: BELLUCCI, B. **La globalizacion y el consenso de Washington**: sus influencias sobre la democracia y el desarrollo en sur. Buenos Aires: CLACSO, 2008. p. 125-137. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100711083135/08bellu.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

BIGGS, T. **Expectativas, vulnerabilidade e políticas para uma gestão de sucesso**. Maputo: Confederação das Associações Econômicas de Moçambique (CTA), 2012. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/8829827-Explosao-emergente-de-recursos-naturais-em-mocambique.html>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

BREWER, T. A. FDI in emerging market countries. In Oxelheim, L., editor, **The Global Race for FDI. Prospects for the Future**. Springer-Verlag, Berlin, 1993.

BRITO, L. Uma reflexão sobre o desafio da paz em Moçambique. In: **Desafios para a Moçambique 2014**. Maputo: IESE, 2014. parte I, p. 23-40.

CALDERÓN, C.; LOAYZA, N.; SERVÉN, L. Greenfield foreign direct investment and mergers and acquisitions: feedback and macroeconomic effects. *World Bank Policy*, Santiago, n. 3192, 2004.

CASTEL-BRANCO, C. N. Megaprojetos e estratégia de desenvolvimento: notas para um debate. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Econômicos, 2002. Disponível em: <[http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Mega\\_projectos\\_Moz\\_texto.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Mega_projectos_Moz_texto.pdf)>. Acesso em: 4 jun. 2015.

CASTEL-BRANCO, C. N.; CAVADIAS, E. **O papel dos megaprojetos na estabilidade da carteira fiscal em Moçambique**: apresentação feita ao II Seminário Nacional sobre Execução da Política Fiscal e Aduaneira promovido pela Autoridade Tributária. Maputo, 2009. Disponível em: <[http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2009/MegaFiscalidade\\_ATM\\_Final.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2009/MegaFiscalidade_ATM_Final.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2016.

CASTEL-BRANCO, C. N.; GOLDIN, N. **Impacts of the mozal aluminium smelter on the Mozambican economy**: relatório apresentado à Mozal. Maputo: IESE, 2003.

CASTEL-BRANCO, C. N. **Os mega projectos em Moçambique:** que contributo para a economia nacional? Maputo, 2008. Disponível em: <[http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/Mega\\_Projectos\\_ForumITIE.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/Mega_Projectos_ForumITIE.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. **Economia extrativa e desafios de industrialização em Moçambique.** Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Econômicos, 2010. Disponível em: <[http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad\\_iese/CadernosIESE\\_01\\_CNCEB.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_01_CNCEB.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Os megaprojetos em Moçambique:** que contributo para a economia nacional? Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Econômicos, 2008. Disponível em: <[www.iese.ac.mz/lib/noticias/MegaProjectosForumITIE.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/MegaProjectosForumITIE.pdf)>. Acesso em: 6 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Indústria e industrialização em Moçambique:** análise da situação atual e linhas estratégicas de desenvolvimento. I Quaderni della Coopezione Italiana, n° 3. Nov. 2003.

\_\_\_\_\_. **Indústria e industrialização em Moçambique:** análise da situação atual e linhas estratégicas de desenvolvimento. Maputo: S/ Editora, 2003. (I Quaderni della Coopezione Italiana, n. 3). Disponível em: <<http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/pics/d97813.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2015.

CASTEL-BRANCO, C. N.; MANDLATE, O. Da economia extractiva à diversificação da base produtiva: o que pode o PARP utilizar da análise do modo de acumulação em Moçambique? In: BRITO, L. et al. (Org.). **Desafios para Moçambique:** Maputo: IESE, 2012.

CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA – CIP. **Exportações de gás de pande temane para a África do Sul:** primeiros grandes projectos do sector extractivo frustram as expectativas dos moçambicanos. 2013. (Serviço de partilha de informação, boa governação, transparência e integralidade, n. 17). Disponível em: <[http://www.cip.org.mz/cipdoc%5C275\\_Primeiros%20Grandes%20Projectos%20do%20Sector%20extractivo%20Frustram%20as%20Expectativas%20dos%20moçambicanos.pdf](http://www.cip.org.mz/cipdoc%5C275_Primeiros%20Grandes%20Projectos%20do%20Sector%20extractivo%20Frustram%20as%20Expectativas%20dos%20moçambicanos.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2016.

COLLIER, P.; HOEFFLER, A. Greed and grievance in civil wars. **Oxford Economic Papers**, Oxford, v. 54, p. 563-595, out. 2004

CRESPO, N. A. **Internacionalização nas empresas de média dimensão:** estratégia marginal ou base de desenvolvimento? Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Técnica de Lisboa, 2004.

DUNNING, J. H. “Explaining the international direct investment position of countries: towards a dynamic or developmental approach”. **Weltwirtschaftliches Archiv**, [Washington], n. 119, p. 30-64, 1981.

\_\_\_\_\_. “Location and the multinational enterprise: a neglected factor?” **Journal of International Business Studies**, Michigan, First Quarter, p. 45 -66, 1998.

\_\_\_\_\_. “The determinants of international production”. **Oxford Economic Papers**, Oxford, n. 25, p. 289-336, 1973.

\_\_\_\_\_. **Alliance capitalism and global business.** London: Routledge, 1997.

\_\_\_\_\_. **Explaining international production.** London: Unwin Hyman, 1988.

\_\_\_\_\_. The eclectic paradigm as an envelope for economic and business theories of MNE activity. **International Business Review**, London, n. 9, p. 163-190, 2000.

DUNNING, J.; LUNDAN, S. **Multinational enterprises and the global economy**. 2nd ed. Basingstoke: Edward Elgar, 2008.

FMI. (Fundo Monetário Internacional) **Moçambique em ascensão: construir um novo dia**. Washington, 2014. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/lang/portuguese/pubs/ft/dp/2014/afr1404p.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2015.

FORQUILHA, S. Do discurso da “história de sucesso” às dinâmicas políticas internas: o desafio da transição política em Moçambique. In: IESE(Instituto de Estudos sociais e econômicos). **Desafios para a Moçambique 2014**. Maputo, 2014. parte I, p. 61-82.

GARCIA, A. A. Sobre o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no Brasil. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 75-105, set. 2000.

GARY, I.; KARL, T. L. **O fundo do barril: o ‘boom’ do petróleo em África e os pobres**. Baltimore: Catholic Relief Services, 2003.

GOULD, J.; KAPADIA, K. N. **Dutch disease in África: a case of study of Nigeria and Chad**. Michigan: University of Michigan, 2008.

HIRATUKA, C.; SARTI, F. **Investimento direto e internacionalização de empresas brasileiras no período recente**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada, 2011.

HIRSCHIMAN, A. O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

HUFBAUER, G. **Synthetic materials and the theory of international trade**. Cambridge: Harvard University Press, 1966.

\_\_\_\_\_. The impact of national characteristics and technology on the commodity composition of trade in manufactured goods. In: VERNON, R. (Ed.). **The technology factor in international trade**. New York: Columbia University Press, 1970.

JOHNSON, J. The efficiency and welfare implications of the international corporation. In: Kindleberger, C. (Ed.). **The international corporation: a symposium**. Cambridge MIT Press, 1970.

JORGE, C. A.; CASTILHO, M. Impacto da integração regional sobre os fluxos mundiais de Investimento Direto Estrangeiro. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20. n. 2, p. 365-395, 2011.

KARL, T. L. **Oil-led Development: social, political and economic consequences**. Palo Alto: Stanford University, 2007. (Working papers, n. 80).

KNICKERBOCKER, F. **Oligopolistic reaction and the multinational enterprise**. Cambridge: Harvard University Press, 1973.

Krause, M.; Kaufman, F. Industrial Policy in Mozambique. Discussion paper, n. 10, **DIE** – German Development Institute. Bonn, 2011.

- LANGA, E.; MANDLATE, O. Questões à volta de ligações a montante com a Mozal. In: BRITO, L. et al. (Org.). **Desafios para Moçambique 2013**. Maputo: IESE, 2013.
- LANGA, E. Ligações com os megaprojetos: ligações limitadas a determinados grupos. **IESE - IDEAS**, Maputo, b. 55, out. 2013.
- LANGA, E. Ligações minadas: o caso dos fornecedores nacionais da Vale e Rio Tinto em Moçambique. In: BRITO, L. et al. (Org.). **Desafios para Moçambique 2015**. Maputo: IESE, 2015.
- LEDYAEVA, S. “Spatial econometric analysis of foreign direct investment determinants in Russian regions”. **World Economy**, Angila, v. 32, n. 4, p. 643-666, 2009.
- LUNDGREN, C. J.; THOMAS, A. H.; YORK, R. C. **Expansão, contração ou prosperidade? : a gestão das riquezas de recursos naturais na África Subsaariana**. Washington: Fundo Monetário Internacional, 2013. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/lang/portuguese/pubs/ft/dp/2013/dp1302p.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2015.
- MACHADO, L. W. **As grandes potências em direção aos recursos naturais subsaarianos: participação nos conflitos locais**. 167f. Dissertação (Mestrado Economia Política Internacional) - UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/PEPI DISSERTAO\\_\\_LETICIA\\_WITTLIN\\_MACHADO.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/PEPI DISSERTAO__LETICIA_WITTLIN_MACHADO.pdf)>. Acesso em: 23 ago. 2016.
- MANDLATE, O. Capacitação das empresas nacionais e conteúdo local de megaprojetos em Moçambique. In: BRITO, L. et al. (Org.). **Desafios para Moçambique 2015**. Maputo: IESE, 2015.
- MAYER, R. V. P. L. **Tributação upstream do petróleo e gás natural: Angola e Moçambique**. 2014. 48 f. Dissertação (Mestrado em Direito Fiscal) – Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2014.
- MOÇAMBIQUE. Assembleia da República. **Lei n° 3/2001, de 21 de fevereiro de 2001**. Constituiu. É uma das bases fundamentais para o atual desenvolvimento das operações petrolíferas em Moçambique. Maputo, 2001. Disponível em: <<http://www.inp.gov.mz/pt/content/download/690/4094/version/1/file/Petroleum+Law.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2016.
- \_\_\_\_\_. Assembleia da República. Lei n° 3/93 de 24 de Junho de 1993. Lei de Investimentos. Maputo, 24 de Junho de 1993. Disponível em: <[http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file\\_id=206570](http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=206570)>. Acesso em: 30 maio 2016.
- MOÇAMBIQUE. Boletim da República. **Publicação Oficial da República de Moçambique**, Conselho de Ministros, Maputo, 30 maio 2007. I série, n. 22. Disponível em: <<http://www.tobaccocontrolaws.org/files/live/Mozambique/Mozambique%20-%20Decree%20No.%2011-2007%20-%20national.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2016.
- MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Petróleo. **Conferência sobre os ganhos do Estado na exploração de hidrocarbonetos**. Maputo, out. 2015. Disponível em: <[http://www.cip.org.mz/cipdoc%5C411\\_Conferencia%20do%20CIP\\_Ganhos%20do%20Governo%20por%20INP.pdf](http://www.cip.org.mz/cipdoc%5C411_Conferencia%20do%20CIP_Ganhos%20do%20Governo%20por%20INP.pdf)>. Acesso em: 26 Jun. 2016.

MOÇAMBIQUE. Decreto n° 24/2004. **Lei de Bases do Sistema Tributário**. Assembleia da República, Conselho de Ministros, Maputo, 14 set. 2004. Disponível em: <[http://www.at.gov.mz/eng/content/download/1414/10765/file/Decreto%20n.%C2%BA%2046-2004%20%20SISA%20\(C%C3%B3digo%20da%20Sisa\).pdf](http://www.at.gov.mz/eng/content/download/1414/10765/file/Decreto%20n.%C2%BA%2046-2004%20%20SISA%20(C%C3%B3digo%20da%20Sisa).pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto n° 46/2004. **Lei de Bases do Sistema Tributário**. Assembleia da República, Conselho de Ministros, Maputo, 14 set. 2004. Disponível em: <[http://www.at.gov.mz/eng/content/download/1414/10765/file/Decreto%20n.%C2%BA%2046-2004%20%20SISA%20\(C%C3%B3digo%20da%20Sisa\).pdf](http://www.at.gov.mz/eng/content/download/1414/10765/file/Decreto%20n.%C2%BA%2046-2004%20%20SISA%20(C%C3%B3digo%20da%20Sisa).pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2015.

MOHAMED, S. E; SIDIROPOULOS, M. G. “Another look at the determinants of foreign direct investment in MENA countries: an empirical investigation”. **Journal of Economic Development**, Salónica, v. 35, n. 2, p. 75-95, 2010.

MOREIRA, S. B. Determinantes dos investimentos diretos portugueses nos PALOPs: o caso de dois países de expressão portuguesa, Brasil e Cabo Verde. **Revista Lucere: Revista Académica da UCAN**, Luanda, v. 5, n. 6, 2009.

MOREIRA, S. B.; PEREIRA, R. F. Determinantes dos investimentos diretos portugueses nos PALOP: quadro referencial da análise dos seus determinantes. In: CONGRESSO NACIONAL DOS ECONOMISTAS, 2., 2007, Lisboa. **Anais...** Lisboa, 2007.

MORRIS, M.; KAPLINSKY, R.; KAPLAN, D. **Commodities and linkages: meeting the policy challenge**. Cape Town: University of Cape Town, 2014. (MMCP Discussion Paper, n. 14).

MOSCA, J. **Economia moçambicana 2001-2010: um mix de populismo econômico e mercado selvagem**. Lisboa: Centro de estudos sobre África e Desenvolvimento; Universidade Técnica de Lisboa, 2012. Disponível em: <[http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc\\_trabalho/WP%20114.pdf](http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/WP%20114.pdf)>. Acesso em: 14 fev. 2016.

MOSCA, J.; SULEMANE, T. **El dourado Tete: os megaprojeto de mineração**. Maputo: Centro de Integridade Pública Moçambique (CIP), 2011. Disponível em: <[http://www.cip.org.mz/cipdoc%5C106\\_EL%20DORADO%20TETE\\_Mosca%20e%20Selemana\\_CIP\\_2011.pdf](http://www.cip.org.mz/cipdoc%5C106_EL%20DORADO%20TETE_Mosca%20e%20Selemana_CIP_2011.pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2016.

MYERS, K. **Petroleum, peverty and security**. London: The Royal Institute of International Affairs , 2005.

NORONHA, A. G. D. **Determinantes macroeconômicos do Investimento Direto Estrangeiro em Moçambique**. 2009.85 f.Monografia (Licenciatura em Economia) – Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2009.

OECD.( Organization for Economic Cooperation and Development). **African Economic Outlook 2007**. Paris: Organization for Economic Cooperation and Development - OECD, 2007.

OCDE. (Organization for Economic Cooperation and Development). **International Direct Investment Statistic 2014**. Paris: Organization for Economic Cooperation and Development - OECD, 2014. 236 p. Disponível em: <[http://www.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/oecd-international-direct-investment-statistics-2014\\_idis-2014-en](http://www.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/oecd-international-direct-investment-statistics-2014_idis-2014-en)>. Acesso em: 12 mar. 2015.

OLIVEIRA, A. S. C. **A dependência petrolífera da Nigéria e o conflito do Delta do Niger**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013. Disponível em:

<[https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/24729/1/Ana\\_Oliveira\\_tese\\_%5BMRI%5D\\_%5B2013%5D.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/24729/1/Ana_Oliveira_tese_%5BMRI%5D_%5B2013%5D.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2016.

OMEJE, K. Petrobusiness and security threats in the Niger Delta, Nigeria. **Current Sociology**, Bradford: University of Bradford v. 54, n. 3, p. 477-498, May 2006.

**REUTERS**. Após fracasso, mineradora Rio Tinto abandona produção de carvão em Moçambique. **O Globo**, Rio de Janeiro, jul. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/negocios/apos-fracasso-mineradora-rio-tinto-abandona-producao-de-carvao-em-mocambique-13429872>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

PINTO, C. F. et al. A influência do John Dunning na investigação em estratégia e negócios internacionais: um estudo bibliométrico no Strategic Management Journal. **IPL**, Leiria, n. 53, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/mucanze/Downloads/9316376.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2016.

RODRIGUES, P. C. S. F. N. **Fusões e aquisições internacionais e investimento de raiz: determinantes macroeconômicos e efeitos sobre o crescimento**. Tese (Doutorado em Ciências Empresariais) – Universidade do Porto, Porto, 2009. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20599/2/TESEPAULARRODRIGUES.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

RUGMAN, A. M.; VERBEKE, A. Location, competitiveness and the multinational enterprise. In: RUGMAN, A. M.; BREWER, T. L. (Ed.). **The Oxford Handbook of International Business**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

SALINGER, L.; ENNIS, C. **Manufacturing in Mozambique: what are the potential impacts of the resource boom on the competitiveness of the manufacturing sector?** Washington: United States Agency for International Development, 2014.

SANCHES, E. R. Novo contexto, mas velha política”: a evolução do sistema partidário moçambicano entre 1994 e 2014. In: OPPENHEIMER, J.; LEITE, J. P.; MAH, L. **Espaços lusófonos (1994-2014): trajetórias econômicas e políticas**. Lisboa: Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina (CESA), 2014. p. 34-83.

SARTI, F.; LAPLANE, M. O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 63-94, jan./jun. 2002.

SASOL PETROLEUM INTERNATIONAL. **A Sasol em Moçambique**. Post informativo. Maputo, 2014. Disponível em: <[www.sasol.com/sites/sasol/files/content/files/SDREPORT\\_0.pdf](http://www.sasol.com/sites/sasol/files/content/files/SDREPORT_0.pdf)>. Acesso em: 23 dez. 2015.

SCHERER, A. L. F. Investimento Direto Estrangeiro, fusões e aquisições e desnacionalização da economia brasileira: um balanço da década do plano real. **Indicadores Econômicos**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 107- 128, ago. 2004. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/256/448>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

SILVA, R. Analistas apontam lacuna em Lei do Petróleo em Moçambique. **Deutsche Welle**, Maputo, mar. 2014. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/analistas-apontam-lacuna-em-lei-do-petroleo-em-mocambique/a-17503603>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

SULEMANE, T. Alguns desafios na indústria extrativa em Moçambique. Centro de Integridade Pública, Maputo, maio 2009. Disponível em:

<[http://www.cip.org.mz/cipdoc%5C28\\_Alguns%20Desafios%20na%20Industria%20Extractiva%20em%20Mocambique.pdf](http://www.cip.org.mz/cipdoc%5C28_Alguns%20Desafios%20na%20Industria%20Extractiva%20em%20Mocambique.pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2016.

TOLLENAERE, M. **Apoio a democrarização de Moçambique pós-conflito**: itenções e resultados. Relatório de trabalho, n. 37. netherland institute of international relations, Clingendael, 2006. Disponível em: <[https://www.clingendael.nl/sites/default/files/20060600\\_cru\\_working\\_paper\\_37\\_pt.pdf](https://www.clingendael.nl/sites/default/files/20060600_cru_working_paper_37_pt.pdf)>. Acesso em 23 dez. 2015

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD. **World Investment Report – Trends and Determinants**. 1998. 432 p. Disponível em: <<http://unctad.org/en/pages/PublicationArchive.aspx?publicationid=650>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD. **World Investment Report 2014 – investing in the SDGs: an action plan**. 2014. Disponível em: <[http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2014\\_en.pdf](http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2014_en.pdf)>. Acesso em: 23 maio 2015.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD. **World Investment Report 2015 – reforming international investment governance**. 2015. Disponível em: <[http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2015\\_en.pdf](http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2015_en.pdf)>. Acesso em: 03 ago. 2015.

VERNON, R. The product-cycle hypothesis in a new international environment. **Oxford Bulletin of Economics and Statistics**, Oxford, v. 41, 1979.

VERNON, R. International investment and international trade in the product cycle. **Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, n. 80, 1966. Disponível em: <<http://bev.berkeley.edu/ipe/readings/International%20Investment%20and%20International%20Trade%20in%20the%20Product%20Cycle.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2014.